

**DANIELA REIS DE MORAES**

**O DISCURSO SOBRE OS CINCO CONJUNTOS COMO UMA OUTRA  
CIDADE: ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DA PERIFERIA DE  
LONDRINA - PR (1978-2008).**

**ASSIS  
2016**

**DANIELA REIS DE MORAES**

**O DISCURSO SOBRE OS CINCO CONJUNTOS COMO UMA OUTRA  
CIDADE: ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DA PERIFERIA DE  
LONDRINA - PR (1978-2008).**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestra em História (Área de Conhecimento): História e Sociedade.

Orientador (a): Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Zélia Lopes da Silva.

**ASSIS  
2016**

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

M827d Moraes, Daniela Reis de.

O discurso sobre os Cinco Conjuntos como uma outra cidade: estudo sobre as representações da periferia de Londrina - PR (1978-2008) / Daniela Reis de Moraes. – Assis, 2016.  
147 f. : il.

Orientador: Zélia Lopes da Silva.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

Inclui bibliografia.

**DANIELA REIS DE MORAES**

**O DISCURSO SOBRE OS CINCO CONJUNTOS COMO UMA OUTRA CIDADE: ESTUDO  
SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DA PERIFERIA DE LONDRINA - PR (1978-2008).**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestra em História (Área de Conhecimento): História e Sociedade.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Orientadora: Zélia Lopes da Silva – UNESP/Assis**

---

**Profa. Dra. Tânia Regina de Luca – UNESP/Assis**

---

**Profa. Dra. Eda Maria Góes – UNESP/ Presidente Prudente**

**Esse trabalho é dedicado aos moradores das periferias. Que as fimbrias urbanas não limitem o direito à cidadania, que a ordem espacial não defina o cidadão. Que a cidade seja um direito e não uma demarcação social.**

## Agradecimentos

A experiência no âmbito acadêmico ao mesmo tempo em que oferece um universo de diálogos com pares de diferentes linhas de pesquisa, também exige certa introspecção para as reflexões. Entretanto, fazer uma dissertação não implica apenas no amadurecimento teórico e metodológico, no sentido *stricto sensu* do curso de pós-graduação, mas, sobretudo, no amadurecimento frente à descoberta de um ofício desafiador onde o prazer da pesquisa caminha junto aos duros momentos de desconstrução. Por isso, se faz necessário dedicar, mesmo que em poucas linhas, meus sinceros agradecimentos.

Quero agradecer à minha família, minha mãe Edna, meu pai Dirceu e minha irmã Gabrielly, pela paciência e por saber compreender meus momentos de ausência, necessários para a dedicação desse trabalho.

À minha orientadora Zélia Lopes da Silva, que nessa jornada esteve sempre atenta às minhas necessidades e contribuiu para meu desenvolvimento no ofício de historiadora. Quero e preciso lembrar que nesse período do meu mestrado, apesar de duros obstáculos, sua competência enquanto pessoa e profissional não foram abaladas, ao contrário, sua postura me fez tomar de exemplo a profissional que almejo ser.

Obrigada a Willian Almeida Alves de Souza, por respeitar minha escolha enquanto profissional, por ser meu companheiro até mesmo nos dias que eu não fui uma boa companhia e por tornar meus dias mais felizes.

Dedico esse espaço para agradecer ao Bruno Sanches Mariante da Silva, amigo, companheiro de pesquisa, de ofício e muitas vezes meu porto seguro nesse caminho acadêmico. Muito obrigada por sempre ser uma fonte de inspiração. Sempre juntos.

Gostaria de agradecer aos meus “companheiros jornada” Carla Lisboa Porto, muito obrigada pela força e pela amizade, Ellen Maziero, Deivid A. Costruba, Danilo Bezerra e Ynayan Lyra de Souza.

Agradeço aos meus amigos, Patrícia Santos Pereira, Talita Sauer Medeiros, Gabriela Pinheiro, Ivan Kano, Luíz A.C. Tiritan, Thaís P. Gouveia, Franciane Cardoso, Belisa Bitencourt, Franciele Mendes, André Bombardi, Wesley Olivatto, Muriel Amaral, José Miguel, Ester Falaschi, Patrícia Diamante, Marcos Oliveira, Eduardo Takeda, Sabrina Serafim, Larissa R. Calsavara, Márcio P. Oliveira, pela amizade e pelos momentos descontração.

Aos professores que contribuíram para minha formação acadêmica, aos profissionais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Assis, sempre prestativos.

Deixo meu sincero agradecimento, às equipes do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CPH/UEL); ao acervo do Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss e à Biblioteca Municipal de Londrina, pois, com a dedicação desses profissionais o trabalho do pesquisador se torna mais prazeroso e profícuo.

À CAPES, pelo incentivo à pesquisa.

MORAES, D.R. **O Discurso sobre os Cinco Conjuntos como uma outra cidade: estudo sobre as representações da periferia de Londrina - PR (1978-2008)**. 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

## RESUMO

Esta dissertação apresenta o estudo da periferia urbana da cidade de Londrina. Como escopo, a pesquisa analisou um complexo de conjuntos habitacionais conhecido como Cinco Conjuntos, a partir de denotações e conotações desse espaço como uma cidade e também como centro. Tomando a cidade como espaço de construções sociais, buscou-se analisar os modos de apropriação do espaço da periferia não mais como um lugar homogêneo, com características unilaterais onde a pobreza seja elemento protagonista. Essa pesquisa se propôs compreender a periferia em seu âmbito plural, como um campo de disputas de poderes. Pretendemos verificar essas disputas a partir da análise de periódicos como *Folha de Londrina*, *Jornal de Londrina* e *Folha Norte*, imprensa escrita que nos auxilia a compreender como a imagem dos Cinco Conjuntos foi sendo, ao longo do tempo, moldada por discursos políticos, econômicos, que de certa maneira viram na periferia campo de construção de capitais de barganha. Nesse sentido, essa pesquisa procura desvelar marcas na imagem do urbano, trazendo à discussão que o modo com que compreendemos a cidade parte de exercícios não naturais, mas de forças e interesses constantes.

**Palavras-chave:** Periferia. Espaço urbano. Cinco Conjuntos. Representações. Londrina.

MORAES, D.R. **The discourse about the Cinco Conjuntos as a other city: study of the representations of the outskirts of Londrina - PR (1978-2008)**. 2016. 147 pages. Dissertation (Master's degree in History) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2016.

## ABSTRACT

This dissertation presents the study about the urban periphery in the city of Londrina. As objective, the research analyzed a group of housing complexes, based on inferences of that space as the center of the city or even a city. Assuming the city as a space of social constructions, it was analyzed the ways of appropriation of the periphery's space no longer as a homogeneous place, where poverty is the main element. It is proposed to comprehend the periphery in your plural context, as a field of power contest. It intends to confirm this contest based on newspapers as *Folha de Londrina*, *Jornal de Londrina* and *Folha Norte*, writing presses which help us comprehend how the image of Cinco Conjuntos has been created with the passage of the time by political and economical speeches which in a certain way saw in periphery the to make profit with bargain. This research seeks to uncover marks on urban's image, bringing to discussion the way we comprehend the city is not from natural exercises, but from constant interests and forces.

**Keyword:** Outskirts. Urban Space. Cinco Conjuntos. Representations. Londrina

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 1 - Número de favelas em Londrina entre 1950 a 1980.....	53
Gráfico 2. Gestões municipais e construção de moradias populares por unidade ....	66

## Lista de Imagens

Imagem 1 – Foto aérea de casas populares do conjunto habitacional Milton Gavetti. Foto tirada pela <i>Folha de Londrina</i> - 1978 .....	47
Imagem 2. O então prefeito Antônio C. Belinati caminhando entre o presidente da Cohab-LD e supostamente um repórter da <i>Folha de Londrina</i> .....	76
Imagem 3. Foto da comemoração da eleição de Antônio Belinati na campanha de 1988. ....	99
Imagem 4. Planta do primeiro projeto urbanístico de Londrina. ....	105
Imagem 8. Matéria do <i>Jornal de Londrina</i> , 13/10/2008.....	128
Imagem 9. - Avenida Saul Elkind - matéria do <i>Jornal de Londrina</i> , 13/10/2008.....	128
Imagem 10. Capa do informativo Nossa Londrina (ACIRENOR) 1997. ....	134

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - População rural e urbana de Londrina entre 1940 a 1980. ....	41
Tabela 2. Conjuntos habitacionais destinados à desfavelização de Londrina.....	53
Tabela 3 - Conjuntos habitacionais inseridos no perímetro dos Cinco Conjuntos: ano de entrega e unidades habitacionais. ....	55
Tabela 4. Zonas eleitorais e respectivas regiões em Londrina.....	72
Tabela 5. Número de votos para prefeito de Londrina – 2004 – 1º Turno.....	73
Tabela 6. - Número de votos para prefeito – 2004 – 2º Turno .....	73
Tabela 7. Quadro político federal e estadual (1979 a 1983). ....	78
Tabela 8. Áreas apontadas como alternativas ao consumo no Centro Principal (2004). .....	122
Tabela 9. Relação das principais redes comerciais presentes na Saul Elkind. ....	123

## Lista de Mapas

Mapa 1. Distribuição dos Conjuntos Habitacionais em Londrina.....	42
Mapa 2. Topografia da Zona Norte de Londrina com representação da Avenida Saul Elkind. ....	95
Mapa 3. Edifícios verticalizados construídos em Londrina na década de 1950. ....	106
Mapa 4. Edifícios com 4 pavimentos construídos em Londrina no período de 1950-2000. ....	109
Mapa 5. Edifícios com mais de 5 pavimentos construídos em Londrina no período de 1950-2000. ....	110
Mapa 6. Ricos e pobres na cidade de Londrina (2000). ....	132

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 1. O discurso do Banco Nacional de Habitação na política da moradia social: usos, abusos e articulações na cidade de Londrina – PR (1978-1982).....</b>	<b>28</b>
1. O discurso do BNH em Londrina: “uma cidade nasce na periferia” .....	37
2. Ecos do progresso em Londrina: a ordem sonhada na periferia .....	54
<b>Capítulo 2. Apropriações e representações do político nos Cinco Conjuntos: “a cidade” a quem lhe convém.....</b>	<b>30</b>
1. Os conjuntos habitacionais e as articulações políticas: o espaço da periferia consentida.....	64
2. Antônio Belinati e os conjuntos habitacionais: discurso no campo político e a apropriação da periferia.....	67
3. Antônio Casemiro Belinati e o discurso: “o candidato do povo”.....	80
4. Folha de Londrina e a construção da memória forjada e disseminada dos Cinco Conjuntos. ....	86
5. Representações do político no espaço urbano: os Cinco Conjuntos.....	90
<b>Capítulo 3. As representações de cidade e centro nos Cinco Conjuntos. ....</b>	<b>64</b>
1. A trajetória do espaço entre centralidade e periferias em Londrina.....	102
2. Os Cinco Conjuntos como um centro.....	119
3. Aspectos de centralização da zona norte de Londrina: Cinco Conjuntos. ....	121
4. Os Cinco Conjuntos e as alegorias de centralidade e de cidade: a construção do imaginário social na periferia.....	125
<b>Considerações finais .....</b>	<b>140</b>
<b>Referências.....</b>	<b>143</b>

## Introdução

A periferia, enquanto uma concepção urbana espacial é um tema amplamente conhecido e debatido. Nas últimas décadas sociólogos, antropólogos, geógrafos, historiadores desenvolvem pesquisas sobre o tema analisando diversas transformações relacionadas às margens da cidade, sobretudo, o modo como o Estado atua nessas áreas urbanas destinadas às camadas dos mais pobres e de como os moradores desses lugares se relacionam com o meio que vivem. Palavras como pobreza, habitação, imigração, trabalho, violência e mercados ilegais, perpassam por diversas discussões que constantemente reavaliam a realidade do que entendemos por periferia. Desse modo, “por meio desta multiplicação de casos e de análises, percebemos que estamos diante de um amplo leque de fronteiras e trilhas que atravessam a vida social, reconfigurando horizontes e caminhos tomados”<sup>1</sup>.

Essa pesquisa tem como escopo analisar uma parcela da periferia da cidade de Londrina, formada por um aglomerado de conjuntos habitacionais denominado de Cinco Conjuntos. Essa região, apesar do nome sugerir uma junção de cinco unidades de conjuntos habitacionais, não se limita a esse número. Não se sabe ao certo quantos bairros oficialmente compõem a região, pois, sua catalogação é incerta. Ora os Cinco Conjuntos aparecem como uma unidade de bairro – conforme nos indicadores socioeconômicos da cidade, ora os encontramos de modo independente, como podemos perceber nas discriminações de carnês de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

Os Cinco Conjuntos estão inseridos na porção setentrional de Londrina, ou como é generalizado entre periódicos e nas falas populares, a “zona norte”. Essa região, sobretudo a partir da década de 1990 vem se destacando pelo seu desenvolvimento econômico. Trabalhos produzidos na área da geografia, com foco na questão urbana, tomam a zona norte como objeto de interesse de pesquisa.

O geógrafo William Ribeiro Silva, ao analisar o espaço urbano reavaliando a percepção de centralidade, aponta que Londrina possui três centros: o primeiro se configura como o “centro antigo”, ou seja, a primeira estruturação urbana da cidade, ou que se entende por quadrilátero central; o segundo centro, o autor aponta estar na

---

<sup>1</sup> CUNHA, Neiva Vieira da; FELTRAN, Gabriel de Santis. (Org). Sobre periferia: novos conflitos no Brasil contemporâneo. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Lamparina/FAPERJ, 2003. p. 7.

região norte de Londrina, principalmente nos Cinco Conjuntos, local de intensa dinâmica de bens de consumo; por fim, o terceiro centro se localiza na região sudoeste de Londrina. Esta última região, apontada como central, concentra uma circulação de consumo de alto padrão, decorrente da implantação, na década de 1990, de vários investimentos privados e públicos, a exemplo da criação da Universidade Estadual de Londrina, medida altamente significativa para a cidade; do primeiro Shopping da cidade e, a partir da década de 2000, além da emergência de um intenso investimento de condomínios verticais e horizontais de alto padrão denominado Gleba Palhano.

Assim, percebemos que os Cinco Conjuntos se destacam em pesquisas na área da geografia, aparecendo como centro, baseado em aspectos de circulação de capital, prestação de serviços e concentração populacional. Além de Silva, as geógrafas Tânia Maria Fresca e Andréia Rodrigues dos Santos Beidack<sup>2</sup> reafirmam a ideia dos Cinco Conjuntos enquanto um centro a partir de aparelhos analíticos que perpassam pelos mesmos instrumentos de Silva. Entretanto, todos esses trabalhos avaliam o espaço a partir da premissa econômica, mas nosso olhar se volta para o enfoque das representações, considerando suas estruturas e conjunturas como processo de formação da imagem social.

São constantes os apontamentos onde a região aparece como uma cidade. Além de estar presente nas falas dos moradores, “aqui parece outra cidade”, encontramos tais afirmações na imprensa escrita, tais como: periódicos, cadernos de propaganda de imobiliárias e de grupos comerciais da região. A imagem dos Cinco Conjuntos como uma cidade circula de modo intenso, tanto é que, ao observarmos esses suportes apresentados, podemos construir uma ideia próxima à sua naturalização. Entretanto, apesar de latente tal colocação, o papel do historiador é lançar o olhar ao objeto sob a luz da contextualização partindo do pressuposto de que as ações são forjadas numa rede de interesses e sociabilidades e fazem parte de um processo histórico, no qual os protagonistas estão inseridos.

Desse modo, tomamos tal asseveração, acerca dos Cinco Conjuntos, como um centro de Londrina, ou mesmo comparado ao porte de competência de uma cidade independente, a partir de um cuidado maior. Nosso principal objetivo é compreender

---

<sup>2</sup> BEIDACK, Andréia Rodrigues dos Santos. FRESCA, Tânia Maria. Reestruturação urbana e novas centralidades: um estudo sobre a zona norte de Londrina – PR. Bol. Geogr., Maringá, v. 29, p. 147-163, 2011.

por quais vias os Cinco Conjuntos passaram a ser denotados como uma cidade ou mesmo centro em Londrina. Partindo da análise contextual desse espaço, foi possível observar que os Cinco Conjuntos fizeram parte de um processo de implantação de casas populares, durante o período da ditadura militar, que fomentou investimentos para a construção de casas para as camadas mais pobres. A partir da implantação do Banco Nacional de Habitação, Londrina se inseriu, como muitas cidades no Brasil, na edificação de casas próprias, a partir da década de 1970.

Os Cinco Conjuntos inserem-se, portanto, em uma resposta do poder público acerca de um problema urbano, a moradia. Desse modo, já em sua gênese, os Cinco Conjuntos, enquanto uma periferia, perpassou por um processo outorgado pelo Estado, o qual planejou e concretizou espaços destinados a abrigar mais do que a população necessitada, abrigou toda uma política de Estado e ideologia inseridos em subjetividades contextuais, da ditadura militar.

Porém, o problema habitacional articula-se ao crescimento da população urbana no Brasil, assunto pouco explorado nas análises acadêmicas. Somente a partir de 1960 foi que o espaço urbano destacou-se nessas reflexões, principalmente nas áreas relacionadas às ciências humanas. Os espaços das moradias, mormente aqueles ligados às classes mais pobres protagonizaram os debates sobre as problemáticas acerca das cidades brasileiras. A esse contexto, os primeiros trabalhos próximos ao tema dos aspectos urbanos do Brasil seguem aqueles já existentes e que tomaram relevo no pensamento sociológico latino-americano<sup>3</sup> onde apontavam temas como “teoria da marginalidade social” e “cultura da pobreza”<sup>4</sup>. A esses espaços foram determinados e interpretados como desconexos com o restante da sociedade. Ou seja, essa ótica justificava as marginalizações sociais como um aspecto de produção cultural e naturalizada nas formações de sociabilidades como “a mais típica

---

<sup>3</sup> VALLADARES, Lícia do Prado. Repensando a habitação no Brasil. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1982. p.25.

<sup>4</sup> Sobre o lugar dos pobres, cabe ressaltar um conceito muito visitado e reproduzido, porém datado, acerca da “teoria da cultura da pobreza”, largamente trabalhado pelo antropólogo Oscar Lewis na década de 1960, tal consideração caracteriza a pobreza sob o aspecto natural, onde não existem “tradições” e onde o acúmulo simbólico é escasso, ou seja, a pobreza seria uma fatalidade da cultura e por essa premissa, os sujeitos dessa realidade, são passivos, sem capacidade de intenção. Para o autor a noção desse conceito apresenta que as classes mais pobres se isolam da realidade do restante da cidade, tomando o lugar nas margens. Esse debate está presente em, LEWIS, Oscar. Five Families: Mexican case studies in the culture of poverty. New York: Basic Books, 1959.

manifestação da não-integração de amplos segmentos da sociedade urbana”.<sup>5</sup> Sobre esse aspecto é importante dizer que a naturalização de uma cultura da pobreza instituiu uma imagem de peso sobre a construção do entendimento de periferia.

No Brasil, a questão da periferia, na década de 1970 foi abordada pelo viés das favelas. Sob a ótica do estruturalismo marxista latente, debates sobre a periferia superaram a noção da cultura da pobreza e espaço urbano, analisando as periferias como produto do capitalismo<sup>6</sup>. Autores como Manoel Tosta Berlinck e Daniel J. Hogan dissertaram sobre a construção do ambiente da pobreza. Para esses autores, a “marginalidade social” gerava um campo de sociabilidades próprias, onde eram concretizadas estruturas sociais que determinavam crenças, costumes e ações específicas desse ambiente. Outro aspecto avaliado pelos autores foi a noção do espaço marginal enquanto dicotômico, como é enfatizado:

A noção de marginalidade, quase sempre, implica num dualismo estrutural, ou seja, na noção de que em uma dada estrutura existe um segmento “integrado” e um segmento “marginal” quando a própria noção de estrutura pressupõe a ideia de totalidade <sup>7</sup>.

Sob essa ótica foi colocado à marginalidade ilegal como fruto paradoxal daquilo que era institucionalizado ou legal. Ou seja, o espaço da periferia adquiriu um viés dualístico. Entretanto, cabe ressaltar que a linha analítica seguia pela égide da teoria do materialismo histórico marcando, por exemplo, as reflexões de Lúcio Kowarick que em diversos trabalhos abordou o assunto, sob o enfoque das periferias e o lugar dos pobres na cidade. Nesse período, o autor, trabalhou sob a noção do conceito de “*espoliação urbana*”<sup>8</sup>. Em sua obra homônima foi importante e condutora da mentalidade acerca das reflexões do espaço urbano brasileiro, durante as décadas de 1970 e 1980. Por meio de análises sobre o espaço urbano de São Paulo, Kowarick apresenta que a existência de moradias precárias, bem como o aglomerado dessas em determinadas regiões da cidade, se dá como um reflexo do acúmulo de capital

<sup>5</sup> Cf. VEKEMANS, Rogers; VENEGAS, Ramon. *Marginalidad, incorporación e integración*. Santiago: DESAL, 1969. Apud. VALLADARES, Lícia do Padro. *In: A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 128.

<sup>6</sup> VALLADARES, L. do P. Prefácio. *In: Escritos urbanos*. Escritos urbanos. São Paulo, Editora 34, 2000. p. 8.

<sup>7</sup> VEKEMANS & VENEGAS, 2005. p. 128.

<sup>8</sup> KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

gerado pela produção de riqueza e a concentração destas nas mãos de uma minoria que detinha melhores condições financeiras e por consequência “espoliava” os melhores lugares na cidade para se viver. Segundo o autor, o pauperismo urbano advindo do sistema capitalista pós-industrialização e o espaço urbano acabou por ser delineado a partir dessas regras econômicas configurando o urbano conforme as dinâmicas do capital. Como afere Kowarick:

Trata-se de um conjunto de situações que pode ser denominado de *espoliação urbana*: é a soma de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior da falta desta.<sup>9</sup>

A concepção de espoliação do espaço urbano é um conceito datado e superado e, também, criticado quanto ao seu caráter homogeneizador. Ou seja, pesquisas relacionadas às favelas e às periferias tratavam tais espaços como um lugar onde não havia diferenciação, matizes sociais. Além disso, estudos relacionados às favelas, ou mesmo às organizações habitacionais precárias, mormente localizadas às margens do urbano, se concentraram majoritariamente às metrópoles brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, modulando um perfil conceitual de periferia<sup>10</sup>.

A antropóloga social Eunice Ribeiro Durham ao analisar o conceito de periferia trouxe à luz o debate acerca da perspectiva de análise. Para a autora, a periferia não deveria ser compreendida apenas pelo viés institucional – o Estado – mas, sobretudo, esse espaço deveria ser adentrado pelo pesquisador. Desse modo Durham, por meio de uma visão antropológica, propõe a leitura da periferia de dentro para fora, com o objetivo de perscrutar as dinamizações e as relações sociais, não de maneira próxima, mas de seu interior<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> KOWARICK, Lúcio. Escritos urbanos. São Paulo, Editora 34, 2000. p. 22.

<sup>10</sup> Ver produções bibliográficas sobre favelas nas décadas de 1970 e 1980 em: VALLADARES, Lícia do Prado. Repensando a habitação no Brasil. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

<sup>11</sup> Vale considerar que essa discussão está inserida em um debate na década de 1980, quando muito já havia se debatido sobre periferia, pelo viés estruturalista.

Nesse momento, podemos identificar uma virada na trajetória do que se compreendia sobre periferia. Durham chama atenção para uma metodologia que enxergue esse espaço de modo complexo:

A uniformização do consumo criada pelo nível salarial, a existência de problemas comuns nas áreas de habitação, saúde, escolarização e acesso ao mercado de trabalho deve promover, nessa população, o desenvolvimento de tipos de sociabilidades, modos de consumo e lazer, padrões de avaliação do mercado e formas de percepção da sociedade que lhes são próprias. Em outras palavras, podemos supor que condições de vida semelhantes deem origem a características culturais próprias<sup>12</sup>.

Durham aponta que as “fimbrias” urbanas, categorizadas enquanto bairros periféricos, constroem relações de sociabilidades próprias. Em parte, essas relações são construídas por elementos que aparecem por meio do modo com que os habitantes dessas regiões se disponibilizam no espaço. Embora defenda as subjetivações dos espaços periféricos, por outro lado, Durham afere a existência de pontos em comum aos espaços que se localizam à franja da cidade, o que ela chama de “uma uniformidade relativa da população, segregada pela distância e pela dificuldade do transporte do resto da cidade”<sup>13</sup>. Desse modo, a autora defende que a periferia pode ser ao mesmo tempo formada por elementos comuns, mas também, múltiplos.

A pesquisa se encaminhou para a análise da construção da imagem dos Cinco Conjuntos como uma cidade. A partir da análise de fontes de jornais como *Folha de Londrina*<sup>14</sup>, *Jornal de Londrina*<sup>15</sup> e *Folha Norte*<sup>16</sup>, foi possível compreender um

---

<sup>12</sup> DURHAM, Eunice Ribeiro. Eunice Ribeiro. A sociedade vista da periferia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº1, v.1, São Paulo: Anpocs, 1986. s/p.

<sup>13</sup> Ibid., 1986.s/p.

<sup>14</sup> A *Folha de Londrina* começou a circular em Londrina a partir do ano de 1947. Tinha como presidente e editor chefe João Milanez, proprietário do jornal e que se ocupou desse cargo até o final da década de 1990. A *Folha de Londrina*, apesar de ser o periódico mais tradicional do município e abrangendo regiões, em seu entorno, teve um início quinzenal. Nota-se uma ausência de rigor editorial, com matérias diversas, sem padrão de cadernos na edição. Após o final da década de 1990, mais estabilizada financeiramente, a *Folha de Londrina* passa a apresentar uma normatização padronizada, de circulação diária e paga, sobretudo, via assinaturas.

<sup>15</sup> O Jornal de Londrina foi fundado em 31 de Julho de 1989 pelo jornalista Délio César, juntamente com outros setenta sócios minoritários, entre jornalistas e empresários. Desse modo é de importante valor para nossa pesquisa que se estende até o ano de 2008, como forma de enxergar contrapontos relacionados aos desdobramentos inseridos na apropriação dos Cinco Conjuntos.

<sup>16</sup> A *Folha Norte*, foi um jornal sucursal da *Folha de Londrina*, mas de cunho local. Iniciou suas atividades em 23 de fevereiro de 2002 e encerrou em 15 de outubro de 2010. Era um jornal semanal,

processo de construção da imagem dessa região periférica de Londrina, enquanto uma cidade. O uso de periódicos nos possibilitou analisar os Cinco Conjuntos ao proporcionar material efetivo para compreender a representação desse espaço. Sabemos que ao optarmos pela fonte da mídia impressa estamos lidando com uma natureza de material que requer um cuidado singular, pois, tais periódicos possuem características distintas. É importante destacar que enquanto a *Folha de Londrina* e o *Jornal de Londrina* são periódicos que têm circulação voltada para a população geral de Londrina e região, bem como possui distribuição por meio comercial, a *Folha Norte*, apesar de pertencer à franquia da *Folha de Londrina*, tem circulação mais restrita, pois o conteúdo do impresso trata de assuntos de interesse à região norte de Londrina, além de ter distribuição gratuita. Outra característica da *Folha Norte* é a forte presença de propagandas pagas pelos estabelecimentos do comércio local, para que apareçam no impresso, o que alimenta um filão de renda para este periódico.

Além dos jornais citados, analisamos dados coletados no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), que foi essencial para tomarmos dimensão de como os conjuntos habitacionais foram construídos em relação às unidades habitacionais e suas estruturas, bem como mapas, tabelas e gráficos que nos aproximaram do universo dos Cinco Conjuntos; também fizemos uso de dados coletados na Companhia de Habitação de Londrina (Cohab/LD); no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE), que nos forneceu dados específicos do perfil eleitoral da região, bem como permitiu a análise de determinadas figuras políticas que se destacaram na região que compreende os Cinco Conjuntos; além de dados coletados de imobiliárias que serviram como base para investigar a representação acerca da especulação imobiliária da região norte, onde se localizam os Cinco Conjuntos.

É preciso esclarecer a perspectiva que acompanhará o processo dessa pesquisa, que busca entender a construção dessa identidade dos Cinco Conjuntos, enquanto uma cidade que se dá pelo viés da representação, expressa por um contíguo de práticas discursivas, que constroem e são construídas a partir de determinado universo simbólico configurado pelos sujeitos e grupos que depositam seus interesses e experiências nas relações coletivas. Portanto, é essencial que consideremos de onde partem essas representações e a quem servem, compreendendo a representação como um instrumento de poder.

---

geralmente lançado aos domingos, de distribuição gratuita e se ocupava em noticiar os interesses da Zona Norte de Londrina.

Vemos aqui citadas reportagens de periódicos contemporâneos ao recorte da pesquisa. Apesar da fonte de jornal ainda enfrentar certa relutância para os estudos na história, compreendemos nela uma profícua fonte de pesquisa, mesmo que, inicialmente, os historiadores a julgassem com certo receio “[...] uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas”<sup>17</sup>. Após a virada linguística, sobretudo, com a inserção metodológica dos Annales, a historiadora Tânia Regina de Luca ressalta que os periódicos como um todo são legítimos, enquanto fontes e nos oferecem importantes diálogos para a construção da pesquisa histórica. Sendo assim, para avaliar os discursos presentes nesses jornais tomamos como fundamento metodológico o conceito de representação. Tal conceito nos respalda em analisar o jornal como fonte a partir de um pressuposto eivado de construções discursivas, quer dizer, de representações do mundo social. Desse modo, compreendemos como representação:

São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza <sup>18</sup>.

Portanto, nesta pesquisa, tomamos os periódicos como fonte para análise dos Cinco Conjuntos visando apreender as representações criadas e mantidas no imaginário social que foram veiculadas em suas páginas. A partir da concepção de que a mídia impressa exerce papel significativo em forjar imagens acerca de lugares.

Ao analisarmos o material coletado, notamos que foi o jornal *Folha de Londrina* que publicou, no ano de 1978, no caderno imobiliário, a matéria, “Uma nova cidade está sendo construída na periferia de Londrina [...]”, esta foi a primeira menção dessa região como uma cidade. A partir deste ponto, procuramos em reportagens

---

<sup>17</sup> LUCA, T.R. História dos, nos e por meio dos periódicos. p 111 – 153. p.112. IN: PINSKY, C. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008. p. 12.

<sup>18</sup> CHARTIER, R. História cultural: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2ª edição. Lisboa: Difel, 2002. p. 17.

anteriores outras indicações da região norte como uma cidade, o que não foi encontrado, dessa maneira tomamos o ano de 1978 como o início de nosso recorte.

Entretanto, a analogia dos Cinco Conjuntos com uma cidade não foi datada de forma institucional, ou mesmo recebeu alguma formalidade por parte do poder público, que dataria a indicação desse espaço enquanto cidade. No entanto, tal analogia passou a ser recorrente para indicar a região norte, sobretudo, os conjuntos habitacionais ligados aos Cinco Conjuntos. Foi possível notar que o termo cidade passou por reformulações de acordo com as apropriações em diferentes contextos. Nesse trabalho, ao estudarmos as fontes e o uso da palavra cidade para se referir aos Cinco Conjuntos, organizamos a pesquisa em três principais eixos de análise, como veremos a seguir.

Primeiramente, a exemplo desse processo podemos destacar o empreendimento habitacional por meio da gestão do Banco Nacional de Habitação (BNH), ação que fomentou no âmbito federal a construção dos conjuntos habitacionais no Brasil de 1964 a 1986. Ao analisarmos a trajetória de construção dos conjuntos habitacionais em Londrina, aqueles construídos na região norte da cidade, sobretudo os que configurariam a região dos Cinco Conjuntos, foram compostos pelo maior número de casas populares protagonizando as páginas do periódico *Folha de Londrina*. Dessa maneira, iniciamos nosso trabalho a fim de investigar como os conjuntos habitacionais da zona, apesar de estarem inseridos em um contexto local, no interior do Paraná, foram apropriados pelo discurso federal – durante o período da ditadura militar - como elementos de promoção da imagem do governo federal vigente. Esses campo de disputas, nos revela como a habitação social foi além dos interesses voltados aos mais pobres, pois, atendeu à demanda de propaganda positiva em busca de uma aceitabilidade e inserção da imagem de um governo que precisava se legitimar dentro de um contexto antidemocrático.

Em segundo lugar, outros fatores colocaram os Cinco Conjuntos como a “cidade dentro de Londrina”, a saber: os interesses políticos sobre a região que ganhou fama por “decidir” eleições em Londrina, sendo alvo de campanhas eleitorais; o destaque no âmbito econômico, a partir da forte menção dos jornais; discursos discorridos pelo poder público de Londrina, apontando a região dos Cinco Conjuntos com força “maior do que muitos municípios”; propagandas de setores do varejo e atacadistas que se inserem na região ao longo dos anos, todos saturando o discurso da “cidade Cinco Conjuntos”. Notamos que a questão da “cidade” passa a apresentar

mais uma tônica sob a ótica econômica, sobretudo, em reportagens tanto na *Folha de Londrina*, quanto no *Jornal de Londrina*, que colocam a região em relevo como foco de consumo e dinamização da economia, tendo assim, “mais poder de compra do que muitas cidades em torno de Londrina”.

Por fim, em 2008, o jornal *Folha Norte* noticiou, como destaque de reportagem, as mudanças acerca do projeto urbano estrutural da cidade conhecido como Plano Plurianual de Londrina. Nesse debate, diversos órgãos discutiram sobre as futuras ações urbanas e metas a serem cumpridas no município e uma das diretrizes era de descentralizar a cidade, ou seja, fomentar outros espaços de circulação de consumo e entretenimento, criando assim, “outros centros”. A reportagem destacou que a cidade de Londrina teria o desenvolvimento de três centros: a região do centro antigo, um na Gleba Palhano – região sul da cidade onde se concentra os imóveis mais sofisticados e de maior valor no mercado imobiliário – e por fim, a região norte, área setentrional urbana da cidade onde se localizam os Cinco Conjuntos. O então presidente do IPPUL, relatou que:

A avenida deve ganhar densidade na área construída com construções de edifícios altos, um salto de qualidade para o mercado imobiliário. “A Saul será o centro de uma nova cidade, onde as pessoas irão morar e trabalhar, se deslocando poucas vezes até a área central”, explica o arquiteto João Baptista Bertolotti, diretor presidente do Ippul <sup>19</sup>.

Percebemos nesse trecho que mais uma vez a palavra cidade aparece com objetivo de apontar a região dos Cinco Conjuntos como uma cidade, nesse sentido o poder público vem assimilando esse discurso de “cidade” para a região norte, especificamente a região dos Cinco Conjuntos, determinando e estruturando de forma fragmentada, mais uma vez, o espaço urbano de acordo com as diretrizes de inserção econômica, seguindo uma tendência de institucionalizar tais interesses.

As questões básicas que envolvem o nosso objeto foram explicitadas cabendo, ainda, esclarecer que o ano de 2008 foi o limite para o nosso recorte temporal de pesquisa. A opção levou em consideração o fato de, em 2009, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva emitir uma medida provisória implantando o

---

<sup>19</sup> FOLHA NORTE DE LONDRINA. Plano diretor: três novos centros para a cidade. Caderno Cidade. 20 a 26 de dezembro de 2008 – Edição nº333 – Ano 7. p. 2.

Programa Minha Casa Minha Vida, sendo a Caixa Econômica Federal agente executor na produção dessas casas destinadas às camadas mais carentes. O Programa Minha Casa Minha Vida marcou a estrutura política social habitacional no país de tal modo que exigiria outra pesquisa específica voltada à essa configuração<sup>20</sup>.

Contudo, o discurso acerca dos Cinco Conjuntos como uma “cidade dentro de Londrina”, ainda permanece latente nas falas dos diários, nas propagandas disseminadas pelos comerciantes em diferentes âmbitos, seja político, econômico ou mesmo habitacional. Mas, nosso interesse é de perscrutar quando, como e por quais agentes esse discurso de cidade eivou o espaço da periferia e quais as suas subjetividades acerca do lugar social que os Cinco Conjuntos ocupa, frente às representações existentes no espaço urbano.

Os resultados da pesquisa serão expostos em três capítulos. No capítulo 1, “O discurso do Banco Nacional de Habitação na política de habitação social: usos, abusos e articulações na cidade de Londrina – PR (1978-1982)”, será apresentado a inserção dos conjuntos habitacionais na cidade em Londrina, dando enfoque aos conjuntos inseridos na composição do complexo de moradias populares Cinco Conjuntos. Buscamos nesse momento compreender o processo de inserção do Sistema de Habitação Social (SFH) e do Banco de Habitação Nacional (BNH) na produção de casas populares e na implantação de estruturas urbanas, que se destacaram como plataforma de governo durante toda a vigência da ditadura militar, estendendo-se até 1986.

Sobre esse período, autores como Ermínia Maricato, Gabriel Bolaffi, Lícia do Prado Valladares e Lúcio Kowarick foram essenciais como arcações bibliográficas acerca dos conjuntos habitacionais, pois, configuraram majoritariamente os debates acerca das habitações sociais nas décadas de 1970 e 1980 e a formação das periferias, ou seja, o campo urbano destinado à habitação dos mais pobres.

Além das pesquisas acerca da formação das periferias como fruto das ações do BNH, compreendemos como crucial o entendimento do contexto habitacional de Londrina. Para isso, nos fundamentamos em trabalhos já realizados sobre o espaço urbano londrinense, sobretudo, aqueles voltados à região norte de Londrina e,

---

<sup>20</sup> Em 2009 foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida ligado à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. O PMCMV foi marco importante de estruturação de habitação social que pode ser considerado como divisor de águas após a longa repercussão do Banco Nacional de Habitação criado para aquele fim.

especificamente, os relacionados às moradias em conjuntos habitacionais. Vale destacar a contribuição de trabalhos dos geógrafos Cláudia Lima Esteves Alves, Victor Hugo Teixeira Martins e Andréa Rodrigues dos Santos Beidack que foram relevantes no entendimento das moradias populares na cidade de Londrina. É importante ressaltar que essa pesquisa dialoga com os campos da antropologia urbana, sociologia, geografia, arquitetura e urbanismo, pois, a partir da ótica de uma história da sociedade, a interdisciplinaridade contribui de modo profícuo para uma análise mais ampla sobre o objeto da história.

Nesse sentido, a partir do processo de construção de casas populares na região norte, foi possível observar que a região, onde hoje estão localizados os conjuntos habitacionais que compõem os Cinco Conjuntos, se destacou pela quantidade de unidades habitacionais, em relação às demais regiões de Londrina. Dessa maneira, nos empenhamos em analisar as apropriações da imagem da casa própria, pelo discurso das políticas de governo tanto no âmbito nacional, mormente, pelo BNH, quanto pelo interesse das políticas locais, nas gestões municipais. Além disso, foi possível analisar o modo com que o poder privado se apropriou do discurso do Estado – enquanto provedor de moradias aos menos favorecidos – para se beneficiar financeiramente. Esse capítulo procurou analisar as diferentes apropriações da casa popular e o fomento da ideia de cidade - enquanto espaço colossal de moradias padronizadas – para sustentar interesses, tanto pelo viés público, quanto o privado.

No capítulo 2, “Apropriações e representações do político nos Cinco Conjuntos: ‘a cidade’ a quem lhe convém”, serão analisados os discursos políticos inseridos nos Cinco Conjuntos. Entre os anos de 1980 a 1990, a região norte de Londrina, sobretudo, protagonizada pela imagem dos Cinco Conjuntos, foi marcada pela ideia de reduto eleitoral. Nessa etapa da pesquisa, buscou-se compreender como as denotações de cidade sustentam a ideia de uma região que detinha poder de apoiar candidaturas municipais. Para isso, investigamos a associação dos Cinco Conjuntos à personalidade política de Antônio Casemiro Belinati, que construiu sua imagem fortemente atrelada a esse espaço.

Em consulta aos jornais *Folha de Londrina* e *Jornal de Londrina*, não foi difícil encontrar matérias que associavam aos Cinco Conjuntos como o “grande feito” do então prefeito Belinati. Denotações como “Belinópolis”, ou o “pai do Cincão”

protagonizaram as matérias da imprensa escrita em Londrina, fortalecendo o vínculo da região com o político.

Buscamos analisar de que maneira o discurso da política de habitação social foi apoderada pelo Estado, tanto no âmbito federal, quanto no estadual e também no municipal, tornando assim a região dos Cinco Conjuntos como um campo de disputas de poderes. Fundamentamo-nos em Pierre Bourdieu, na obra “O poder simbólico”<sup>21</sup>, sobretudo, no capítulo VII, “A representação política: elementos para a teoria do campo político”. Para esse autor, o campo político é abarcado como um campo de força e de luta que pretende transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento.

Ao considerarmos os Cinco Conjuntos, inseridos nas disputas eleitorais de Londrina, podemos transpor a ideia de campo político de Bourdieu para recuperarmos a percepção das forças presentes nessa região. Segundo o autor a concentração de capital político é fomentada nas mãos de grupos que se apropriam de outros grupos desapossados de bens culturais e materiais. Dessa maneira, Bourdieu coloca o capital político sob a ótica da lei de oferta e procura.

O campo político é, pois o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos, ou melhor, pelo monopólio pelo direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos<sup>22</sup>.

Dados como do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), foram de extrema importância para compreendermos os cenários eleitorais de Londrina e seus desdobramentos, ao analisarmos a força de agentes políticos ligados aos Cinco Conjuntos. As fontes dos periódicos revelam-nos o modo com que as dinâmicas da imagem política foram relacionadas aos Cinco Conjuntos, tais como as coberturas eleitorais, as festividades após as apurações de votos e como a região norte de Londrina, sobretudo os Cinco Conjuntos, aparecem nesse cenário político como elemento de catalisação das disputas eleitorais.

No terceiro e último capítulo, “As representações de cidade e centro nos Cinco Conjuntos”, o enfoque voltou-se para a compreensão da imagem de centro e

---

<sup>21</sup> BOURDIEU, P. O poder simbólico. 14ª edição: Bertrand Brasil – Rio de Janeiro, 2010.

<sup>22</sup> BOURDIEU, 2010. p. 185.

cidade associada aos Cinco Conjuntos. Para a construção dessa análise buscamos compreender onde tais denotações – centro/cidade – aparecem, qual o lugar do discurso, como eles se relacionam e se articulam com o espaço Cinco Conjuntos. Dessa maneira, a imprensa escrita foi um profícuo campo de fontes para iniciarmos o processo de análise. Também, buscou-se levantar pesquisas relacionadas aos Cinco Conjuntos pelo viés da centralização. No âmbito local, o geógrafo Willian Ribeiro da Silva – já citado anteriormente – desenvolveu um estudo acerca das multi(poli)centralidades em cidades médias, com base no estudo de caso de Londrina e Maringá, ambas cidades do interior paranaense. Além de Silva, procuramos analisar a construção metodológica das autoras Tânia Maria Fresca e Andréia Rodrigues dos Santos Beidack que endossam a ideia de poli(multi)centralidade de Silva e fomentam a centralidade da região onde se encontra os Cinco Conjuntos.

Assim, os Cinco Conjuntos enquanto cidade e/ou centro foram analisados de modo mais cauteloso, pois, houve a preocupação de investigar os interesses por trás dessas denominações na periferia. Para isso, Roger Chartier e Pierre Bourdieu foram fundamentais para a construção de nossa análise de tais concepções enquanto representação e as disputas de interesses no espaço Cinco Conjuntos. Além desses autores, a obra “Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação social”, das autoras Maria Encarnação Beltrão Sposito e Maria Eda Góes <sup>23</sup>, foram auxílio na compreensão acerca da desmistificação das centralidades, pois, enquanto a centralidade afere poder, no meio urbano, essa concepção surge como uma imposição na ordem urbana podendo exercer ação de segregação dos espaços. Desse modo, procurou-se ir além de configurar centralizações, mas buscou-se o peso de representatividade ao categorizar os espaços. Desta forma, indo mais fundo e enxergar quais centralizações e de que modo elas subcategorizam os habitantes da cidade.

A arquitetura urbana, mais que apenas um elemento concreto, se mostra como espaço de disputas. Nela pode-se perceber como as relações de sociabilidades se dão a partir das organizações do meio urbano. Os elementos que compõem o espaço urbano são dignos de interpretações sob o olhar histórico, pois pertencem a um conjunto de subsídios elaborados pelas vivências humanas. Portanto, compreendeu-se que lançar o olhar sobre a cidade a partir do prisma da história, nos

---

<sup>23</sup> SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão & GÓES, Maria Eda. Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação social – 1. Ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2013.

faz compreender que não se trata de um objeto livre de intenções, mas, sobretudo, carregado de representações.

**Capítulo 1. O discurso do Banco Nacional de Habitação na política da moradia social: usos, abusos e articulações na cidade de Londrina – PR (1978–1982).**

A necessidade de construir casas populares está intensamente ligada ao desenvolvimento do espaço urbano, bem como ao crescimento populacional das cidades. Ao longo da história, o processo de industrialização e urbanização se condensou em uma única realidade, modelando a urbe e as experiências de vida nesse espaço, não apenas no quadro urbano europeu, mas também no brasileiro, cada um submetido ao seu contexto. Os conjuntos habitacionais foram uma das soluções aplicadas para tratar da demanda habitacional sendo apropriado tanto pelo estado, quanto por órgãos privados<sup>24</sup>.

Nesse capítulo procurou-se analisar as relações das ações do Banco Nacional de Habitação (BNH) e a política de habitação social em Londrina, sobretudo, referente aos conjuntos habitacionais que deram origem aos Cinco Conjuntos. Nesse percurso o objetivo foi de perscrutar as articulações do poder federal e local, suas apropriações quanto às construções de casas sob a égide do discurso de déficit habitacional, políticas públicas e interesse social do Estado em erradicar o “mal” da favelização. Para isso, foi necessário o mergulho no universo das políticas do BNH, bem como no contexto da cidade de Londrina no período de vigência dessa política pública habitacional. A partir da análise dos periódicos, *Folha de Londrina* e *Jornal de Londrina* foi possível perceber como a imagem do BNH e dos poderes locais apropriaram-se do discurso voltado aos interesses sociais, além da disponibilidade de fontes oriundas da própria prefeitura de Londrina que contribuíram para a construção da análise em questão.

Antes de adentrar na discussão da habitação social, é importante refletir sobre o objeto que agregará toda a discussão sobre a casa. Mais de que um objeto de valor, um capital monetário, a casa representa muito mais do que um bem de troca, é nela que o sujeito efetiva o lugar de abrigo, de proteção, de segurança. Pierre Bourdieu aponta que a casa “é um elemento central de um patrimônio de que espera que dure tanto como seu proprietário e mesmo que sobreviva, a título de herança transmissível”<sup>25</sup>. Assim, ao longo da história a casa passou a ser revestida de sentidos ligados ao pertencimento, de um projeto de vida ou de estabilidade futura. Pierre Bourdieu

---

<sup>24</sup> Não é do escopo dessa pesquisa adentrar no processo histórico do espaço urbano.

<sup>25</sup> BOURDIEU, Pierre. As estruturas sociais da economia. Porto: Editora Campos das Letras, 2006. p. 38.

disserta a relação social da casa a partir da visão de um “mito”, pois, mais que um elemento concreto a casa está envolta às concepções simbólicas que agregam valores tais como a convivência em grupo, coloca o sujeito como um ser social, coletivo. Ou, como o autor assevera:

O que se afirma tacitamente através da criação de uma casa é a vontade de criar um grupo permanente, unido por relações sociais estáveis, uma descendência capaz de se perpetuar duravelmente, no gênero do domicílio, durável e estável, imutável; é um projeto ou uma aposta coletiva sobre o futuro da unidade doméstica, quer dizer, sobre a sua coesão, a sua integração [...] <sup>26</sup>.

Para Bourdieu, essa configuração de morar perpassa pelo hábito sedentário que o homem veio construindo ao longo do tempo, investindo na casa a concretização de um modo de vida. Assim, tal objeto passou a ser valorizado por sua importância cultural, invisível e simbólica. Por outro lado, a casa também recebeu a imagem de bem durável, sob a ótica do capital, como bem material, ainda mais fomentado no sistema econômico monetário que perpetuou a casa como uma propriedade privada. Mais uma vez, Bourdieu aclara:

[...] a compra da casa é, ao mesmo tempo, um investimento econômico – ou, pelo menos, uma forma de entesouramento, enquanto um elemento de um patrimônio durável e transmissível – e um investimento social, na medida em que encerra uma aposta sobre o futuro ou, mais exatamente, um *projeto de reprodução* biológico e social<sup>27</sup>. (grifo do autor).

A partir desse capital simbólico da casa seguimos nossa análise. Ao mergulharmos no universo das casas populares no Brasil percebemos que foi a partir da intervenção do Estado, durante a ditadura militar, pelo Sistema de Habitação Social (SFH) que a moradia passou a ser elemento de preocupação federal. Até então, outros projetos governamentais apenas haviam se aproximado acerca da habitação para as camadas menos favorecidas.

---

<sup>26</sup> Ibidem., p.39.

<sup>27</sup> Ibidem., p. 40.

O Banco de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) foram criados pelo decreto Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964<sup>28</sup>, sob a regência da Ditadura Militar. O objetivo do programa era de construir casas próprias para aquisição de famílias de baixo poder aquisitivo. As fontes de recursos de capital eram basicamente duas, a arrecadação do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), o que correspondia ao conjunto de recolhimento de letras imobiliárias e das cadernetas de poupança; a outra fonte foi capitalizada em 1967 e era oriunda do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), gerado a partir do fundo compulsório dos trabalhadores formais da economia do país<sup>29</sup>. O sociólogo Gabriel Bolaffi desenvolveu sua pesquisa estreitamente ao período de vigência de tais ações habitacionais nos primeiros anos do BNH e observou que tais capitalizações foram responsáveis por elevar o Banco ao segundo maior do Brasil.

Os objetivos do BNH foram sempre ressaltados como uma política de governo voltada para o beneficiamento das camadas populares de baixa renda que ainda não haviam adquirido sua casa própria. Desse modo, nos relatórios expostos pelo Banco, as principais definições eram:

1. Coordenação da política habitacional e do financiamento para saneamento;
2. Difusão da propriedade residencial, especialmente entre as classes menos favorecidas;
3. Melhoria do padrão habitacional e do ambiente, bem como eliminação de favelas;
4. Redução do preço de habitação pelo aumento da oferta, da economia de escala na produção, do aumento da produtividade nas indústrias da construção civil e redução de intermediários;
5. Melhoria sanitária da população;
6. Redistribuição regional dos investimentos;
7. Estímulo à poupança privada e, conseqüentemente, ao investimento;
8. Aumento da eficiência da aplicação dos recursos estaduais e municipais;
9. Aumento de investimentos nas indústrias de construção civil, matéria de construção e de bens de consumo durável, inicialmente de forma acentuada – até o atendimento da demanda reprimida – e de forma atenuada, mas permanente, para o atendimento das demandas vegetativas e de reposição;
10. Aumento da oferta de emprego permitindo absorver mão-de-obra não especializada;
11. Criação de polos de investimento com a conseqüente melhoria das condições de vida nas áreas rurais.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> BOLAFFI, Gabriel. As casas das ilusões perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1977. p.48.

<sup>29</sup> Ibid., p.48.

<sup>30</sup> BOLAFFI, p. 49.

Pode-se observar que a criação do BNH surgiu sob um discurso de sanar os problemas inflacionários que o país atravessava, por meio do investimento habitacional. É interessante destacar a observação de Bolaffi quanto à inserção dessa política não apenas com um objetivo de resolver a falta de habitação em relação à população do país, mas como uma estratégia de governo direcionada a outros setores da economia que sofriam com os altos índices inflacionários, que o país atravessava.

Entretanto, é relevante a questão da gerência do SFH, pois esse órgão atuava a partir de dois subsistemas, o SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo); já os recursos das cadernetas de poupança e dos demais títulos imobiliários eram recolhidos pelas associações responsáveis pelas poupanças e empréstimos. Esse capital era direcionado às empreiteiras que apresentavam projetos de edificações, tanto de conjuntos habitacionais horizontais quanto verticais; essas construtoras, por sua vez, cuidavam de encontrar o terreno, gerir a planta e repassar a venda dos imóveis aos mutuários. Nesse caso, o público do Sistema de Poupança e Empréstimos era principalmente famílias de classe média e alta. Já a arrecadação do FGTS, que era totalmente administrada pelo BNH, tinha a função, majoritariamente, de implementar a construção de casas de interesse social, ou seja, a construção de conjuntos populares e de cooperativas. Além disso, essa verba também era destinada a financiamento de setores de saneamento e desenvolvimento urbano. A função do BNH não se limitava à articulação financeira. Segundo Santos, o banco tinha a incumbência de promover a distribuição das verbas de acordo com as maiores necessidades no país, ficando, sobretudo, na erradicação das favelas. Outra ação gerenciada pelo BNH era o de fomentar a dinâmica de investimentos na indústria de construção civil. A ideia era de, junto com a edificação das casas populares, o Estado auxiliar na promoção e incentivo dos municípios a consumirem os materiais de construção da própria região dinamizando assim a economia a partir dos setores envolvidos na área de habitação.

Nesse contexto, surge as Companhias de Habitação (COHAB), empresas mistas sob o controle acionário dos governos estaduais e/ou municipais. Assim, essas companhias obtinham as verbas do BNH mediante a apresentação de projetos que deveriam ser revisados e habilitados pelo Banco e dessa forma aprovados para

construção. O BNH também atuava como órgão de fiscalização<sup>31</sup> desses empreendimentos de acordo com o objetivo de garantir que as habitações fossem destinadas às camadas pobres de cada município. A responsabilidade dessa fiscalização era auxiliada pelos órgãos estaduais e municipais de cada região.

Nessa tela, o BNH procurou articular uma gestão que enfatizasse o discurso das habitações sociais. Sobre essa questão, foi possível observar que o governo vigente traçou uma fala que tratava a habitação como um grave problema a ser combatido pelo Estado. Esse, por sua vez, investiu no propósito de sanar as carências de moradias e ao mesmo tempo focou nessa área a solução dos problemas urbanos brasileiros. Na fala da primeira presidente do BNH, Sandra Cavalcante:

A Revolução vai necessitar de agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter que nos esforçar para devolver a elas certa alegria. Penso que a solução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre as suas feridas cívicas<sup>32</sup>.

A habitação passou a tomar lugar de destaque na realidade governamental durante o período da ditadura militar, assim como outras frentes, tais como a educação, cultura entre outras esferas. A moradia foi apropriada pelo governo como ferramenta de dominação ideológica. A atmosfera de que o então governo sanaria os problemas de moradias acabou por criar uma sensação de “bem-estar social” no país. A casa própria, no período da ditadura militar recebeu um status de “liberdade”, “autonomia” e “segurança”. A casa enquanto bem simbólico, esclarece a visão da casa representada pelo Banco Nacional de Habitação e a ideologia propagada pelo governo militar. Nesse ponto, é interessante analisar a repercussão da atuação do BNH em todo país.

O período de atuação do Sistema Financeiro de Habitação, que abrange os anos de 1964 a 1986 foi o mais significativo em relação à produção de casas populares, destinadas à aquisição de bem próprio. Não obstante, os resultados

---

<sup>31</sup> Apesar da função de órgão de atuação e fiscalização das obras públicas habitacionais, o BNH esteve envolvido em diversas ações fraudulentas que levaram a enormes prejuízos, mas que foram acobertados pelo governo, que fez uso do tesouro nacional, com o intuito de manter a popularidade do Estado, enquanto provedor de desenvolvimento e honestidade. Ver mais em LEAL, p. 206.

<sup>32</sup> MENDONÇA, Lúcia. de. A política habitacional a partir de 1964. Revista de Ciência Política. 23 (3): 141-161, Dez, 1980. p.150. Apud, LEAL, 1990. p.198.

quantitativos foram expressivos. Segundo o arquiteto urbanista Nabil Bonduq, em 22 anos de vigência, o SFH financiou a construção de 4,3 milhões de unidades habitacionais e cerca de 1,9 milhão de moradias destinadas à camada média com recurso, majoritariamente, do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE). “Além disso, foi notável o papel dos recursos do BNH no saneamento básico, com destaque para o Plano Nacional de Saneamento (Planasa) [...]”<sup>33</sup>, o que foi decisivo para o desenvolvimento da expansão de rede de água, nas maiores cidades brasileiras no período entre os anos de 1970 a 1990.

Gabriel Bolaffi aponta a visão da casa própria a partir de duas perspectivas: a primeira trata da questão “subjéctiva”, em que “a aquisição de um imóvel se constitui na principal evidência de sucesso e da conquista de uma posição social mais elevada” e, a segunda premissa está calcada no carácter objetivo, apontado pelo autor, em que “a casa própria não só melhora as possibilidades de acesso ao crédito, como libera o orçamento familiar da obrigação mensal inexorável do aluguel”<sup>34</sup>.

Cabe destacar que os anos subsequentes a 1964 foram de elevadas taxas inflacionárias para a economia brasileira<sup>35</sup>. Licia do Prado Valladares assevera que a economia inflacionada “[...] desestimulava os investimentos e provocava um surto especulativo nos grandes centros, bem como a desarticulação imobiliária”<sup>36</sup>. Assim, cada vez mais a habitação se tornava um bem de difícil acesso às camadas menos favorecidas e de desencontro em relação ao discurso fomentado pelo governo como um “sonho a ser conquistado”. Entretanto, foi na construção civil que a visão tecnocrata enxergou um profícuo campo de “recuperação” econômica, como aborda Bolaffi:

Em 1964, o regime revolucionário que se estabeleceu assumiu, juntamente com o poder, o compromisso de conter e reduzir as pressões inflacionárias. Mas a sua sobrevivência política dependia da capacidade de atingir esse objetivo sem provocar uma depressão economicamente profunda e

<sup>33</sup> BONDUK, Nabil. Os pioneiros da habitação: cem anos de construção de política pública no Brasil. Volume 1 - São Paulo – Editora Unesp - 1ª Edição: Edições Sesc, 2014. p. 64.

<sup>34</sup> BOLAFFI, Gabriel. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1ª Edição, 1979. p. 43.

<sup>35</sup> Nossa pesquisa não enfocará nas análises econômicas do período, nos interessa as implicações relacionadas ao contexto do BNH. Ver mais em: AZEVEDO, Sergio de. A política habitacional para as classes de baixa renda. Dissertação de Mestrado Luperj, 1975.

<sup>36</sup> VALLADARES, Licia do Prado. Repensando a habitação no Brasil. VALLADARES, Licia do Prado (org). Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1982. p. 38.

prolongada. E dependia também de conseguir formular projetos capazes de conservar o apoio das massas populares, compensando-as psicologicamente pelas pressões a que vinham sendo submetidas pela política de contenção salarial. Para tanto, nada melhor do que a casa própria <sup>37</sup>.

A partir da colocação do autor, a casa própria se torna um meio de fomentação econômica do Estado. Mas, seu papel ultrapassou as esferas econômicas atingindo o campo ideológico. Nesse contexto, a casa pode ser analisada na perspectiva indicada por Valladares, como um meio de aceitabilidade da ditadura militar que adentrou num contexto da forte representação da habitação na sociedade e passou a ser usada como um subterfúgio de logística econômica e política. A autora enfatiza que:

[...] a opção por um grande plano de investimentos na construção de habitação populares é pensada como uma resposta à crise política, tendo em vista o significado da casa própria, que se torna um símbolo que é desejado por tudo que ele representa: segurança, status, renda etc.<sup>38</sup>.

Desde a década de 1970, havia o debate acerca da carência de habitação brasileira. Gabriel Bolaffi chamou atenção em relação a essa “realidade” como um “falso problema”. Em uma revisão de sua própria pesquisa, intitulada “Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema”, o autor coloca em xeque a questão do “déficit” habitacional e questiona por que a habitação tomou tanta proporção enquanto um “problema” comparado à precariedade de “alimentos, vacinas, médicos, remédios, hospitais, etc. [...]” <sup>39</sup>. Outro fator apontado por Bolaffi foi à ineficiência da gestão do BNH enquanto solucionar a tão promovida crise habitacional do país, como expõe:

Segundo o relatório anual do BNH de 1971 “os recursos utilizados pelo Sistema de Financeiro de Habitação só foram suficientes para atender a 24 % da demanda populacional” (urbana). Isto significa que, seis anos após a criação do BNH, toda sua contribuição para atender ou diminuir o déficit que ele se propôs eliminar constituiu em que esse mesmo déficit aumentasse em 76 %. De acordo com as previsões o BNH, em 1971 o atendimento percentual

---

<sup>37</sup> Ibidem., p.44.

<sup>38</sup> VALLADARES, 1982. p. 39.

<sup>39</sup> BOLAFFI, 1979. p. 52.

teria sido de 25,3 % e, embora deva aumentar ligeiramente em cada ano até 1980, o déficit deverá exceder 37,8 % do incremento das necessidades.

Nessa fala, o autor expõe de modo estatístico e claro que as metas propostas pelo BNH, em sua fase de iniciação não foram atingidas, pelo contrário, durante a gestão do Banco, houve um aumento no déficit habitacional agravando ainda mais o acesso das camadas mais pobres às moradias. Sob esse aspecto, Bolaffi aponta as causas que aumentaram a distância da casa própria enquanto uma solução de um “problema social”.

A dinâmica do BNH se limitou em gerenciar a capitalização de verbas para aplicação na construção civil, sobretudo em moradias populares. Entretanto, após a arrecadação, o BNH repassava a responsabilidade das construções às Companhias de Habitação (Cohabs), essas por sua vez precisavam seguir todo protocolo estabelecido pelo BNH. Para efetivar as construções de casas, as Cohabs “só podiam se qualificar para a obtenção de empréstimos junto ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, se a elaboração dos referidos planos fosse confiada a *empresas privadas*”<sup>40</sup>. Assim, todo o processo de construção de habitações foi alocado nas mãos de construtoras particulares que gestavam a formação dos conjuntos habitacionais. Ou seja, a construção de casas populares se transformou em uma considerável gama de articulações privadas que tomaram um projeto de “cunho social” como um profícuo negócio de lucratividade, como Bolaffi assevera:

Mesmo a cobrança das prestações devidas ao BNH é confiada a uma variedade de agentes financeiros, companhias habitacionais, iniciadores, sociedades de crédito imobiliário e outras, as quais, além de reterem uma parte dos juros, conservam os recursos financeiros provenientes das prestações recebidas durante um ano, antes de os devolverem ao BNH <sup>41</sup>.

A análise de Bolaffi nos leva à uma reflexão crítica sobre a habitação social. Tal postura, permitiu desnaturalizarmos a imagem de projeto social do Banco Nacional de Habitação, tornando possível encontrar diversos aspectos que constata mais uma vez a apropriação pelo Estado, ou seja, a precarização da moradia, não como

---

<sup>40</sup> Ibidem., p. 54.

<sup>41</sup> Ibidem., p. 55.

um déficit ou carência, mas como um reflexo do sistema econômico transformado em um “falso problema”, como esclareceu Bolaffi. Essa perspectiva foi formulada para sustentar o discurso de interesses governamentais e de manipulação ideológica. Nesse sentido, buscamos compreender o contexto habitacional de Londrina, acerca dos conjuntos habitacionais durante a vigência do BNH, que formaram os Cinco Conjuntos, objeto de nossa pesquisa.

## **1. O discurso do BNH em Londrina: “uma cidade nasce na periferia”.**

A década de 1970 foi marcada pelas ações do Banco Nacional de Habitação (BNH), em Londrina voltadas para a construção de casas populares. O assunto foi intensamente noticiado pelo jornal *Folha de Londrina*.

A implementação dessa política deu origem aos conjuntos habitacionais, voltados a concentrar moradias para as camadas menos favorecidas. Esses conjuntos habitacionais foram explorados e representados como um grande empreendimento governamental com objetivo de sanar a carência de habitação no município, bem como a erradicação de favelas e outras moradias irregulares. Por meio desse modelo de habitação popular houve a expansão da periferia urbana em Londrina, institucionalizada e calcada sob a ordem do Estado.

É preciso compreender o processo das transformações urbanas que envolveram a formação dos conjuntos habitacionais sob a vigência do BNH. Para isso, foi trazido à exposição o quadro socioeconômico associado com as consequentes transformações urbanas durante o período de formação dos conjuntos habitacionais em Londrina. Esta pesquisa pauta-se na questão do universo do espaço urbano e suas sociabilidades, entretanto é importante frisar que as décadas que analisamos, acerca da construção dos conjuntos habitacionais em Londrina, atravessavam diversos problemas econômicos. Ermínia T. M. Maricato elucida essa abordagem contextual do Brasil da seguinte maneira:

Poderíamos também chamar o período abordado – do milagre à crise econômica – pois nesse mesmo período o país apresentou índices de crescimento intenso (o PIB cresce 11,5% entre 68 e 73) e início de forte

recessão econômica (em meados de 1983 o desempenho industrial atinge a faixa dos 20% em São Paulo segundo FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) <sup>42</sup>.

Embora Maricato esteja avaliando uma conjuntura do estado de São Paulo, podemos considerar tal análise atrelada ao quadro socioeconômico que o país atravessava. As décadas que percorreram a vigência administrativa militar entre os anos de 1964 a 1985 foram palco de oscilações econômicas que acarretaram medidas de instabilidade financeira do Estado que buscou em diversas frentes amenizar a complexa situação econômica e social do país, investindo em programas de desenvolvimento e atuando em diferentes frentes da economia. Para a análise do espaço dos conjuntos habitacionais, ligados à formação dos Cinco Conjuntos, nos atentamos ao âmbito da moradia, que passou a se destacar como uma dessas frentes de investimento do Estado como elemento relacionado às tais medidas de reorganização financeira do país.

Trazendo esta análise para o contexto local de Londrina, as décadas de 1960 e 1970 foram representativas em relação às mudanças conjunturais econômicas paranaense e, conseqüentemente, do município<sup>43</sup>. Com investimentos voltados à industrialização do estado, o mercado do café, ressaltado como protagonista de áureos tempos<sup>44</sup> do progresso paranaense, bem como em Londrina, perdia fôlego nessa cultura em específico<sup>45</sup>. É preciso que se atente para as mudanças socioeconômicas das décadas anteriores às efetivações dos conjuntos habitacionais

---

<sup>42</sup> MARICATO, Ermínia. Política Habitacional no Regime Militar: do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis – Editora Vozes Ltda. 1987. p. 14.

<sup>43</sup> FRESCA, Tânia Maria. Industrialização no Norte do Paraná na década de 1990: transferência industrial e estratégias de crescimento. In: Ciência Geográfica. X. Vol. X (3), set./dez, Bauru: 2004. p s/p.

<sup>44</sup> Cabe aqui esclarecer que a cidade de Londrina foi palco de uma economia voltada ao cultivo do café, destacando-se como a capital desse do mesmo. Podemos referenciar como produções bibliográficas a respeito desse tema: ADUM, S.M.L. Imagens do Progresso: civilização e barbárie em Londrina (1930 – 1960). Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, UNESP -Assis – São Paulo, 1997. ARIAS NETO, J. M. O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930/1975. Londrina: Ed. UEL, 1998. IVANO, R. Crônicas de Fronteira: imagem e imaginário de uma terra conquistada. 1. Ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2002.

<sup>45</sup> Os anos que percorreram as décadas de 1960 e 1970 foram de mudanças no quadro do agronegócio paranaense. Em Londrina houve a atuação do Grupo Executivo de Erradicação do Café (GERCA), responsável por diminuir os hectares de plantio do café e incentivando o desenvolvimento de áreas de pastagens, o cultivo da soja, do trigo entre outras culturas polarizadas como arroz, feijão entre outros. Essas informações podem ser consultadas de forma mais aprofundadas em: FRESCA, Tânia Maria. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. Revista do Departamento de Geociências. Londrina, v. 11, nº 2, Julho-Dezembro, 2002.

em Londrina, pois, com a realidade do quadro econômico brasileiro, nas décadas em tela, as mudanças conjunturais resultantes no âmbito nacional, afetaram a estrutura urbana do município que sofreu alterações em relação ao uso do solo na cidade.

As mudanças estabelecidas ditaram uma nova ordem em relação à estrutura urbana em Londrina. A geógrafa Cláudia Lima Esteves Alves analisou que as ações tomadas pelo estado para atender uma demanda de lucro alterando a dinâmica do campo, provocou impactos significativos aos pequenos proprietários de terras, mormente aos produtores rurais. Estes, por sua vez, foram perdendo suas terras para produtores com maior poder de capital, o que fomentou a concentração dessas terras <sup>46</sup>. Desse modo, a camada de pequenos proprietários acabou por formar uma leva de deslocamento demográfico oriunda do campo com destino à cidade.

Nesse momento, Londrina passou por alterações na sua dinâmica socioeconômica, passando de “polo agrícola” para atividades do setor terciário, sobretudo, o comércio e prestação de serviço. Tais fatores se fortaleceram ao ponto de expandir a urbanização do município e sobrepor novas exigências a partir das então transformações conjunturais.

Entretanto, é importante colocar em relevo que essas mudanças conjunturais seguiram um alinhamento das transformações no quadro nacional. Segundo Thaís Troncon Rosa<sup>47</sup> o crescimento urbano vertiginoso no Brasil ocorreu a partir de 1960 e assim, como as demais cidades do país, Londrina atravessava a realidade de crescimento em sua população urbana. Esclarece Vitor Hugo Teixeira Martins que esse fenômeno acompanhava as transformações agrárias ocorridas no campo durante as décadas de 1960 e 1970, “destacando-se as mudanças da cultura do café (...), provocando a expulsão da população rural para as cidades”<sup>48</sup>. Diante dessa conjuntura agrícola o meio urbano absorveu essa demanda populacional que buscava na cidade oportunidades de emprego e renda, que havia sido cerceada no meio rural.

---

<sup>46</sup> ALVES, Cláudia Lima Esteves. Dinâmica espacial da produção e reprodução de trabalho em Londrina: os conjuntos habitacionais. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. p. 62.

<sup>47</sup> ROSA, Thaís Troncon. Fronteiras em disputa na produção da cidade: a trajetória do “Gonzaga” de favela a bairro da periferia. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

<sup>48</sup> MARTINS, Vitor Hugo Teixeira. Habitação, infra-estrutura e serviços públicos: conjuntos habitacionais e suas temporalidades em Londrina – PR. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UEL, Londrina, 2007. p. 77.

Quando se trata da questão do processo de urbanização do Brasil, ao consultarmos a historiografia acerca do assunto, encontramos debates já bem estabilizados analisando o urbano como um espaço de bem do capital. Assim, como aponta o historiador Leonardo Rocha Botega: “O processo de urbanização do Brasil esteve amplamente ligado ao caráter de capitalismo, sobretudo, após a passagem do modelo agrário-exportador para o modelo urbano-industrial de desenvolvimento”<sup>49</sup>. Para o autor, a passagem dessa conjuntura de modelos econômicos não sofreu grandes rupturas, pois, “o modelo urbano-industrial se constituiu como modelo hegemônico sem alterar as estruturas originárias do modelo anterior, mantendo uma estrutura agrária no latifúndio e na concentração de renda [...]”<sup>50</sup>, como ocorreu com as pequenas propriedades agrárias que foram aglutinadas pelos grandes empreendedores do agronegócio. Com a permanência da concentração de renda no campo, os interesses econômicos, sobretudo, a partir da permanência do modelo agroexportador, acabaram por expulsar o pequeno produtor que não tinha condições de concorrer com os latifundiários, buscando na cidade a alternativa de sobrevivência.

Devido a essa questão, o pequeno produtor que se vê impotente diante das conjunturas econômicas, sobretudo, a da concentração de terras e de capital, acaba por migrar para cidade vendo nela uma solução de vida. Botega ainda coloca à luz que muitos dos conjuntos habitacionais eram formados por agricultores que se lançavam em toda sorte de ocupação em busca de emprego, dando margem ao crescimento de uma mão de obra desqualificada, barata que alimentava as necessidades industriais do meio urbano, pois, no Brasil, cidade e industrialização, assim como nos demais países, foram fenômenos que caminharam juntos. Trazendo à realidade de Londrina, foram entre as décadas de 1960 a 1980 que a população urbana do município deu um salto considerável, como podemos observar na tabela abaixo.

---

<sup>49</sup> BOTEAGA, Leonardo da Rocha. A política de habitação no Brasil (1930 – 1990). Periódico de Divulgação Científica da FALS, Praia Grande, Ano I - Nº 02, pp. 1-14; março de 2008. p. 2.

<sup>50</sup> *Ibidem.*, p. 2.

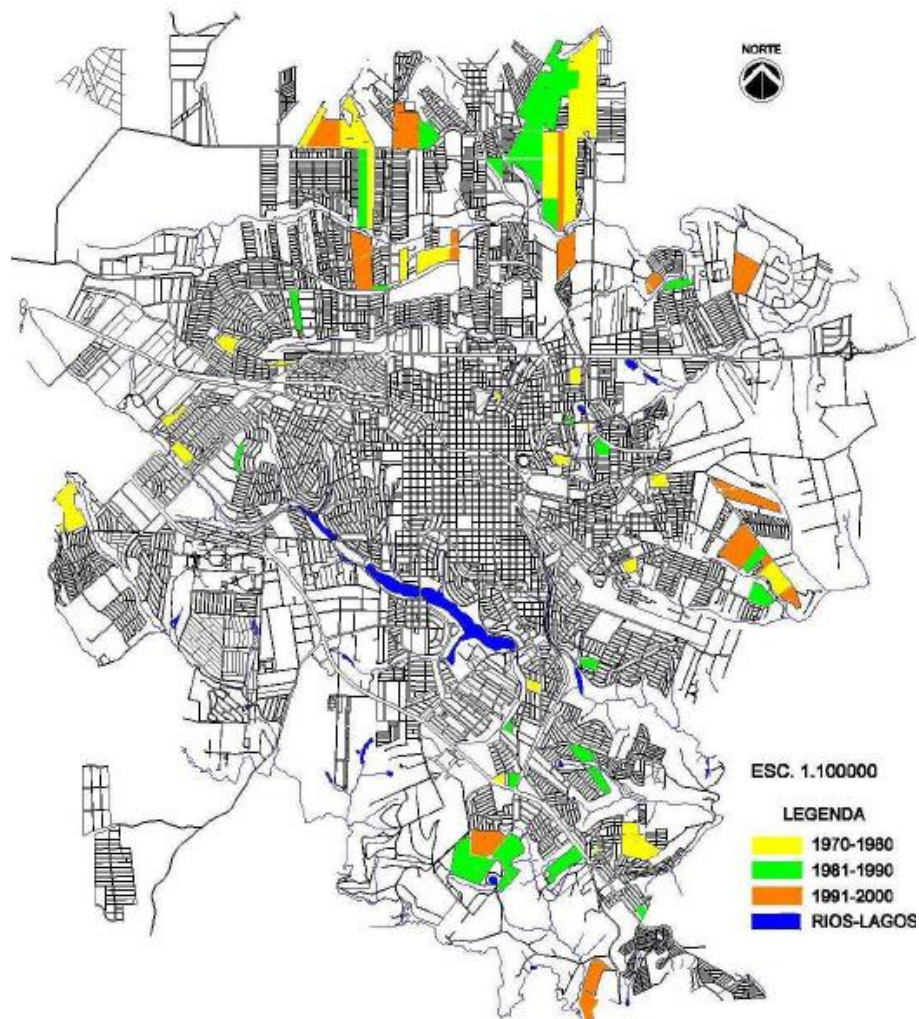
Ano	Urbana		Rural	
	Número	%	Número	%
1940	1.175	36,90	19.103	63,09
1950	34.230	47,93	37.182	52,07
1960	77.382	57,40	57.439	42,60
1970	163.528	71,69	64.573	28,31
1980	266.940	88,48	34.771	11,52

**Tabela 1 - População rural e urbana de Londrina entre 1940 a 1980.**

Fonte: Tabela organizada pela autora. IN: IBGE (2006) apud, Perfil de Londrina, (2013, p.74).

Londrina passou a evidenciar um caráter migratório recebendo um grande contingente de trabalhadores do campo. Segundo a geógrafa Andréa Rodrigues dos Santos Beidack, um dos primeiros fenômenos consequentes do crescimento demográfico urbano, em Londrina, foi a expansão das periferias trazendo novas necessidades relacionadas a essa vivência.

Os primeiros conjuntos habitacionais construídos em Londrina na década de 1970, segundo Tânia Maria Fresca, eram pequenos, com poucas unidades habitacionais, com destino de transferir a camada da população que morava em favelas, para esses espaços residenciais. Esses conjuntos habitacionais se localizavam, em “vazios demográficos” em Londrina. Entretanto, a autora expõe que ainda na mesma década conjuntos habitacionais maiores passaram a ser construídos, sobretudo, concentrados na porção norte de Londrina. Desse modo, a região setentrional do município passou a receber, da segunda metade da década de 1970, uma leva de unidades habitacionais, fazendo a região se destacar das demais em relação à construção desses conjuntos populares. Ao observarmos o mapa, abaixo, podemos perceber como ficou a distribuição de conjuntos habitacionais comparando à malha urbana e as décadas de construção.



**Mapa 1. Distribuição dos Conjuntos Habitacionais em Londrina.**

Fonte: IPPUL (2006), Apud. MARTINS, (2007. p. 115).

A partir da observação na legenda do mapa percebe-se que uma pequena parcela de conjuntos habitacionais foi construída em torno do perímetro central da cidade. Por outro lado, entre as décadas de 1970 e 1980, houve uma intensa construção de conjuntos habitacionais na região norte de Londrina. Chama atenção a forma com que o desenho urbano dos conjuntos habitacionais foi se intensificando nessa região, em específico. A geógrafa Claudia Lima Esteves Alves, ao estudar os conjuntos habitacionais londrinenses, entrevistou o ex-prefeito Antônio Casemiro Belinati<sup>51</sup>, responsável pelas gestões habitacionais ligadas ao BNH, que explica o

<sup>51</sup>Antônio Casemiro Belinati tem sua imagem política fortemente ligada às construções de casas populares e em protagonizar a eclosão de conjuntos habitacionais em Londrina. Sua imagem também está associada às camadas mais pobres da cidade, sendo reconhecido como o “candidato do povo”. Iniciou sua carreira política na cidade de Londrina como vereador em 1968. Na década de 1970 foi eleito Deputado Estadual, ocupou uma cadeira na Câmara Eleitoral. Em 1976 venceu as eleições para

motivo da concentração dos conjuntos nessa região norte da cidade. Para o ex-prefeito “a grande concentração de conjuntos foi na Zona Norte, porque o terreno tinha no mínimo 1/10 do valor do terreno na Zona Sul” <sup>52</sup>. Percebe-se que a dinâmica do espaço é adequada conforme os interesses do Estado, além das convenções econômicas. Nesse sentido, o urbanista Lúcio Kowarick traz à luz o modo com que o poder público atua da dinâmica do espaço urbano. Para o autor, o Estado é agente importante na logística da terra e o seu valor de mercado. A partir dessa concepção, a cidade vai tomando forma de acordo com os interesses econômicos.

O papel do Estado é fundamental, não só pelas razões já arroladas, mas também porque o investimento que injeta no tecido urbano é fator de intensa valorização diferencial da terra, aparecendo como a ator importante no processo de especulação imobiliária e segregação social <sup>53</sup>.

Se ainda nos atentarmos ao mapa 1, podemos perceber que entre a malha central, ou seja, a região mais valorizada e urbanizada de Londrina e os conjuntos habitacionais de maior concentração de casas, como os da zona norte, formam um “vazio demográfico” nada ingênuo. Desse modo, percebe-se que os conjuntos habitacionais, destinados a “erradicar favelas”, voltados à população mais pobre e sem acesso à moradia digna e suas estruturas, acabou por atender aos interesses do mercado fundiário, como aponta Alves:

A distribuição dos espaços residenciais segue uma divisão econômica-social, diretamente relacionada com a propriedade da terra, da renda fundiária urbana, da sua localização e pela quantidade e qualidade dos serviços públicos de consumo coletivo, dos valores de uso complexo que esse espaço tenha <sup>54</sup>.

---

o cargo de prefeito de Londrina, em 1988 pela 2ª vez tomou posse como prefeito da cidade de Londrina e nas eleições de 1996 ocupou a cadeira máxima do executivo do município. Nesse terceiro e último mandato, Belinati não terminou sua gestão por ter seu mandato cassado sob acusações severas de irregularidades que fizeram parte de um longo processo iniciado em fevereiro de 1999 e terminaram na cassação de Belinati, em junho de 2000 no episódio conhecido como “caso Ama/Comurb”. Entraremos em mais detalhes sobre Antônio Casemiro Belinati no capítulo 3. Ver mais em: SILVEIRA, Fábio. Imprensa e política: o caso Belinati – Londrina: Edições Humanidades, 2004

<sup>52</sup> ALVES, Cláudia Lima. Esteves. Dinâmica espacial de produção e reprodução da força de trabalho em Londrina: os conjuntos habitacionais. Dissertação de Mestrado. F.F.L.C.H da Universidade de São Paulo – São Paulo, 1991. p. 96.

<sup>53</sup> KOWARICK, Lúcio. Escritos urbanos. São Paulo – editora: 34, 2000. p. 23.

<sup>54</sup> ALVES, 1991. p. 93.

Os conjuntos habitacionais podem ser compreendidos de maneiras diversas, por vezes contraditórias e complexas. Se a casa própria agrega a ideia de dignidade, de proteção, como foi apresentado anteriormente, os conjuntos habitacionais ocupam a posição dos espaços solucionadores do “problema”, da falta de habitação nas cidades e suas novas configurações estruturais urbanas. Não obstante, o modo com que esses conjuntos são alocados na malha urbana, diz muito sobre a forma com que o indivíduo usufruirá o meio em que vive. O distanciamento dos conjuntos habitacionais do restante os aparelhos urbanos, fomenta a segregação espacial na cidade, considerando que os sujeitos moram afastados das suas atividades, como trabalho e até mesmo do lazer.

Ainda assim, essa segregação aparece numa dicotomia ônus/bônus para aquele que adquire a casa própria no espaço precário e afastado. Para o Estado e o capital privado, os conjuntos habitacionais se tornaram um veículo de promoção política e fonte de lucro. Assim, vale compreender o modo com que os conjuntos foram apropriados na cidade de Londrina, sobretudo, a partir da ótica de seus promotores, Estado, município e construtoras, para que possamos desvelar o discurso social tão alavancado pela ditadura militar e os poderes locais. A partir da leitura de dados promovidos acerca do empreendimento dos conjuntos habitacionais, bem como de periódicos do período, além dos discursos oriundos da prefeitura de Londrina, partimos para a análise da imagem dos conjuntos habitacionais como a “grande solução” frente aos “problemas” habitacionais.

A *Folha de Londrina* promoveu uma acentuada cobertura de reportagens voltadas a assuntos das políticas habitacionais, dando destaque às atuações do Banco Nacional de Habitação, no município. Entretanto, nosso interesse é de perscrutar as evidências relacionadas ao espaço dos conjuntos habitacionais ligados aos Cinco Conjuntos, sobretudo, as conotações sobre esse espaço e os interesses das políticas públicas.

Em 8 de janeiro de 1978 o jornal *Folha de Londrina* publicou no caderno “Folha Imobiliária”, a seguinte matéria: “O objetivo da Cohab não é só construir, mas tornar os conjuntos humanizados”<sup>55</sup>. A reportagem destinou uma página inteira sobre

---

<sup>55</sup> Objetivo da Cohab não é só construir, mas tornar os conjuntos humanizados. *Folha de Londrina*. 8 de janeiro de 1978, p. 7.

o trabalho que vinha sendo desenvolvido pela Cohab na construção de casas populares na região norte da cidade de Londrina, dando destaque à fala do então presidente da Companhia de Habitação de Londrina, Edson Ríspoli, que preencheu as linhas do jornal com um discurso voltado à valorização não somente da Cohab, mas também da efetivação do Banco Nacional de Habitação.

É importante ressaltar o lugar social desse periódico. A década de 1970<sup>56</sup> foi o período de alavanque da *Folha de Londrina* que desde 1947 tentava a duras penas se estabilizar enquanto periódico na cidade. Até então, Londrina possuía pequenos jornais, que constantemente fechavam por falta de verba e de um público que efetivasse a leitura desse tipo de mídia. Entretanto, a *Folha de Londrina* com um perfil tradicional, alinhada a uma política harmônica com a gestão governamental do Estado, além de um esforço propagandístico, buscou se afirmar no mercado jornalístico na região. No período de maior atuação do BNH, a *Folha de Londrina* destinou muitas matérias promovendo a imagem das atuações do Banco na região de Londrina. Quando se trata da Folha Imobiliária, João Milanez, então diretor e presidente do periódico, descreve:

A criação da Folha imobiliária é outra realização importante do Comercial. Antes, os anúncios imobiliários saíam espalhados por todas as páginas, dificultando a consulta dos interessados. **Com a concentração dos anúncios na Folha Imobiliária, facilitou-se a leitura e aumentou o número de leitores do setor**, e em consequência cresceu o número de anúncios e anunciantes, criou-se um costume e, o que é mais importante, implantou-se um serviço. (grifo nosso)<sup>57</sup>

Desse modo, quando nos deparamos com toda uma página, da Folha Imobiliária, destinada a promover as ações do BNH em Londrina, cabe uma leitura mais detalhada. Primeiramente, não podemos desconsiderar o contexto da matéria. Em 1978 ainda havia forte tratamento da ditadura militar na imprensa, que não se

---

<sup>56</sup> Mesmo a década de 1970 ser o período de maior fomentação do jornal *Folha de Londrina*, ainda encontramos alguns desfalques, matérias inseridas no período de nosso recorte, ainda apresentam falhas como ausência de paginação, falta de padronização dos cadernos, entre outros aspectos que ainda conferiam a um jornal que estava em fase de desenvolvimento.

<sup>57</sup> TRIGUEIROS FILHO, Marinósio & TRIGUEIROS NETO, Marinósio. História da imprensa de Londrina: do baú do jornalista. Londrina: UEL, 1991. p. 59.

limitava à censura supressora, mas, também, à censura que promovia o governo com matérias positivas às ações do Estado, assim, como ocorria com as matérias relacionadas aos programas voltados às habitações sociais. Ainda na mesma reportagem podemos notar a fala “direta” do então presidente da Cohab-LD, pela *Folha de Londrina*:

Quero fazer uma nova cidade em Londrina, custe o que custar, pois para isso tenho despendido todos os esforços ao meu alcance. Um dos fatores que mais me preocupam é quanto ao padrão das unidades habitacionais. Eu pessoalmente tenho percorrido as obras, observando cada detalhe na construção <sup>58</sup>.

Diferente das obras de conjuntos habitacionais anteriores, em outras regiões de Londrina, essa em especial, chamou atenção pela a atenção que o periódico dedicou ao corpo do jornal, destinando uma página inteira para a mesma matéria. Desse modo, é importante destacar o modo com que a *Folha de Londrina* se preocupou em dar destaque à enormidade de unidades habitacionais cravadas no solo da região norte. Ainda pela foto e pela data da matéria é possível identificar o local (o conjunto habitacional específico). Trata-se do conjunto Milton Gavetti, que logo abaixo da matéria vem à foto com legenda na qual sobressai a seguinte frase: **“Uma nova cidade está sendo construída na periferia de Londrina, contando com todos os melhoramentos públicos.** Segundo o presidente da Cohab-LD, em tudo isso a principal meta a ser atingida é o homem, que deverá merecer todo o conforto na habitação” (grifo nosso) <sup>59</sup>.

Percebe-se que a denotação cidade traz um empoderamento às ações da Cohab no espaço da periferia, bem como a associação a partir da “preocupação” de Ríspoli em apontar o “homem” como foco das atuações do poder público, assim como se posicionava o BNH. Desse modo, em um primeiro momento é o “conforto do homem” que está em jogo. Entretanto a contrariedade e ao mesmo tempo a perspicácia na promoção das ações do BNH podem ser compreendidas por meio das

---

<sup>58</sup> FOLHA DE LONDRINA. Objetivo da Cohab não é só construir, mas tornar os conjuntos humanizados. 08/01/1978 Folha Imobiliária s/página.

<sup>59</sup> Idem.

questões veladas, manobras que buscam jogar luz em justificativas para legitimar interesses do Estado e do capital privado envolvido.

O conjunto habitacional Milton Gavetti era um dos bairros da região norte com menor número de habitações, comparados aos outros conjuntos que estavam em fase de construção. A necessidade de expor os trabalhos no BNH, bem como o destaque do poder municipal legitima a busca por uma construção “faraônica” demonstrada na reportagem. Sobre as ações da Cohab de Londrina, Ríspoli procura deixar claro que as atuações da Companhia procuravam se alinhar ao máximo às exigências e padrões do BNH, como podemos observar na fala da matéria, onde o presidente alega que “até agora, a Cohab-LD tem se apresentado como modelo ideal de Cohab em todo o país, colocando-se em segundo lugar em qualificação, já que o primeiro pertence a São Paulo, especialmente em volume de construção”<sup>60</sup>. Percebe-se que a quantidade de unidades habitacionais é algo representativo, ligado à competência da Companhia, demonstrada na foto abaixo que expressa quão relevante era demonstrar a “magnitude” das habitações:



**Imagem 1 – Foto aérea de casas populares do conjunto habitacional Milton Gavetti. Foto tirada pela *Folha de Londrina*- 1978**

Fonte: *Folha de Londrina*, 08/01/1978.

A matéria está inserida em um contexto da ditadura militar, período de fortes censuras e controles sociais. Na historiografia, muito já se pesquisou sobre as diversas práticas de supressão da liberdade, bem como o uso da violência sob a forma

---

<sup>60</sup> Ibdem., idem.

de torturas e outras ações que marcaram esse período de 1964-1985. Entretanto, cabe a reflexão que a censura na ditadura se deu de variadas formas.

A censura da imprensa acompanhou o auge da repressão (quando se pensa na cassação de mandatos parlamentares, suspensões de direitos políticos, prisões torturas e assassinatos políticos) que se verificou entre finais dos anos 60 e início dos anos 70 <sup>61</sup>.

Não apenas a censura se fez presente na forma de supressões de informações, ou mesmo à elevação e promoção dos “feitos” governamentais, mas a própria situação econômica do período, que se minguava em um frágil milagre econômico, propiciou uma forte propaganda a favor do BNH. Enquanto, em Londrina, se construíam “cidades”, a situação do Banco Nacional de Habitação se encontrava cada vez mais crítica. “A relação de representação é assim turvada pela fragilidade da imaginação, que faz com que tome o engodo pela verdade, que considera os sinais visíveis como indícios seguros de uma realidade que não existe” <sup>62</sup>.

A *Folha de Londrina*, como produto de seu tempo, respondeu ao contexto da ditadura militar apresentando matérias que exaltavam a imagem das ações do governo, o que não foi diferente em relação aos trabalhos realizados pelo BNH, no município londrinense. Embora a matéria esteja inserida, já na fase considerada mais branda do que no período da linha dura, os resquícios da censura na imprensa ainda podem ser notados. Aqui podemos analisar dois canais, o primeiro aferido pelo periódico, ao dar destaque às ações do BNH e da Cohab, de modo harmonioso em Londrina. O segundo é originário da fala de Edson Ríspoli, porta-voz da Companhia de Habitação em Londrina, da qual é possível apreendermos um acentuado alinhamento com as diretrizes do governo vigente, sobretudo, em relação às produções de casas populares.

Dessa maneira, podemos perceber que a *Folha de Londrina* aparece como importante via de comunicação de um discurso forjado pelo Estado e reproduzido pelos órgãos públicos menores (municipais), fomentando uma rede de fala onde a habitação social é utilizada para atingir as camadas populares. A questão das

---

<sup>61</sup> FICO, CARLOS. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 – 2004. p. 37.

<sup>62</sup> CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Editora Universidade /UFRGS, 2002. p. 75.

matérias de exaltação às políticas públicas de habitação popular, mormente, pelo viés do interesse das camadas dos mais pobres, entra em colapso quando analisamos a realidade do BNH frente ao discurso produzido por ele. Ermínia Maricato, mostra-nos que o Banco Nacional de Habitação não alcançou as metas que sustentavam uma imagem social do Estado.

Apenas em 1976 é que começam a surgir resultados palpáveis com o revigoramento das COHAB's (como é denominado pelo BNH). Até então parte dos empreendimentos voltados à população de baixa renda se constitui em estrondosos fracassos, cujas dimensões não foram bem [sic] conhecidas devido à atuação da censura política e ideológica que marcou o período que vai de 1969 a 1975, no país <sup>63</sup>.

Maricato é incisiva ao destacar a manipulação do Estado diante da realidade do BNH. Segundo a autora, a política de habitação social não atendeu apenas os mais pobres, mas, também facilitou a aquisição de moradias para uma grande parcela da população com maior poder aquisitivo. Por meio de uma ideia de se obter lucro – já que as obras habitacionais eram geridas por empreiteiras particulares – o objetivo de ganho na venda de casas se sobrepôs à exclusividade de interesse e abastecimento das camadas populares.

Não obstante, os anos que seguiram o final de 1970 e início de 1980 estão imersos em matérias voltadas à promoção positiva da imagem do BNH. Em fevereiro de 1978, a reportagem no caderno “Folha imobiliária” intitulada “Alugam-se casas: placas parecem indicar uma nova realidade imobiliária”<sup>64</sup> descreve a situação do mercado imobiliário destinado ao aluguel na área do centro antigo de Londrina<sup>65</sup>. No registro, o periódico destina uma página inteira para detalhar o “esvaziamento” das casas de aluguel e, mais uma vez, a reportagem é rica em detalhes. Traz cinco imagens de tamanho grande dando destaque às casas desocupadas e com placas para locação. Pode-se perceber um discurso pessimista em relação “à nova realidade imobiliária”, sobretudo, quando a matéria recorre ao passado ressaltando que

---

<sup>63</sup> MARICATO, Ermínia. Política Habitacional no Regime Militar: do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis – Editora Vozes Ltda. 1987.p. 42.

<sup>64</sup> FOLHA DE LONDRINA (1978). “Alugam-se casas: placas parecem indicar uma nova realidade em Londrina”. Folha imobiliária – 12 de fevereiro. p. 6

<sup>65</sup> Considerando que nesse momento da cidade, centro de Londrina se trata das imediações do quadrilátero central da cidade.

“Londrina já foi uma cidade de alugueis dos mais elevados”<sup>66</sup>. A nostalgia de um profícuo mercado de locação de imóveis é acentuada por meio de uma fala do jornal, ao convidar o leitor a rememorar a situação da cidade recorrendo as lembranças de seu espaço enquanto memória, como podemos notar abaixo:

Quem passa pelas ruas de Londrina não precisará ficar muito atento para perceber o elevado número de casas indicando para serem alugadas. Quando se observa ainda o fato de que nem todas as casas que estão para alugar ostentam placas, pode-se perceber que parece estar ocorrendo uma nova realidade imobiliária numa cidade que há algum tempo apresentava outro quadro [...]. Ao que tudo indica, estão sobrando casas para alugar<sup>67</sup>.

Ao lermos a matéria fica claro que o jornal se empenha em passar uma acentuada “crise das casas de aluguel” como um reflexo da atuação do BNH em Londrina. A partir das construções das casas próprias, o jornal aponta que uma nova realidade fora instaurada na cidade. Houve um deslocamento da população que habitava a cidade pelo modelo de inquilinato e ao se inscrever nos programas municipais para aquisição da casa própria, abandonou o aluguel e passou a morar em suas novas casas recém-conquistadas, como podemos perceber nesse trecho:

É inegável que, entre outros aspectos, o próprio desenvolvimento da indústria de construção civil, os programas do BNH, a Cohab, com suas casas populares, o Inocoop, com amparo e orientação às cooperativas habitacionais, tudo contribuiu para que, aos poucos, se alterasse, em certo sentido, o quadro imobiliário de Londrina<sup>68</sup>.

A matéria ainda toca na questão dos “macetes” que muitos compradores das casas próprias faziam, ou seja, compravam a casa e alugavam o imóvel, sempre em valores altos, mas menores do que os imóveis nas regiões centrais ou não periféricas. Desse modo, com o dinheiro do aluguel, o mutuário pagava a antiga residência alugada e em alguns casos sobrava algum dinheiro.

---

<sup>66</sup> FOLHA DE LONDRINA, loc. cit.

<sup>67</sup> FOLHA DE LONDRINA, loc. cit.

<sup>68</sup> FOLHA DE LONDRINA, loc. cit.

Ao analisarmos a matéria, temos em primeiro plano a questão do aumento de casas para alugar, por consequência das ações do BNH. Segundo Roger Chartier, a “relação de representação, assim entendida como correlação de uma imagem presente e de um objeto ausente”<sup>69</sup>. Embora a reportagem foque o ônus imobiliário causado pelo aumento dos conjuntos habitacionais em Londrina, percebe-se que há uma manobra em apontar, mais uma vez, o BNH como promotor da casa própria. Vale lembrar que ao mesmo tempo em que o perfil habitacional de Londrina é mostrado em transição, a casa de aluguel ainda representa algo inseguro. Desse modo, o “ônus traz o bônus” do imóvel próprio, promovendo e elevando, assim, as ações do BNH.

Outro aspecto que merece destaque é a relação do perfil do locatário e do comprador da casa própria. Embora a reportagem, assim como a anteriormente citada construa uma imagem eficiente do BNH, como promotor de moradias àqueles que mais necessitam, a ponto de gerar um colapso no mercado de imóveis de aluguel, a realidade desse período é bem diferente. Maricato ao estudar a casa própria no período de vigência da ditadura militar, aborda os diversos percalços na trajetória do Banco, bem como das atuações do governo.

A partir de 1977, reconhecendo que as COHAB's não estavam atingindo plenamente a população cujos rendimentos estavam na faixa de 0 a 3 SM<sup>70</sup>, o BNH aprofunda sua tentativa de atingir essa parcela majoritária da população do país. São implantados programas como o Programa de Financiamento da Construção ou Melhoria da habitação de Interesse Social (FICAM) em 1977, é reformulado o Programa de Lotes Urbanizados (PROFILURB) em 1978, volta a tabela price para a correção da dívida do mutuário em 1979, nesse ano ainda é criado o PROMORAR, em 1980 o Programa nacional de Habitação para trabalhador sindicalizado (PROSINDI).

<sup>71</sup>

Percebe-se que em linhas gerais, o BNH em sua maior parte nem sempre esteve voltado exclusivamente às camadas pobres, que mais padeciam pela falta de habitação. Embora o discurso tenha se sustentado em pilares construídos para a camada dos mais pobres, esses conjuntos habitacionais, ao serem entregues às gestões de construtoras particulares passaram a atender às necessidades do mercado, sendo um produto a dar lucro. Associado à lógica da promoção do Estado,

---

<sup>69</sup> CHARTIER, op. cit. p. 76.

<sup>70</sup> SM = Salário mínimo.

<sup>71</sup> MARICATO, op. cit. 1976 p. 54.

os dados quantitativos das unidades habitacionais ultrapassaram o objetivo presente no discurso do BNH, o de atender as camadas carentes de moradia.

[...] apesar do esforço de chegar às camadas mais pobres da população, bastante propagandeado pelo BNH, ele não logrou sequer atenuar o intenso processo de favelização e de queda na qualidade habitacional que foi flagrante nas grandes cidades brasileiras. Os números e empreendimentos apresentados podem ser considerados positivos em si mesmos, mas nunca se relacionados ao oceano de demanda habitacional popular<sup>72</sup>.

Apesar da reportagem ligar, de modo direto, a questão do aumento de casas vazias para aluguel como reflexo do êxito do BNH, é necessário se atentar às manobras da mídia impressa em detrimento aos interesses do discurso de governo. Se os imóveis arrendados estavam sendo trocados pelas habitações dos conjuntos habitacionais, considerando que o aluguel nesse período não competia ao orçamento da população mais pobre, – sendo esta as que mais precisavam de moradias sociais e que ocupavam áreas de casas irregulares, como as favelas – então não eram os menos favorecidos que estavam se beneficiando das casas populares. Assim, podemos destacar que houve mais uma vez a tentativa usando as ações habitacionais.

Segundo Victor Ugo Teixeira Martins, os primeiros conjuntos habitacionais construídos pelo financiamento do BNH, em Londrina, foram destinados às ações de erradicar as favelas do município, durante o mandato do então prefeito Dalton Fonseca Paranaguá. No entanto, os primeiros conjuntos possuíam ainda uma tímida quantidade de unidades habitacionais, frente à demanda da cidade de Londrina. Mesmo que tais construções tenham afetado de modo significativo às famílias beneficiadas, bem como, tenham atuado, inicialmente voltadas à camada focada pelas propagandas do BNH, ainda assim, os conjuntos habitacionais, durante toda a fase de empreendimento do Banco, foram insuficientes diante do propósito social de desfavelamento do município. Abaixo, segue a tabela demonstrativa dos conjuntos destinados ao deslocamento de favelas para os bairros financiados pelo BNH e articulados pela Cohab de Londrina:

---

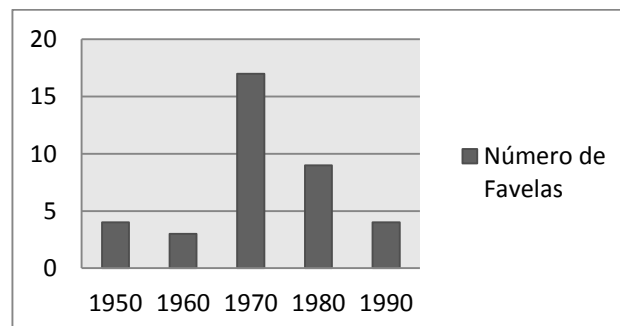
<sup>72</sup> MARICATO, op. cit. p. 55-56.

Nome dos Conjuntos Habitacionais	Ano de entrega	Total de unidades	Número de unidades destinadas ao desfavelamento	Localização
Barra Vento	1971	34	34	
Pindorama I	1972	116	116	
Pindorama II	1976	53	53	
Novo Amparo	1980	369	369	
Santiago I	1988	38	38	
José Belinati	1991	133	90	

**Tabela 2. Conjuntos habitacionais destinados à desfavelização de Londrina.**

Fonte: MARTINS, (2007. p. 92).

A década de 1970 apresentou acentuado crescimento de favelas na cidade de Londrina, resultado da demanda populacional oriunda do campo, que ao chegar ao meio urbano, não conseguiu ser absorvida por postos de trabalho qualificados e suficientes a prover condições básicas de vida, como habitação digna gerando o surgimento e o crescimento das favelas. O gráfico abaixo demonstra como o quadro temporal apresentado se destaca:



**Gráfico 1 - Número de favelas em Londrina entre 1950 a 1980**

Fonte: Gráfico organizado pela autora a partir dados coletados: IN: IPPUL, (1996) <sup>73</sup>.

Apesar da diminuição das favelas em Londrina, a questão ainda persistiu durante as outras décadas. Entretanto, se por um lado os conjuntos habitacionais não estavam cumprindo com êxito a extinção das favelas em Londrina, a mídia impressa, sobretudo o maior jornal da cidade nesse período da década de 1970, a *Folha de Londrina*, destinou acentuado esforço em promover as ações do BNH na cidade. Entretanto, a exaltação desses conjuntos habitacionais não foi de responsabilidade

<sup>73</sup> IPPUL – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina. Habitação de baixa renda no âmbito municipal: Habitação e políticas públicas em cidades médias o caso de Londrina. Londrina: PML, 1996.

apenas da mídia impressa. Havia também um material impresso produzido pela Prefeitura Municipal de Londrina que noticiava as ações executadas ao longo do ano<sup>74</sup>.

No período das construções dos conjuntos habitacionais, esses materiais deram destaque às construtoras que executavam as obras, bem como evidenciaram a imagem do então prefeito de Londrina Antônio Casemiro Belinati. Dessa maneira, podemos perceber que os conjuntos habitacionais que deram origem à região, mais tarde conhecida como Cinco Conjuntos, foram suportes de manobras e interesses de grupos que viram no espaço destinado aos pobres uma forma de autopromoção.

## 2. Ecos do progresso em Londrina: a ordem sonhada na periferia

Vale ressaltar que os conjuntos habitacionais da região norte de Londrina não só foram os maiores, em relação quantitativa, no município, mas foram os que mais centralizaram as atenções em reportagens e ações promocionais na prefeitura da cidade. Ao investigarmos os destaques em jornais acerca dos conjuntos habitacionais, como já fora evidenciado, a *Folha de Londrina* teve um papel importante nesse percurso das habitações sociais no município. Foram nos finais de 1970 que se concentraram as entregas dos conjuntos da zona norte, bem como o destaque desses conjuntos na *Folha de Londrina*. Ao compararmos os primeiros conjuntos habitacionais construídos em Londrina frente aos construídos na zona norte, as diferenças quantitativas de unidades habitacionais são enormes, como revela tabela a seguir:

Conjuntos Habitacionais	Ano de entrega	Unidades habitacionais
Engenheiro Milton Gavetti	1977	740
Engenheiro João Paz	1979	814
Engenheiro Aquiles Stenguel	1979	1000
Semíramis de Borges Braga	1979	871
Engenheiro Luís de Sá	1980	1000
Sebastião de Melo César	1980	350

<sup>74</sup> A edição desse material não seguia uma lógica de editoração. Por vezes era executado pelo próprio município, ou terceirizado pelo periódico *Gazeta do Paraná* – jornal de alcance estadual. Além disso, não havia uma organização de números, ou mesmo de edições. Essa publicação foi intitulada, ora como “anuário”, ora como “documentário”, ou mesmo “informativo”.

Jácomo Violin	1982	1536
Maria Cerrano de Oliveira	1982	1978
Total		6.753

**Tabela 3 - Conjuntos habitacionais inseridos no perímetro dos Cinco Conjuntos: ano de entrega e unidades habitacionais.**

Fonte: Tabela organizada pela autora com base nos dados coletados IN: Perfil de Londrina, (2013. p. 61-64).

As maiores obras habitacionais em Londrina, promovidas pelo BNH, não só veicularam a imagem do governo federal. Assim, como já fora apresentado, a execução das construções de casas populares ficava a cargo de empresas de capital privado. Em Londrina, o então prefeito que estava em mandato vigente, no período de construção e entrega dos maiores conjuntos em Londrina, Antônio Casemiro Belinati, mais uma vez tem sua imagem atrelada à região. Entretanto, durante os anos de 1977 a 1986 cadernos informativos foram produzidos, sob a editoração do jornal Gazeta do Povo – imponente periódico de alcance estadual no Paraná – que faziam um demonstrativo acerca do desenvolvimento das construções de casas populares em cada região.

Em Londrina, esses informativos vinham com o título de “Informativo de Londrina”, investidos de caráter de circulação de informação, sobretudo, associado ao poder público, que arremetia um capital político, por estarem associados à imagem do poder executivo municipal de Londrina. Esses informativos eram produzidos sob a cunhagem do poder privado. Na edição de 1981, tal informativo aparece vinculado ao 46º aniversário de Londrina, como podemos perceber no texto de apresentação:

Este “documento Geral de Londrina” editado no ensejo do 46º aniversário de Londrina, fornece uma radiografia dos aspectos positivos de nosso desenvolvimento material e cultural. Londrina continua a crescer extraordinariamente, **em função da iniciativa particular**, sobrepujando inclusive, diversas capitais brasileiras. De esforço conjugado de uma população cosmopolita, que une homens de todos os quadrantes, evolui uma sociedade harmoniosa, com ideal democrático. Acreditamos que através desse trabalho, que é fruto de pesquisas, o leitor entrará em contato com o patriciado de inteligência e cultura de nossa gente, constatando que Londrina, é um modelo de civilização, resultado de energia criadora, gerada e inspirada pela força intelectual <sup>75</sup>.

<sup>75</sup> Documentário de Londrina. – Obra editada pela Gazeta do Paraná e Tribuna do Povo, 1981. p. 1.

Sob esse enfoque percebe-se que no discurso empregado pelas companhias de habitação ecoa a fala do esforço do poder privado. Igualmente, é interessante perceber como o discurso do progresso perpassa em diferentes períodos da história, de Londrina. Durante o período de formação da urbe, discursos voltados para esse caráter do progresso, da ordem e do desenvolvimento do espaço da moradia urbana enquanto formação moral do homem aparece como carro chefe na fala de legitimação da dinâmica espacial urbana.

Não obstante, Sônia Maria Sperandio Lopes Adum <sup>76</sup>, em seu trabalho “Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina (1930/1960)”, contribuiu para a reflexão acerca da configuração urbana pelo viés do capital privado vinculado com o discurso da “ordem sonhada”. Notamos aqui que mais uma vez o discurso do progresso sustenta o modo de lidar com o aparelho urbano em Londrina. Os conjuntos habitacionais são um modo de assepsia do lugar dos pobres, pois, serviram para “extirpar” favelas, cortiços e todo um leque de “ilegalidade” do espaço da cidade. No entanto, os interesses particulares, mormente, representados pelas construtoras, fundem essa saga pela melhoria da população de Londrina, sob a fala basilar do interesse social, mas que atendeu também, os interesses econômicos de grandes empreiteiras, sustentadas e legitimadas pelo poder público.

A Construtora Icopan Ltda participa intensamente da política desenvolvimentista da COHAB-LD. É responsável pela execução de centenas de casas populares que serviram para alargar as lindes de Londrina, dando-lhe nova dimensão de grande centro urbano. Os conjuntos residenciais<sup>77</sup> que surgem são verdadeiras “cidades satélites”, evidenciando a explosão demográfica da região <sup>78</sup>.

Nas representações da imprensa, podemos analisar o discurso que se traçou diante dos interesses propostos no espaço urbano. Assim, os diários nos proporcionam uma visão construída da imagem da urbe em Londrina, sobretudo, no

<sup>76</sup> ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina (1930/1960) Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP, 1997.

<sup>77</sup> Na descrição dos conjuntos habitacionais o texto se refere ainda aos conjuntos Milton Gavetti, Sebastião de Melo Cesar e João Paes, que foram lançados em períodos próximos.

<sup>78</sup> Informativo Geral de Londrina. – Obra editada pela Gazeta do Paraná e tribuna do Povo, 1982. p.54.

que toca ao discurso da ordem do espaço e, de como os agentes determinam os moldes do urbano.

Antes de avançar nas discussões do tema, é preciso ressaltar algumas características sobre o perfil urbano do município ao longo de sua trajetória enquanto espaço urbanizado. O processo de formação da cidade se deu a partir de interesses do capital inglês e do Estado, o primeiro com objetivo de lucrar com a venda de terras e o segundo com interesse em dinamizar a economia da região. O investimento inglês se deu por meio da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) que, para garantir o negócio com a venda de lotes de terras, tramou uma forte promoção da região, com colossais propagandas que exaltavam a imagem de Londrina. Nesse período que compreendeu as décadas de 1930 e 1940, a CTNP não mediu esforços para atrair o maior número de compradores que garantissem o sucesso de vendas de lotes, na região.

Sobre essa questão, há uma considerável produção bibliográfica que analisa a produção do discurso da CTNP junto aos interesses do Estado, durante o período de formação do município de Londrina, como o historiador José Miguel Arias Neto, que avaliou a forte promoção que a Companhia exerceu sobre a valorização da terra, como gerenciadora de propaganda e atrativo de venda. Nesses reclamos, a imagem que se passava da “nova região” – Londrina – a questão do progresso ficava explícita, como podemos observar:

#### COMO PROGRIDE O NORTE DO PARANÁ

Citando como exemplo a cidade de Londrina, concluímos que só mesmo em regiões imensamente ricas é que se conseguiria um tão rápido progresso. A cidade é dotada de lindas ruas, avenidas e praças, obedecendo a um programa urbanístico inspirado pelas grandes metrópoles [...]. Os habitantes de Londrina gozam das mesmas comodidades das capitais: água encanada puríssima, luz e força de usina hidráulica, hospital, casas de saúde, matadouro municipal, grupos escolares, escolas rurais, ginásio, igrejas, bancos, cinemas, hotéis, clubes esportivos e sociais e tudo o mais que dá alegria de viver. Mas quem fala em Londrina, fala em todo Norte do Paraná, onde a Companhia de Terras fundou, sempre acompanhando o progresso da colonização agrícola, da indústria, do comércio e de todas as demais atividades daquela região, as [...] cidades e povoações, que se encontram [...] subordinadas ao Município e Comarca de Londrina <sup>79</sup>.

---

<sup>79</sup> ARIAS NETO, José Miguel. O Eldorado: Londrina e o norte do Paraná. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Londrina – UEL, 1993, pp. 10-11.

Nesse trecho, o espaço urbano é investido do caráter de edificação da vida humana. Os aparelhos urbanos são colocados como elementos do acesso ao progresso, de elevação de status. Assim, notamos a construção da imagem de Londrina, a partir dos interesses do capital estrangeiro a fim de promover a atração de futuros compradores. A cidade torna-se mercadoria e sua estrutura se faz elemento de propaganda.

Além do interesse privado, proveniente da CTNP, percebemos que o Estado endossa o discurso da “cidade progresso”. Sônia Maria S. Lopes Adum analisa a construção da “ordem sonhada” em relação à Londrina. Para a autora o discurso da “cidade racional” calhava com o contexto que o país passava, a partir os anos de 1930, no qual o Estado Novo fez uso dos aparelhos urbanos como elementos de normatização e de ordenação social.

A partir dos diários do período analisado, a autora traz a visão de uma cidade que:

[...] nasceu do cálculo frio e analítico do inglês. Operando funcionalmente uma vasta gleba, a Companhia de Terras Norte do Paraná programou a fixação do homem, dando-lhe na testada uma via de comunicação e, nos fundos, um rio ou riacho <sup>80</sup>.

A partir do discurso da imprensa, datada na década de 1950, havia a manutenção da imagem de operação normativa da cidade como elemento regulamentador da vida do homem. Tal como pode se notar, ainda na década de 1930, havia o cuidado com a ordem da urbe, tais como a “retirada de porcos dos quintais, limpeza da rua, vasilhames para lixo, limpeza de datas e destruição de bananeiras [...]” <sup>81</sup>. Assim a “nova cidade”, legitima a relação da ordem social na qual homem e urbe se fundem em um corpo disciplinado:

Com a “Revolução de Trinta”, vão se introduzir uma série de novas situações nas relações capital-trabalho, regulando por várias maneiras a força de trabalho e contornando o choque nas lutas de classe. Por essa perspectiva, entende-se que um projeto disciplinador desencadeado no início do século XX nos grandes centros

---

<sup>80</sup> FOLHA DE LONDRINA, 19/05/1952, apud ADUM, Sonia M. S. L. Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina (1930/1960) Dissertação. Assis: UNESP, 1997. p. 72.

<sup>81</sup> YAMAKI, Humberto. Labirinto da memória: paisagens de Londrina. Londrina: Edições Humanidades, 2006. p.14.

como Rio de Janeiro e São Paulo, [...] expande suas fronteiras e chega a espaços “novos”, tidos como “vazios”<sup>82</sup>.

O momento histórico no qual se insere essa construção do imaginário urbano de Londrina, imbrica com o imaginário do homem na cidade. Ambos se misturam na ideologia liberal que buscava regulamentar a vida na urbe. Além da questão da ideologia do homem, a autora aborda o espaço urbano enquanto fator de fomentação de uma urbe “sonhada”, “racionalizada”, com fim de promover o progresso sob a ótica do controle. Desse modo, Adum afere:

Pensar-se-á Londrina – “Pequena Londres” –, enquanto cidade construída dentro de uma nova distribuição de espaço – que supunha um novo modo de vida –, e com resultado de projeto racional prévio, que pretendia organizar e moldar homens, tanto no presente, como no futuro, também sonhado de forma planejada em função de exigências ligadas à expansão do capital no Brasil e, mais especificamente, do capital imobiliário inglês [...] <sup>83</sup>.

Havia um discurso de normatização por parte do interesse privado, que buscava fomentar a logística de reprodução lucrativa do/no espaço urbano. Sob a visão do Estado, a ordem era endossada a partir da ideia de “desodorização do espaço”<sup>84</sup>. Sob o enfoque de representação, para compreender a formação do espaço urbano londrinense, nesse período, a cidade passou a estilizar um modo de vida social, tornando-se representação do modo de vida coletivo, palco de construções de imagens a partir de relações simbólicas de forças.

Até a década de 1940 a produção do espaço urbano londrinense esteve sob a representação dos interesses da Companhia de Terras Norte do Paraná. Entretanto, o fim do governo centralizador do Estado Novo, bem como o enfraquecimento da CTNP<sup>85</sup> permitiram a entrada e o fortalecimento de empresas privadas de interesse imobiliário. Desse modo, a década que prosseguiu 1950 foi de construções de loteamentos por toda a cidade. Em consequência desse excedente populacional – em relação ao plano inicial da cidade – foi o surgimento de diversos

---

<sup>82</sup> ADUM, 1991. p. 75.

<sup>83</sup> ADUM, 1991. p. 75.

<sup>84</sup> ADUM, 1991. p.76.

<sup>85</sup> Apesar de não ser o escopo desse artigo, vale ressaltar que em 1939, Getúlio Vargas, a partir de decreto, forçou a nacionalização da CTNP e todas as suas extensões, além do aumento de impostos a capitais estrangeiros, bem como, a eclosão da guerra, fizeram com que a presença inglesa em Londrina fosse perdendo força. Isso deu lugar para que interesses privados nacionais tomassem força sobre a capitalização no espaço urbano londrinense, ver mais em ARIAS NETO, 2008.

bairros desestruturados sem rede de água e esgoto, iluminação pública, calçamento e meio-fio. A responsabilidade desse crescimento imobiliário sem planejamento caiu sobre a administração pública que passou a cuidar da logística necessária para atender às necessidades coletivas da cidade. Conforme Arias Neto:

O desenvolvimento econômico e o crescimento populacional tiveram como consequência a desestabilização: a) do sítio urbano – a proliferação dos loteamentos, do crescimento vertical, das residências de luxo construídas em meio ao barro e os casebres da população de baixa renda; b) da vida social – o aumento do custo de vida, a invasão de vadios e malandros, a multiplicação de casas de jogo e prostituição e dos grandes golpes de terras e c) dos equipamentos urbanos – insuficiência no abastecimento de água e no fornecimento de energia e deficiência de comunicações (número reduzido de telefones, precariedade de correio e telégrafos, bem como da estrada de ferro)<sup>86</sup>.

Assim, em dezembro de 1951 foi sancionada, de ordem municipal, a Lei 133/51, elaborada pelo engenheiro Francisco Prestes Maia, a convite do então prefeito de Londrina, Hugo Cabral. O arquiteto Fausto C. de Lima, expõe em sua pesquisa o desejo por parte do poder municipal de resolver o problema do crescimento populacional e a manutenção da ordem urbana, como podemos notar no trecho de um ofício que o então engenheiro Rubens Cascaldi, diretor do Departamento de Obras, entregou em mão à Prestes Maia, ao viajar até São Paulo:

[...] Seria motivo de orgulho para londrina, que Vossa Senhoria tomasse a seu cargo a elaboração do plano de urbanismo de nossa cidade, que sendo nova, não apresenta tantos defeitos serem corrigidos, mas que precisa crescer metodicamente de modo a não encontrar dificuldades futuras. Duvidando, entretanto, que um homem como Vossa Senhoria, que é uma expressão moral e técnica de repercussão nacional aceite uma tarefa tão modesta [...] <sup>87</sup>.

Nota-se que o crescimento urbano da cidade foi interpretado como um problema a ser solucionado a partir da ideia da busca pela manutenção da ordem, da moral e do progresso, como acentua a fala de Hugo Cabral. A busca por um profissional de uma metrópole também nos leva a refletir como as cidades do interior

---

<sup>86</sup> ARIAS NETO, 2008. p. 104.

<sup>87</sup> LIMA, FAUSTO C de. Prestes Maia em Londrina: moderno em que sentido? Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, 2000. p.134.

se espelhavam e acabavam por reproduzir um sentido padronizado do urbano. À margem da urbe, Londrina buscava se moldar de acordo com as normatizações do que se entendia como cidade do futuro.

A Lei 133/51 estabelecia a edificação da cidade a partir de zoneamentos, considerando aos critérios de usos e necessidades. Nesse molde de zoneamento foi que o poder público explicitou a face intervencionista em ordenar a cidade a partir das diferentes classes sociais. Desse modo, o espaço da moradia passou a respeitar os critérios determinados à zona residencial “[...] é dividida em nove sub-zonas, de acordo com o tipo de moradia e de benefícios que o proprietário loteador deveria executar”<sup>88</sup>. Sob essa perspectiva, notamos o espaço urbano e o lugar dos pobres, açambarcam um discurso de ordem.

A partir de um breve traçado do perfil urbano de Londrina, até meados da década de 1960, percebe-se que o espaço urbano foi construído sob uma constante busca pela manutenção de uma “harmonia” urbana, onde as periferias foram praticamente anuladas, ou vistas como um problema, um efeito “colateral”, do progresso. Entretanto, é a partir da década de 1970, com a ascensão do governo da ditadura militar que o lugar dos pobres foi apropriado pelo Estado, não mais apenas como um problema, mas se tornou protagonista no sentido de promover um discurso de desenvolvimento e solução de uma nova ordem. A partir da análise do BNH em Londrina, podemos perceber como o espaço urbano torna-se elemento de representação política.

Desse modo, a cidade é tomada como o espaço da representação, “considerando que não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido a seu mundo”<sup>89</sup>. A cidade é uma construção de representações, um campo de disputas de interesses onde pousam as estruturas das sociedades, suas dinâmicas, lutas e imposição de poderes. Os Cinco Conjuntos foram apropriados por uma prática habitacional para atender aos interesses de um governo que necessitava se legitimar. O próprio espaço passou a ser apropriado por outras esferas que buscaram se fortalecer, como o capital privado.

---

<sup>88</sup> ARIAS NETO, 2008. p.107.

<sup>89</sup> CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Editora Universidade /UFRGS, 2002.p 66.

**Capítulo 2. Apropriações e representações do político nos  
Cinco Conjuntos: “a cidade” a quem lhe convém.**

*“Por várias razões a dimensão política emerge como um dos principais definidores da cidade. Por um lado, sem demérito das lutas camponesas, a cidade é a principal sede das lutas sociais. Por outro lado, ela é obrigatoriamente de poderes políticos”<sup>90</sup>.*

A partir da reflexão do historiador José D’Assunção de Barros, partimos para o escopo de análise deste capítulo que se concentra no campo das representações políticas no espaço urbano, com foco nos Cinco Conjuntos. Ao investigarmos o processo das eleições de Londrina, bem como suas representações nos jornais, podemos perceber que a imagem dos Cinco Conjuntos ocupou lugar de destaque nas disputas eleitorais, bem como protagonizou no cenário londrinense como espaço de “decisões eleitorais”. Desse modo, averiguamos quais os interesses e as articulações formadas em torno dessa região que tomaram os Cinco Conjuntos como um espaço de disputas de grupos a partir do discurso da política.

A região que posteriormente iria se consolidar como Cinco Conjuntos foi palco de intensas disputas pelo poder do Estado (durante a busca promocional do discurso de habitação social, promovida pelo BNH e a Cohab - LD), durante a ditadura militar. O modo com que Londrina se alinhou aos trâmites habitacionais e o fomento da imagem do Estado nesse período, com auxílio do fomento midiático de periódicos, mormente a *Folha de Londrina*, além das associações do poder municipal com construtoras de capital privado, concerniu aos Cinco Conjuntos uma conotação diferenciada às demais regiões periféricas de Londrina, bem como aquelas que receberam edificações dos conjuntos habitacionais. Entretanto, nesse capítulo, nos atentamos às articulações das políticas locais e o modo com que o discurso “cidade” foi se arraigando na região dos Cinco Conjuntos por meio de falas vinculadas às promoções de figuras políticas do município.

Ainda na vigência da ditadura militar sob a dinâmica do Banco Nacional de Habitação, percebe-se uma acentuada exaltação da imagem do então prefeito Antônio Casemiro Belinati. Em consulta ao jornal *Folha de Londrina* (que acompanhou intensamente as obras envoltas aos conjuntos habitacionais), embora a atuação da Cohab de Londrina tenha se iniciado anteriormente ao mandato de Belinati, pouco se

---

<sup>90</sup> BARROS, José D’Assunção. Cidade e história. 2ª Edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 62.

encontra a imagem dos outros prefeitos relacionada às obras de habitação social, ou mesmo à outras ações que promovessem a figura dos prefeitos.

É durante o processo de constituição desses conjuntos, que não apenas o BNH se consolidou nos periódicos como “edificador de espaços para os menos favorecidos”, mas nesse período as figuras do campo político local também se apropriaram desse discurso. Nosso trabalho foi de perscrutar o modo com que a imagem dos Cinco Conjuntos foi inserida no discurso político, se tornando um profícuo campo de disputas que visavam dominar o cenário eleitoral de Londrina.

## **1. Os conjuntos habitacionais e as articulações políticas: o espaço da periferia consentida.**

Sabemos que os conjuntos habitacionais em Londrina foram implantados a partir do ano de 1969, assim que a Cohab-Ld passou a ser credenciada a construir esse tipo de moradia com investimento do Banco Nacional de Habitação. Nesse período o então prefeito era Dalton Fonseca Paranaguá<sup>91</sup> que articulou os trâmites de acesso à Cohab-Ld para receber os repasses financeiros do BNH e assim, construir os conjuntos habitacionais. Os primeiros conjuntos habitacionais foram construídos às margens do perímetro central de Londrina e foram destinados a deslocar, em sua maioria, as populações das favelas para esses conjuntos. Entretanto, as primeiras habitações, foram insuficientes para atender a demanda de famílias que viviam em abrigos precários e o nível de favelização em Londrina não se modificou. A partir do ano de 1977 é que os primeiros conjuntos habitacionais, então maiores, passaram a ser entregues, sobretudo na gestão de Antônio Casemiro Belinati<sup>92</sup>. Seria pouca pretensão nos limitarmos às ações do BNH na gestão desses conjuntos, já que se pode perceber uma efetiva apropriação das promoções de casas populares na cidade por parte do então prefeito. Victor Hugo Teixeira Martins, ao analisar as construções dos conjuntos habitacionais em Londrina, comparou as gestões dos prefeitos municipais, em relação ao número de casas populares. Desse modo, foi possível perceber a exorbitante diferença entre quantidades de habitações durante as trocas de prefeitos.

---

<sup>91</sup> Dalton Fonseca Paranaguá cumpriu mandato de (1969 – 1973), era do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de “oposição” ao governo militar ARENA.

<sup>92</sup> Primeira gestão como prefeito de Londrina.

Na gestão de Dalton Fonseca Paranaguá (1969-1973), foram construídas 1.069 casas, fase de início da atuação da Cohab em parceria com o BNH. Já na gestão de José Richa (1973-1977), foram 386 habitações, número relativamente menor se comparado à gestão anterior e, ainda, mais distante das construções ocorridas durante o primeiro mandato de Antônio Casemiro Belinati (1977-1982), onde foram assentadas 17.464 unidades, alocadas em 26 conjuntos de moradias populares, fase de maior atuação e edificação de conjuntos habitacionais em Londrina e região metropolitana. Nesse período foram construídos os conjuntos na zona norte, os maiores (em unidades) da cidade<sup>93</sup>. Martins chama atenção para o fato dessa magnitude quantitativa de casas construídas, justamente nesse período em que o país enfrentava a fase mais intensa de crise financeira e, período de desaceleração do BNH de seus investimentos. Entretanto, em Londrina a construção de casas populares se intensificou. Assim, “no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 junto ao SFH/BNH foram sendo construídos já que as verbas estavam alocadas e devidamente destinadas”<sup>94</sup>. Na rápida gestão, substitutiva do vice-prefeito de Antônio Belinati, José Antônio Del Ciel (1982-1983), não houve construções de casas, apenas o cumprimento dos contratos com as construtoras e fechamento de atividades. No mandato de Wilson Rodrigues Moreira (1983-1988) foram construídas 2.864. Entretanto, Martins destaca que nesse período houve o rompimento da Cohab de Londrina com os financiamentos do BNH, já que esse havia se desmantelado em 1986. Assim, as construções de casas próprias passaram para os encargos da Caixa Econômica Federal (CEF).

Com a abertura política e os realojamentos financeiros, a construção de casas populares se afastou ainda mais dos propósitos sociais, não que durante a vigência do BNH, houvesse exclusividade às camadas de menor poder aquisitivo. Entretanto, após o fim das ações do BNH e inserção da Caixa Econômica Federal, a habitação deixa de se investir em uma “solução de problemas sociais” e passa totalmente para os interesses dos agentes financeiros, como aponta o autor:

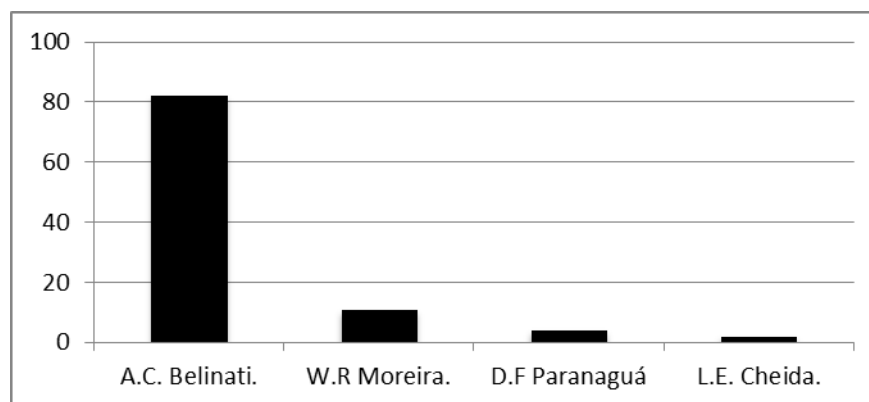
---

<sup>93</sup> Antônio Casemiro Belinati, não cumpriu toda sua gestão, pois, precisou se afastar por motivo de desincompatibilização de cargo, de acordo com a lei eleitoral, devido a sua candidatura a deputado estadual.

<sup>94</sup> MARTINS, Victor Hugo Teixeira. Habitação, infra-estrutura e serviços públicos: conjuntos habitacionais e suas temporalidades em Londrina – PR. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UEL, Londrina, 2007. p. 93.

Contudo, esses caminhos adotados também não permitiram a oferta de moradias para atender à classe de menor aquisitivo e, na cidade de Londrina, onde o déficit acumulado ultrapassava os 10% da população urbana da cidade sede, população essa instalada de forma precária em favelas e ocupações irregulares <sup>95</sup>.

Na segunda gestão de Belinati (1989-1992), foram construídas 4.373 unidades de casa, disseminadas em 16 conjuntos habitacionais, mais uma vez sendo destaque na construção de casas populares. O sucessor, Luiz Educado Cheida (1993-1996), construiu 524 casas populares, concentradas no conjunto habitacional José Giordano (região norte). Nesse sentido, em uma análise quantitativa, não se pode negar que a cidade de Londrina passou por oscilações numéricas no que toca às construções de casas próprias e as gestões de prefeitos. Se seguirmos essa linha Antônio Casemiro Belinati se destacou dos demais prefeitos, nesse âmbito de habitações. O Gráfico 2, abaixo, revela as unidades habitacionais construídas na gestão de cada prefeito de Londrina, entre os anos de 1969 a 1992:



**Gráfico 2. Gestões municipais e construção de moradias populares por unidade**

Fonte: Martins, 2007. p. 95.

No âmbito dos estudos sobre os conjuntos habitacionais em Londrina, verificamos que Victor Hugo Teixeira Martins, Andréa Rodrigues dos Santos Beidack ainda tomam a dinâmica das moradias populares pelo viés estruturalista, voltado para o contexto macro do governo federal. Entrementes, na presente pesquisa,

<sup>95</sup> MARTINS, 2007. p. 96.

problematizamos as questões subjetivas da representação, a qual as lideranças locais fizeram uso e apropriações das ações habitacionais em escala nacional – sobretudo a partir e por meio da gestão do BNH – para o campo político municipal em Londrina. Assim, procuramos compreender a partir do viés da representação o modo como os Cinco Conjuntos, não somente foram construídos em sua natureza de pedra e cal, mas a construção de sua imagem, sendo forjada pelas disputas de interesse político e fomentada pela mídia local.

O jornal *Folha de Londrina*, sobretudo, nas décadas de 1970 e 1980 ocupou importante lugar na circulação jornalística na cidade. Londrina não possui histórico de estabilidade de outros jornais antes da *Folha de Londrina*, considerando que os impressos antecessores eram publicações periódicas de sindicatos, ou mesmo jornais de empresas com interesses voltados a determinadas frentes. Entretanto, é interessante perceber que o fato de ser um influente periódico da cidade a *Folha de Londrina*, de perfil comercial, em diversas vezes alocou seus posicionamentos políticos por meio de suas reportagens, sendo preciso um olhar mais criterioso para analisar as matérias e buscar os seus fundamentos.

Desse modo, compreender os Cinco Conjuntos pela transversal política, nos dá a possibilidade de desvelar as práticas de promoção política bem como as construções de capitais políticos, como podemos perceber no modo de atuação política de algumas figuras públicas na cidade de Londrina.

## **2. Antônio Belinati e os conjuntos habitacionais: discurso no campo político e a apropriação da periferia.**

Partimos de Pierre Bourdieu para analisar a estrutura política de Londrina no que toca as representações nos Cinco Conjuntos. O autor inicia sua reflexão com a ideia de campo, onde esse campo político é analisado como um lugar de poder que exerce força e como espaço de luta de grupos. Esses grupos e/ou grupo tomam o campo político com o objetivo de moldá-lo de acordo com seu interesse. Dessa maneira, entendemos que para Bourdieu a política é compreendida como elemento de disputas em busca da dominação. A partir dessa perspectiva iremos analisar as relações de forças nos Cinco Conjuntos.

A região norte concentrou os maiores conjuntos habitacionais de Londrina. Os primeiros bairros dessa região são também os que possuem maior número de casas populares compondo a região que ao longo do tempo recebeu a denominação de Cinco Conjuntos. Formado por uma população, em sua maioria, de ex - lavradores (oriundos do processo de êxodo rural na década de 1970), os Cinco Conjuntos foram marcados como uma região dormitório de trabalhadores não especializados, além de pessoas que residiam em favelas.

Vale ressaltar que a região, ganhou destaque em Londrina, primeiramente pelas dezenas de milhares de casas populares, marcando a história habitacional londrinense. Dessa maneira, por concentrar, inicialmente a população de menor poder aquisitivo os Cinco Conjuntos ficaram marcados como referência de periferia na cidade de Londrina. Em consultas na imprensa escrita encontramos falas de antigos moradores que fazem questão de lembrar os anos iniciais das aquisições dessas casas populares na região norte – no caso em bairros inseridos no quadrante Cinco Conjuntos – onde o local recebia denominações pejorativas. Em março de 2006, a *Folha Norte*, em uma matéria que cobria os pequenos comércios nessa região, trouxe a fala do comerciante Orias Mateus Machado, proprietário do “Mini Mercado Machado”, com as seguintes considerações:

No começo o povo não tinha água encanada e a gente tinha que buscar água da mina pra cozinhar, lavar roupa e tomar banho. A condução era outro problema e era difícil o acesso ao centro da cidade. Na época diziam que aqui eram os bairros dos “cinco capetas” e ninguém queria vir pra cá, nem passar perto, muito menos morar<sup>96</sup>.

A *Folha Norte* ao colocar aspas na definição “cinco capetas” nos leva à questão Antônio Casemiro Belinati semântica de que tal apontamento não pertencia aos que residiam na região norte, o que nos leva a refletir que se tratava de uma conotação externa à região. Aqui, em uma fala datada de 2008, o lugar do discurso apareceu de modo insurgente a partir da fala ressentida com o passado, mas que se identificava com as mudanças das “antigas” e difíceis condições.

---

<sup>96</sup> FOLHA NORTE, Região Norte: o novo polo de Londrina. 28-04 de Julho de 2008. p 12.

Pierre Bourdieu aborda o campo político como um espaço de concorrência, o que faz com que a vida política possa ser definida a partir de uma lógica da oferta e da procura. Assim, esclarece que é nesse ambiente que ocorre a distribuição de elementos de produção de representação do mundo social:

O campo político é o lugar em que se agregam, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvida [sic], produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidades de mal - entendimento tantos maiores quanto mais afastados estão do lugar da produção<sup>97</sup>.

Dessa maneira, os Cinco Conjuntos, como um lugar onde concentra um passado de dificuldades, passa a ser um profícuo campo de disputas das forças políticas. Nesse sentido, buscamos aqui compreender como o discurso político se apropriou dessa região com fim às promoções de imagens e estabelecimento de forças e disputas de poderes.

O capital político só terá sentido porque está situado dentro de uma estrutura com símbolos próprios, onde estabelece normas próprias. O agente político ao se inserir no campo político é legitimado por tais estruturas e dessa maneira passa a apoderar-se das práticas do campo político, definido por Bourdieu como capital simbólico político. Ao mesmo tempo, o campo político necessita de legitimação. Essa investidura parte de grupos que enxergam no campo político algo de seu interesse, ou seja, a lei da oferta e procura determina que o campo político se estruture e seja estruturado.

Vimos que os Cinco Conjuntos carregam, em seu passado, ou mesmo, em sua “origem”, a marca de grandes percalços. A falta de elementos básicos para a vivência urbana, como água encanada, transporte, bem como a distância entre os conjuntos habitacionais da zona norte e o centro – média de 6 km – fomentaram nos Cinco Conjuntos a imagem da precariedade social, legitimando a figura tradicional de periferia urbana.

Ao analisarmos as fontes da imprensa de Londrina, sobretudo o jornal *Folha de Londrina*, foi possível perceber o estreitamento da imagem do ex-prefeito

---

<sup>97</sup> BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 14ª edição: Bertrand Brasil – Rio de Janeiro, 2010. p. 164.

Antônio Casemiro Belinati com a região dos Cinco Conjuntos. Dessa maneira, entendemos que compreender a trajetória política de Belinati, nos auxiliará nas análises acerca desse político e sua relação com a região.

Nos anos de 1960, Antônio Casemiro Belinati<sup>98</sup> iniciou sua carreira de radialista na Rádio Londrina AM, atuando como locutor comercial nos programas de auditório. Ainda na mesma década passou a trabalhar como repórter na mesma rádio, no programa “A voz do povo”, além de ser o primeiro apresentador da TV Coroadó (um dos primeiros canais de televisão em Londrina) no programa “Telenotícias Transparaná”<sup>99</sup>.

Iniciou<sup>100</sup> sua carreira política na cidade de Londrina aos 25 anos, quando venceu a eleição para o cargo de vereador, pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que fazia oposição ao regime militar instaurado no país em 1964. Belinati foi o vereador mais votado, com 2.507 votos. Em novembro de 1970, ainda no MDB, elegeu-se deputado estadual do Paraná. Em 1972 se candidatou ao cargo de prefeito, mas perdeu para José Richa.

Em 1974, Belinati tornou a eleger-se, mas como deputado federal do Paraná pelo MDB. Como deputado federal, em 1975 foi membro da Comissão de Segurança Nacional da Câmara de Deputados. Ainda como deputado estadual, em 1976 concorreu ao cargo de prefeito em Londrina e obteve sucesso, derrotando o candidato Wilson Rodrigues Moreira do PMDB, com diferença de 10 mil votos em relação ao seu adversário. Para assumir ao cargo precisou interromper seu mandato de deputado estadual.

Em 29 de novembro de 1979, dentro do processo da abertura política “lenta e gradual” com as reformulações partidárias o país voltou ao pluripartidarismo. Nesse momento Belinati filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), de agremiação governista. No contexto da nova fase política do Brasil, houve adiamento das eleições municipais o que levou à extensão de seu mandato como prefeito de Londrina, por

---

<sup>98</sup> COSTA, Osmani. Rádio e política: a aventura eleitoral dos radialistas no século XX – Londrina: EDUEL, 2005.

<sup>99</sup> Nasceu em 25 de outubro de 1943, filho do ferroviário José Mariosi Belinati e de Helena Casemiro Belinati. Aos 5 anos de idade veio para Londrina. Frequentou o curso de legislação previdenciária no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), mas seguiu carreira como apresentador de telejornal na TV Coroadó, em Londrina.

<sup>100</sup> O histórico político de Antônio Casemiro Belinati a seguir foi retirado do banco de dados do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas. Acesso <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-casemiro-belinati> . Acessado em 26/02/16.

mais dois anos até o início de 1983. No entanto, em 1982 Belinati voltou a eleger-se como deputado estadual e entre os anos de 1983 a 1987, por meio de suplência, ocupou uma cadeira na Assembleia Legislativa, após a morte do titular.

No ano de 1986, Belinati pela legenda do Partido Democrático Trabalhista venceu as eleições para deputado estadual, para a legislatura de 1987 a 1991. Em 1988 se candidatou ao cargo do executivo municipal de Londrina e pelo mesmo partido venceu seu opositor do PMDB, José Tavares. Assim, para assumir seu segundo mandato como prefeito de Londrina abandonou o cargo de deputado estadual<sup>101</sup>.

A gestão como executivo municipal chegou ao fim em 1993. Durante seu mandato, a prefeitura de Londrina contraiu dívidas expressivas, com valores aproximados a Cr\$ 281 bilhões de cruzeiros; o que não impediu que em 1996<sup>102</sup> se reelegesse, pela terceira vez, como prefeito de Londrina. Em 1997 filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), mas sua permanência foi curta. Em 1999 transferiu-se para o Partido Frente Liberal (PFL)<sup>103</sup>.

Durante sua terceira passagem pela prefeitura de Londrina, foi alvo de acusações de desvio de dinheiro público, nepotismo, enriquecimento ilícito, fraude de licitações, entre outras irregularidades. Devido às acusações, foi afastado três vezes do cargo, foi expulso do PFL e, em 23 de junho de 2000, foi cassado pela Câmara Municipal de Londrina por 14 votos a 6. Após a cassação de seu mandato, o Tribunal de Contas do Paraná (TCE/PR) rejeitou a prestação de contas referente à sua gestão na prefeitura nos anos de 1997 e 1998, apontando gastos irregulares de cerca de 113 milhões de reais. Em 2001 foi preso duas vezes, após ser liberado, voltou a comandar um programa de rádio<sup>104</sup>.

Embora mereça atenção, não compete ao escopo dessa pesquisa aprofundar na análise da trajetória política de Belinati. No entanto, interessa-nos entender como a região norte tornou-se um importante elemento de construção de seu capital político e para isso, compreender a figura de Belinati em Londrina se faz

---

<sup>101</sup> Nesse mesmo período, Belinati nomeou para secretário da saúde de Londrina; o médico Valdmir Belinati, seu irmão. Ainda nessa gestão, a esposa de Belinati, Emília Belinati foi eleita deputada estadual no ano de 1990 (PMDB).

<sup>102</sup> Segundo turno disputado junto ao candidato Luiz Carlos Hauly do PSBD.

<sup>103</sup> Em 1998, sua esposa; Emília Belinati, foi eleita vice-governadora do Paraná junto à Jaime Lerner pelo PFL.

<sup>104</sup> FGV/CPDOC. Acesso <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-casemiro-belinati> . Acessado em 26/02/16.

importante. Cassado, em 2003 Belinati filiou-se ao Partido Social Liberal (PSL), durante as eleições de 2004 para o pleito municipal de Londrina; candidatou-se novamente, conseguiu chegar ao segundo turno, disputando a cadeira de prefeito com o candidato Nedson Luiz Micheleti (PT), mas foi derrotado pelo petista.

Embora Belinati tenha perdido o pleito municipal de 2004<sup>105</sup>, houve concentração de voto expressivo na região norte de Londrina a seu favor<sup>106</sup>. Para ter melhor compreensão, seguem abaixo as zonas eleitorais correspondentes a cada região:

Zona Eleitoral	Regiões de abrangência em Londrina.
191 <sup>a</sup>	Oeste
190 <sup>a</sup>	Leste e Sul
189 <sup>a</sup>	Leste e Oeste
42 <sup>a</sup>	Centro, Sul e Leste.
146 <sup>a</sup>	Sul
41 <sup>a</sup>	Centro e Leste
157 <sup>a</sup>	Norte

**Tabela 4. Zonas eleitorais e respectivas regiões em Londrina.**

Fonte: GÓES, 2010.

Sobre as eleições de 2004, pela legenda do PSL, partido sem precedente na história do executivo municipal de Londrina, Belinati concorreu ao pleito frente ao PT e ao PSDB, partidos conhecidos de outras eleições na cidade. Acerca de sua representatividade política, podemos observar os números de votos que os três candidatos mais votados receberam, em cada zona eleitoral.

Zona Eleitoral	Antônio Casemiro Belinati (PSL)	Nedson Micheleti (PT)	Luiz Carlos Jorge Haully (PSDB)
191 <sup>a</sup>	10799	12388	11816
190 <sup>a</sup>	16999	13513	12288

<sup>105</sup> O banco de dado do Tribunal Regional Eleitoral disponibiliza materiais mais detalhados a partir da década de 2000, auxiliando no detalhamento de fontes para nossa pesquisa.

<sup>106</sup> GÓES, Patrícia Cristiane. Espaço, eleições e fidelidade: uma análise do comportamento eleitoral da região dos Cinco Conjuntos, de Londrina. Dissertação (Mestrado em Geografia, Dinâmica e Espaço Ambiental) – Universidade Estadual de Londrina.

189 <sup>a</sup>	11434	8850	5706
42 <sup>a</sup>	41868	8769	12902
146 <sup>a</sup>	5471	2723	2651
41 <sup>a</sup>	12064	12838	11900
<b>157<sup>a</sup></b>	24696	13581	6614

**Tabela 5. Número de votos para prefeito de Londrina – 2004 – 1º Turno.**

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - PR (2004) <sup>107</sup>.

Percebe-se já no primeiro turno uma categorização de votos de acordo com cada região. Enquanto as zonas eleitorais das regiões central, leste, oeste permitiram certo equilíbrio de votos, a zona norte desestabilizou esse quadro, levando Belinati e Nedson para o segundo turno. Em consulta aos dados do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, encontramos o nome das coligações dos candidatos ao segundo turno. Nedson, pela coligação “Bem Londrina” - PT / PTN / PSC / PCB / PL / PAN / PHS / PC do B - concorreu com a coligação de Belinati, nomeada de “À vitória do Povo” – PSL e PP -, dístico com enfoque voltado às camadas populares<sup>108</sup>. Assim, no segundo turno a relação de votos por zona eleitoral se mostrou dessa maneira:

Zona Eleitoral	Antônio Casemiro Belinati (PSL)	Nedson Micheleti (PT)
191 <sup>a</sup>	16679	24348
190 <sup>a</sup>	24038	26208
189 <sup>a</sup>	16085	15449
42 <sup>a</sup>	7729	20128
146 <sup>a</sup>	7333	5580
41 <sup>a</sup>	17353	24601
<b>157</b>	31885	21614
Percentual de votos válidos.	53,25%	46,75%

**Tabela 6. - Número de votos para prefeito – 2004 – 2º Turno**

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - PR (2004)

<sup>107</sup> TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, 2004. Disponível em:

<http://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>. Acesso em: 29/02/2016.

<sup>108</sup> Esse discurso voltado para as camadas de menor poder aquisitivo, sobretudo, àqueles que usufruíram das aquisições de casas populares, nos conjuntos habitacionais, será analisado pouco mais à frente nesse capítulo.

Não se pode ignorar que a vitória do candidato Nedson Micheleti se deu pela conjuntura das acusações contra Belinati, bem como, o apoio do terceiro mais votado candidato, Luiz Carlos Jorge Hauly, o que resultou na vitória do petista. Entretanto, vale destacar que se de um lado o candidato Belinati não conseguiu angariar votos suficientes para vencer a eleição para prefeito, à contramão da escolha do município

Entretanto, outro fator a ser colocado em relevo é a expressiva diferença de votos em relação à zona 157 – correspondente à zona norte de Londrina - se Belinati não conseguiu votos suficientes para vencer as eleições como prefeito, nessa região o resultado nas urnas foi o inverso. Assim, apesar de sua primeira grande derrota, podemos perceber a força expressiva de sua imagem na região dos Cinco Conjuntos. Nesse sentido, em 2008, na eleição subsequente, Belinati voltou a se candidatar ao cargo de prefeito de Londrina, para concorrer ao quarto mandato.

Nessa eleição Belinati concorreu pela legenda do Partido Progressista (PP), junto ao Partido Republicano Brasileiro (PRB), na coligação “A volta do povo à prefeitura”. Não obstante, observamos que mais uma vez Belinati apela ao “povo” para construir e reforçar seu capital político. Nesse pleito o candidato de maior oposição foi Luiz Carlos Hauly (PSDB), que foi para o segundo turno.

Belinati venceu as eleições de 2008 com 51,73% dos votos, frente ao seu opositor com 48,27 dos votos<sup>109</sup>. Não diferente da eleição passada, Belinati recebeu maior apoio de votos das regiões da periferia de Londrina, sobretudo, da porção norte, representada pela 157ª zona eleitoral. Entretanto, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anulou o resultado das eleições e impugnou a posse de Antônio Casemiro Belinati como prefeito de Londrina. O Ministério Público Eleitoral pediu a cassação de sua eleição após a reprovação pela Câmara Municipal e pelo Tribunal de Contas Eleitoral do Paraná (TCE/PR), referentes às contas de 1997 a 2000, quando exercia o mandato do executivo municipal de Londrina<sup>110</sup>.

Ao analisar, de modo ainda que breve, a trajetória política de Antônio Casemiro Belinati, foi possível compreender que a região norte, onde se localiza o

---

<sup>109</sup> TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, 2004. Disponível em: <http://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>. Acesso em: 29/02/2006.

<sup>110</sup> Mesmo saindo do objetivo central de nossa pesquisa, cabe ressaltar que a partir da impugnação de Belinati, houve terceiro turno – o primeiro na história eleitoral da cidade – vencendo Homero Barbosa Neto, com apoio de Belinati, nas eleições de 2009.

complexo habitacional Cinco Conjuntos, foi primordial para a construção e permanência da força política dessa personalidade pública de Londrina, ficando o desempenho do setor habitacional relacionado às suas gestões administrativas. Em consequência, firma-se um nicho específico dentro da cidade.

Os conjuntos habitacionais, por exemplo, entregues a partir do ano de 1978<sup>111</sup>, foram comparados como uma “cidade dentro de Londrina”. Além de uma fomentação da imagem do Banco Nacional de Habitação, a construção dessa imagem de cidade em relação aos conjuntos habitacionais da zona norte, também serviu de alicerce para a promoção da imagem política local.

Em 8 de Janeiro de 1978, a *Folha de Londrina* destinou uma página para a seguinte reportagem, “Objetivo da Cohab não é só construir, mas tornar os conjuntos humanizados”<sup>112</sup>. Nessa matéria a *Folha de Londrina* destacou o andamento das obras dos conjuntos habitacionais em Londrina dando ênfase para “o bom andamento das construções” e o modo com que Londrina estava cumprindo os objetivos do Banco Nacional de Habitação. Entretanto, além do forte discurso alinhado às exigências do órgão de habitação social (BNH), a matéria faz menção às autoridades políticas locais.

O título da matéria nos leva a perceber um enfoque semântico voltado para a administração local. Embora o governo federal durante a ditadura militar tenha utilizado a pasta de habitação – mormente às relacionadas aos interesses sociais – como modo de propaganda governista, tais apropriações não se limitaram à esfera federal. Como podemos observar no título da matéria citada, a Cohab-LD – órgão administrativo municipal – não buscava apenas cumprir as normativas federais, voltadas a colossais construções de casas populares, mas, sobretudo, o executivo municipal tinha um objetivo de “humanizá-las”.

---

<sup>111</sup> Como já foram expostos, os conjuntos habitacionais construídos a partir de 1978, foram os maiores em relação às unidades habitacionais, estes se concentram na porção norte de Londrina, sobretudo, esses conjuntos habitacionais compõem os Cinco Conjuntos. Mesmo impugnado, em 2009, Belinati retornou às atividades na Assembleia Legislativa do Paraná, enquanto deputado estadual. Seu julgamento ainda está em andamento.

<sup>112</sup> FOLHA DE LONDRINA – Caderno imobiliário, 08/01/1978. p. 7.

Ao pensarmos na “humanização” do espaço de moradia, esse conceito parte do lugar de fala do poder municipal. O discurso intimista é utilizado como forma velada de aproximação às camadas que compunham os habitantes dos conjuntos habitacionais. Embora a *Folha de Londrina* mantenha a postura de imprensa imparcial, durante as construções dos conjuntos habitacionais na cidade – mormente aqueles de maior relevância quantitativa – recebeu acentuada atenção por parte do periódico. Outro fator a ser observado é que a imagem do prefeito Belinati sempre esteve associada aos fatores positivos desse empreendimento, como podemos observar na matéria de 08 de janeiro de 1978. Essa reportagem, além de trazer o alinhamento de Londrina com o BNH, destaca, sobretudo a imagem do então prefeito em relação às habitações. Abaixo a imagem destacada pela *Folha de Londrina* onde ocupa o espaço central da matéria (que preencheu toda a página do caderno imobiliário).



**Imagem 2. O então prefeito Antônio C. Belinati caminhando entre o presidente da Cohab-LD e supostamente um repórter da *Folha de Londrina***

Fonte: *Folha de Londrina* 08/01/1978

Ao longo do tempo, a política habitacional gestada por Belinati é constantemente noticiada. Em 25 de abril de 1979 a *Folha de Londrina*<sup>113</sup> colocou

---

<sup>113</sup> *FOLHA DE LONDRINA*. “884 milhões para onze município do Paraná”. 25/01/1979. p. 1.

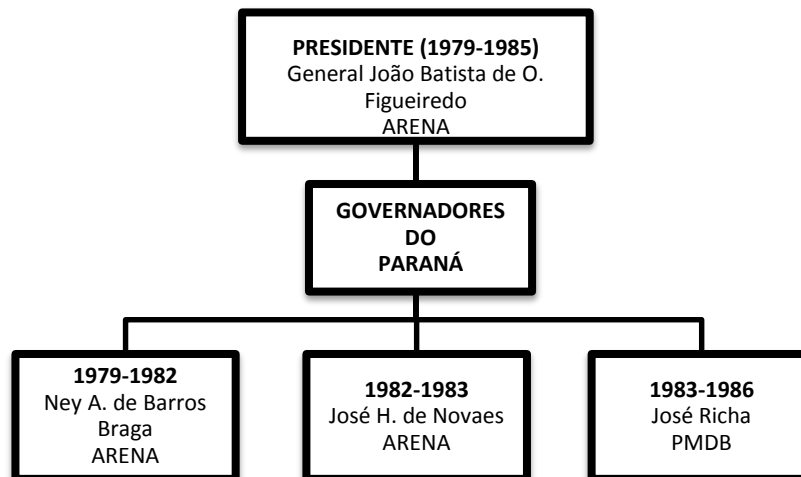
como matéria de capa a notícia sobre as negociações e repasses de verbas para construção de novas casas populares e investimento na estruturação urbana, entre os prefeitos do estado do Paraná e o governador. A solenidade ocorreu em Curitiba, capital do estado, e contou com a presença do então presidente do BNH José Lopes de Oliveira, o governador do estado, Ney Aminthas de Barros Braga (ARENA) <sup>114</sup>, além dos prefeitos dos municípios beneficiados, inclusive, Antônio Casemiro Belinati (MDB). A reportagem foi noticiada na parte superior na capa da *Folha de Londrina*. O então prefeito de Londrina aparece trocando documentos junto ao governador Ney A. Barros Braga. O jornal destacou a fala do presidente do BNH, reforçando o discurso social do Banco e do governo, ao mesmo tempo, enfatizando outros projetos de cunho estrutural urbano como CURA <sup>115</sup>.

Vale considerar as articulações e diálogos políticos entre os partidos do então presidente militar – General João Batista Figueiredo (ARENA), o governador Ney A. B. Braga (ARENA) e o então prefeito Antônio Casemiro Belinati (MDB). Levando em conta que a gestão do prefeito municipal de Londrina, no período de maior dinamização dos conjuntos habitacionais na cidade, foi no período de (1977-1982), momento que mais exigiu do executivo municipal o levantamento de verbas estaduais e federais para as construções desses conjuntos habitacionais. No quadro abaixo podemos observar o contexto dos partidos no período de maior fomento de Belinati e a construção dos conjuntos habitacionais. Nesse quadro, podemos perceber como o partido de governo – Aliança Renovadora Nacional – dominou a linha política do Paraná, sobretudo, durante o período ditatorial mais acentuado. Entretanto, já durante o período próximo à redemocratização política, o partido de ocupa o governo estadual. Segue abaixo o quadro dos partidos:

---

<sup>114</sup> Governou o estado do Paraná entre 1975-1979, foi eleito indiretamente e integrante do partido ARENA.

<sup>115</sup> Vale destacar que o projeto CURA tinha o objetivo de dinamizar obras públicas urbanas com escopo de valorizar o espaço urbano e em decorrência fomentava a especulação imobiliária, nas áreas beneficiadas.



**Tabela 7. Quadro político federal e estadual (1979 a 1983).**

**Fonte: Tribunal Regional Eleitoral - PR**

O texto da matéria, citada acima, hierarquiza os municípios paranaenses, de acordo com a quantidade crescente de benefícios financeiros repassados às cidades. Nessa lista Londrina aparece com uma quantia disparada acima dos demais municípios, se destacando no recebimento de verbas para as construções relacionadas às implantações urbanas. Para ter uma breve ideia foram repassados à Londrina - em moedas da época - Cr\$ 244.296.689, enquanto à Maringá Cr\$ 78.109.066, ou seja, um pouco mais que o triplo foi destinado ao cofre municipal londrinense, colocando o município em uma posição de considerável destaque em relação às verbas federais e estaduais na cidade de Londrina.

Vale lembrar que o processo de abertura política no Brasil percorreu um considerável tempo. Em 29 de novembro de 1979 o bipartidarismo foi extinto e as agremiações voltaram a atuar cenário político brasileiro. Nesse mesmo ano Belinati filiou-se ao Partido Democrático Social, um braço partidário composto por antigos filiados ao extinto ARENA. Isabel Bilhão ao analisar a formação do PDS nos esclarece o perfil desse partido:

Uma das primeiras medidas tomadas pelo governo é a criação do Partido Democrático Social – PDS, sigla que agrupava praticamente todos os ex-

componentes da extinta ARENA, destacando-se os governantes e os ministros nomeados durante o período militar <sup>116</sup>.

No campo da oposição, o MDB ocupava posição de agremiação àqueles que buscavam representação no campo ideológico contrário ao partido governista, a Arena. Durante o período decorrente do novo cenário político que permitiu a implantação do pluripartidarismo, o MDB passou por clivagens, já que o partido agregava políticos de diferentes gradações ideológicas, “que no período da ditadura buscaram refúgio sob a proteção do grande ‘guarda-chuva’ democrático<sup>117</sup> que havia se tornado o MDB” <sup>118</sup>. Para Bilhão, o Movimento Democrático Brasileiro foi estandarte de representantes de posições de centro e de esquerda. No entanto, podemos notar que apesar de filiado ao partido de oposição, Belinati construiu sua postura política alinhando-se o mais próximo às ações partidárias de direita, posição a qual se manteve mesmo depois da abertura política, o que pôde ser notado a partir de sua transferência para o PDS.

Considerando isso, ao analisarmos as manobras políticas inseridas no contexto de inserção dos conjuntos habitacionais, sobretudo, da zona norte de Londrina, nos leva a compreender que os Cinco Conjuntos foram construídos sob os interesses e articulações de cunho político, bem como, apropriado pelo poder local, expresso na figura de Antônio Casemiro Belinati. A partir de sua investidura política, tal político se personifica como o engendrador de casas populares em Londrina.

Entretanto, sabemos que as ações relacionadas aos investimentos urbanos não atenderam apenas aos interesses das camadas menos favorecidas. Toda a gestão política habitacional de Belinati se pautou nas construções de casas populares, repetindo o discurso do BNH. Dessa maneira, Belinati se apropria das questões habitacionais brasileira, arquitetadas por um plano de governo militar para seu próprio benefício e construção de seu capital político.

---

<sup>116</sup> BILHÃO, Isabel. Reflexões sobre o quadro político-partidário brasileiro no período de 1979 a 2002. p 95 – 106. BILHÃO, Isabel. (org). In: Visões do Brasil: realidade e perspectiva. Caxias Sul – Ed. EDUCS, 2003. p. 96.

<sup>117</sup> Nesse momento, houve o surgimento de outros partidos políticos. O MDB torna-se o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ao mesmo tempo em que surgem outras agremiações: o Partido Democrático Trabalhista (PDT); o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido dos Trabalhadores (PT) que se destacaram no cenário político, no processo de abertura política.

<sup>118</sup> Idem, p 96.

Ao analisarmos os Cinco Conjuntos, sob a problemática da representação, enquanto uma cidade se faz necessário compreender a lógica de política que cercou essa região. Compreender a construção dos Cinco Conjuntos por meio das ações de Belinati auxilia-nos a entender o modo de apropriação do espaço e a construção, por meio da disputa de poderes. Os Cinco Conjuntos, pelo viés das disputas do poder político concretiza as representações do campo político.

### **3. Antônio Casemiro Belinati e o discurso: “o candidato do povo”.**

É importante compreender, como já assinalado anteriormente, a trajetória de Antônio Casemiro Belinati, uma das figuras mais emblemáticas no quadro político de Londrina. Antes mesmo de se firmar na carreira eleitoral, Belinati foi reconhecido pelo seu trabalho como radialista. Osmani Costa ao estudar a relação dos radialistas e suas carreiras políticas, em Londrina levantou uma importante questão, a construção da imagem popular por meio dos programas de rádio e como esse fator foi imprescindível nos arranjos de campanhas políticas. Sabendo que Belinati teve um importante papel no universo radiofônico londrinense, tomaremos esse dado como elemento estruturante para compreender a configuração de sua imagem na cidade de Londrina.

É interessante ressaltar que a figura de Belinati vem sendo estudada em diferentes áreas acadêmicas e de ângulos diversos, pois, com um histórico de forte atuação política e permeada por corrupções o nome Belinati ainda é muito associado ao candidato do povo, ou mesmo, ao “pai dos pobres”, sobretudo pelo fato de seus mandatos estarem estritamente ligados às construções de casas populares. Entretanto, a figura de Belinati já era bastante popular antes mesmo de sua acentuação como político em Londrina. Osmani Costa chama atenção para a importância da carreira no rádio como um elemento de fomento político<sup>119</sup>.

---

<sup>119</sup> Vale lembrar que a obra de Osmani Costa abrange um universo maior de radialistas e suas carreiras políticas em Londrina, mas para o escopo dessa pesquisa, nos atentaremos à figura de Antônio Casemiro Belinati por estar fortemente associado à região dos Cinco Conjuntos.

Uma característica é comum aos radialistas londrinenses que conseguiram expressivas votações e vitórias marcantes enquanto políticos: eles eram apresentadores de programas líderes de audiência, por longo tempo, em emissoras locais de grande público. Foi assim, com Belinati, Alborguetti, Antenor Ribeiro, Otássio Pereira, Fiori Luiz, José Malkiolke e Siqueira Martins<sup>120</sup>.

Como já fora citado, pouco antes, Belinati ficou à frente de um programa de rádio intitulado “A voz do povo”. A partir desse dado, percebe-se a busca por um jogo semântico que reforça a ideia de estreitamento de Belinati com o “povo”. Costa aponta que a maioria dos programas de radialistas que se inseriram no campo político, tinha o foco em um público mais popular.

São trabalhadores assalariados, desempregados, pessoas com pequena ou nenhuma escolaridade, que sobrevivem em precárias condições sócio-econômicas [sic] nas favelas, assentamentos, áreas invadidas ou, no máximo, nos conjuntos habitacionais de Londrina<sup>121</sup>.

Esse perfil popular pode ser estendido aos Cinco Conjuntos que está fortemente associado à imagem de Belinati. Por se tratar de conjuntos habitacionais localizados na periferia, essa região foi investida pela imagem do ex-prefeito, sob um marcante discurso que sempre procurou se aproximar das camadas menos favorecidas. Ao se pautar às margens da sociedade, Belinati conseguiu se tornar o **centro dos mais pobres (grifo nosso)**.

Segundo Carina Pacolla, Antônio Casemiro Belinati procurou engendrar sua carreira política balizada em um discurso voltado às camadas mais pobres da cidade, como fez na campanha de 1972, para prefeito. “No dia da eleição de 1972, o comitê pró - Belinati publicou uma matéria paga com algumas frases de efeito: ‘Belinati é a luta do tostão contra o bilião [sic] do chefão’ e ‘Chega a hora e a vez do povo: é Belinati’”<sup>122</sup>. Corroborando os discursos de campanha, Antônio C. Belinati ressaltou sua posição econômica como fator primordial de aproximação ao povo. Diz a autora: “O candidato insiste não só em dizer que vai governar para os pobres, como resalta que ele é o mais pobre entre os que concorrem à prefeitura, e que não tem qualquer demérito nessa condição”<sup>123</sup>.

<sup>120</sup> COSTA, Osmani. Rádio e política: a aventura eleitoral dos radialistas no século XX – Londrina: EDUEL, 2005. p 192.

<sup>121</sup> Idem., p. 1em95.

<sup>122</sup> PACCOLLA, 1999. p.21.

<sup>123</sup> Ibidem., p. 21.

Apesar de não ser o escopo dessa pesquisa, compreender pormenores do discurso político dessa figura pública londrinense, nos auxilia a analisar o modo com que os Cinco Conjuntos passam a ser um espaço físico calcado em disputas por espaços simbólicos seja no campo pessoal, ou no político.

A geógrafa Claudia Lima Esteves, ao analisar o processo de produção do espaço urbano de Londrina, entrevistou Antônio Casemiro Belinati, em plena vigência de seu mandato (1989-1992). Ao perguntar sobre as ações do ex-prefeito em relação à dinamização dos conjuntos habitacionais, a autora o questiona sobre a priorização dos conjuntos habitacionais em suas duas gestões (até então), em Londrina.

É difícil destacar uma prioridade, eram várias. Londrina tinha 1.134 casas populares feitas por todos os outros prefeitos juntos, não tinha nenhum posto de saúde na área municipal, nós tínhamos um desafio, que era tirar também a ferrovia do centro, havia alguns vales a serem saneados, mas acredito que moradia, já de há muitos anos é a prioridade de grande importância no Brasil<sup>124</sup>.

Percebe-se que Belinati inicia sua fala a partir do lugar de discurso empregado pelo sistema do BNH. Considerando que sua fala parte do ano de 1990-1991, período de desenvolvimento da pesquisa de Alves, o ex-prefeito ainda apresenta fortes indícios de apropriação da moradia enquanto um problema nacional. Entretanto, no capítulo anterior, foi possível desvelar que os conjuntos habitacionais de maior expressão na cidade de Londrina, corresponderam aos interesses das construtoras, bem como às exigências muito mais voltadas aos interesses de mercado, do que social como o Banco Nacional de Habitação associava sua imagem.

Ao se referir às outras prioridades, como a retirada da ferrovia que cortava a cidade, dividindo-a em duas partes, saneamento de vales, entre outras obras, Belinati se refere às construções que foram capitalizadas pelo projeto CURA, o qual beneficiava obras de estrutura urbana para revitalizar a cidade, mas que acabou por valorizar os espaços urbanos beneficiando o mercado imobiliário, frente às necessidades de habitação social.

---

<sup>124</sup> ALVES, Cláudia Lima Esteves. Dinâmica Habitacional de produção e reprodução da força de trabalho em Londrina – os conjuntos habitacionais. São Paulo - Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, 1991. p. 92.

Embora a gestão do ex-prefeito não tenha sido exclusivamente voltada às ações sociais, pelo contrário, em seu mandato, os maiores conjuntos habitacionais abrangiam uma classe que ultrapassava mais de cinco salários, a construção de rodovias e a estruturação de bairros e vales que valorizou o mercado imobiliário. Belinati, ao se referir sobre sua atuação política em Londrina, enfatiza o seu enfoque político na habitação social, como podemos verificar em sua fala, citada por Alves:

Agora quando você pega alguém, pagando aluguel, casando ou até mesmo retardando o casamento como ocorre com muita gente, que deixa o casamento para depois, porque acha que seu salário, seu rendimento não é suficiente para pagar o aluguel de uma casa. De forma que eu via que o problema de moradia era em 1977, o número um. O que eu sempre analisei e dizia na campanha, que iria construir 5.000 casas, é porque eu conheci o drama desse povo, que era o drama de muitas vezes trabalhar em Londrina e além do problema de morar na favela ou com parentes, ou no fundo do quintal; era também porque eu conhecia, esse pessoal que uma parte trabalhava em Londrina, e pelo fato do aluguel aqui ser impossível, eles moravam em Cambé, Ibiporã, Rolândia, Jataizinho e vinham para Londrina todo dia trabalhar. E aqui, antes de eu ser prefeito a primeira vez, era uma coisa incrível. A demanda, a procura por uma casa para alugar era tão grande, que a imobiliária, quando colocava um anúncio, ela já impunha condições para os candidatos, uma delas, não podia ter filho pequeno. E vendo tudo isso é que eu comecei a concentrar o meu trabalho para fazer estas casas. Fizemos 5.000, fizemos 10.000, fizemos 15.000, que é um dos mais perfeitos do Brasil em modelo, porque aqui todos os conjuntos tem asfalto, tem iluminação razoável, tem escola até 8ª série, tem piscina, tem ginásio de esporte, tem igreja Católica e Protestante.<sup>125</sup>

A partir de sua fala, podemos perceber, sobretudo, uma autoconstrução de sua imagem política. Sob essa ótica, Pierre Bourdieu chama atenção sobre “as espécies de capital político”, ou seja, a notoriedade/popularidade de um sujeito se dá por meio de um acúmulo de “habilidades” expostas do sujeito para o grupo. Investido pelo campo político o sujeito político se impõe na sociedade/grupo e por meio de suas ações acentua sua imagem de modo a conquistar o maior número de outros indivíduos que legitimam a imagem desse sujeito político.

Desse modo, Bourdieu, na citação abaixo, auxilia-nos a compreender a relação dos conjuntos habitacionais, sobretudo, os da zona norte de Londrina,

---

<sup>125</sup> ALVES, Claudia Lina Esteves. Dinâmica espacial de produção e reprodução da força de trabalho em Londrina: os conjuntos habitacionais. Dissertação de Mestrado. F.F.L.C.H da Universidade de São Paulo – São Paulo, 1991. pp. 92-94.

relacionados aos Cinco Conjuntos com a projeção da imagem política. Ou seja, o capital político, nesses casos,

[...] é produto de uma acumulação lenta e contínua, a qual leva em geral toda uma vida, o capital pessoal a que se pode chamar heroico [sic] ou profético e no qual pensa Max Weber quando fala de carisma é produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise, no vazio e no silêncio deixado pelas instituições e os aparelhos: ação profética de doação de sentido, que se fundamenta e legitima ela própria, retrospectivamente, pela confirmação conferida pelo seu próprio sucesso à linguagem de crise e à acumulação inicial de força de mobilização que ele realizou <sup>126</sup>.

A fala do ex-prefeito evidenciou um discurso forjado pela política federal durante a gestão da ditadura militar – a qual também se apropriou desse mesmo “problema” para se promover no quadro político. Posteriormente, essa apropriação se estendeu a questão do “problema nacional de habitação” que não se limitou às falas proferidas pelo BNH, mas serviu de instrumento para promover a política local, como podemos compreender em seu discurso de caráter personalista.

É interessante destacar o modo com que Belinati relaciona a habitação social enquanto “dramas”, que beira ao sensacionalismo. Ao se referir a vulnerabilidade de um casal que adia suas bodas por não ter condições de pagar um aluguel, ou mesmo nos problemas enfrentados por trabalhadores que estão distantes do lugar de seu trabalho, ou quando traz, de modo quantitativo, as expressões de unidades habitacionais construídas na sua gestão, são formas de aproximar o eleitor. Ao denotar “**eu conheci o drama desse povo**” (grifo nosso), Belinati personifica em si as problemáticas de regência institucional política, como o autor apresenta:

Como nós fomos conseguindo muitos conjuntos para Londrina, nós chegamos a uma perfeição tal naquele momento, que a pessoa ia na [sic] COHAB, e tinha tanta casa – e a Rádio me questionando por que, que eu estava fazendo tanta casa, que ninguém iria querer, que os conjuntos iriam ficar vazios, que era um absurdo, que era aplicar mal o dinheiro do povo – fazia inscrição e menos de trinta dias depois estava com a mudança dentro de sua casa. Então a gente podia dispensar muitas formalidades. Hoje, ao contrário, nós temos em Londrina quase 500.000 casas populares. Foi escolhida a Zona Norte de Londrina para construir os conjuntos, primeiro porque tinha uma área boa e disponível, e o preço do terreno também era muito mais barato. Os políticos ignorantes e que não conhecem o que é política habitacional me criticavam muito, principalmente na época, dizendo que o conjunto é muito longe, tem que ser mais perto. Ora, eu posso construir

<sup>126</sup> BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 14ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 191.

um Conjunto no bairro Canadá, no bairro do Aeroporto e no alto da Higienópolis, posso. Agora o que é que é um projeto habitacional? Você tem o custo do terreno, o custo da construção, soma tudo, divide para o cidadão pagar em 10, 15, 20 no máximo 25 anos. Se o conjunto está afastado um pouco do centro, porque o terreno está um pouco mais barato ele já não pode pagar a prestação, você imagina uma casa mais próxima do centro, então, nós escolhemos a Zona Norte em função do preço do terreno <sup>127</sup>.

Dessa maneira, analisamos a fala de Belinati pelo viés de Bourdieu e percebemos que a política habitacional é perpassada pela barganha e entendida como um elemento de troca. Nesse discurso Belinati deixa evidente que “fazer política habitacional” é estar de acordo com as regras econômicas de especulação imobiliária e ao colocar o “cidadão” em um local afastado faz parte das condições da política habitacional. Assim, podemos perceber que para o político em questão, as ações do sujeito político atendem mais do que as práticas de uma instituição de caráter social. Elas buscam barganhar da melhor forma de acordo com as regras do mercado. Assim, Belinati se investe enquanto um ser político, por meio de sua concepção de política. Esse capital do ser político, segundo Pierre Bourdieu, tem suas características específicas:

Ao contrário do capital pessoal que desaparece com seu portador (embora possa gerar querelas de herança), o capital delegado da autoridade política é, como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do funcionário, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela [...] <sup>128</sup>.

Ainda Bourdieu nos auxilia a compreender o modo como Belinati fez uso do aparelho político. Entretanto, esse uso não pode ser compreendido como um movimento de sentido único. O campo político se dá por trocas, se configura enquanto campo de disputas e aparecem por meio de representações que se deixam velar de acordo com os objetivos de grupo(s) e ou agente(s) que veem no jogo político um meio de atingir seus interesses.

É esta homologia que faz com que os profissionais, ao prosseguirem na satisfação dos interesses específicos, que lhes impõe a concorrência do interior do campo, deem ainda satisfação aos interesses dos seus mandantes

---

<sup>127</sup> ALVES, 1991. pp. 93-94.

<sup>128</sup> BOURDIEU, 2010. p. 191.

e que as lutas dos representantes possam ser descritas como uma *mimesis* política das lutas dos grupos ou das classes que eles se assumem como campões; ou, inversamente, que nas suas tomadas de posição mais adequadas aos interesses dos seus mandantes, eles prossigam ainda na satisfação dos seus próprios interesses – sem necessariamente o confessarem a si mesmos -, tais como lhes são determinados pela estrutura das posições e das oposições construtivas do espaço interno do campo político <sup>129</sup>.

#### **4. Folha de Londrina e a construção da memória forjada e disseminada dos Cinco Conjuntos.**

Esse jogo político continua em outros espaços e circunstâncias, aparentemente distintas do político. Na comemoração dos 60 anos de Londrina (1994), por exemplo, a *Folha de Londrina* lançou um caderno extra de cunho comemorativo, com 96 páginas, o jornal promoveu uma cronologia com destaques às figuras de comerciantes, políticos e “pioneiros” da cidade, bem como as conquistas do município. De caráter memorialista tradicional a *Folha de Londrina* não mediu esforços para exaltar a imagem da cidade, sempre de modo positivo e de acordo com as camadas da elite e sem maiores conflitos no âmbito político. Nesse caderno especial comemorativo, há duas páginas inteiras destinadas apenas à região dos Cinco Conjuntos, destaque que nos chama atenção, pois, nas demais matérias veiculadas acerca da data festiva da cidade, outros assuntos não ocuparam mais espaço do que uma página, o que merece uma atenção maior.

No chapéu da matéria há a seguinte descrição: “Verdadeira cidade”, no título o jornal expõe: “Cincão é maior que muitos municípios” e na linha fina apresenta: “Mais de 100 mil moradores há 14 anos e hoje praticamente tem vida própria”. A partir dessas primeiras denotações podemos observar que o jornal *Folha de Londrina* reforça a imagem dos Cinco Conjuntos como uma unidade urbana diferenciada das demais regiões de Londrina, sobretudo, ao comparar os Cinco Conjuntos, ou nivelá-lo em relação às outras cidades.

O texto da matéria sobre os Cinco Conjuntos inicia com um breve balanço do ano de 1994, quantitativo e comparativo sobre a região da zona norte e afunila para os Cinco Conjuntos. Nesse sentido, a reportagem ainda enfatiza que a região

---

<sup>129</sup> BOURDIEU, 2010. p. 176.

setentrional de Londrina ora se assemelha a uma cidade e/ou ora supera muitos municípios nos arredores londrinenses, como podemos perceber no trecho abaixo:

A região Norte de Londrina, mais conhecida por Cinco Conjuntos, que na verdade, conforme moradores daquela área, possui 14 núcleos habitacionais, concentrando hoje mais de 100 mil habitantes. É apontada como a sexta em população do Paraná, ganhando de muitos municípios como Apucarana, Arapongas, Paranavaí, Umuarama e outros. Além de Cincão, como é carinhosamente tratada, também é chamada de Belinópolis, já que fica entre Londrina e Sertanópolis e teve grande avanço durante a gestão do então prefeito e atual deputado estadual eleito Antônio Belinati, reconhecido como maior incentivador e responsável pela construção de moradias populares na cidade <sup>130</sup>.

Nesse Jornal percebemos que a região norte se mistura com a região dos Cinco Conjuntos, ou seja, uma imbricação construída e apropriada pela mídia. Outro fator que chama atenção é o fato dos Cinco Conjuntos ser denotado como “Belinópolis”. Nesse indicador semântico há duas importantes investidas na região que compete aos Cinco Conjuntos: à primeira no que se refere à Belinati, como prefixo que infere nome ao lugar; o segundo fator se encontra no sufixo “polis”, este por sua vez classifica a região enquanto uma “polis”, ou seja, uma cidade.

Ítalo Calvino, em sua obra “As cidades invisíveis” afirma que “a cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente” <sup>131</sup>, ecoa discursos para perpetuar conceitos de modo a legitimá-las como verdadeiras. Entretanto, a cidade não é sujeito ativo de suas próprias ações. A cidade é um constructo de ideias, uma projeção de imaginários, mesmo que muitas vezes não apareçam de modo concreto, as conotações, bem como as denotações de nomeações por meio dos dizeres “populares” que imprimem à cidade significados que são apropriados, muitas vezes, pelos ecos desses discursos. Ulpiano T. Bezerra de Menezes ao analisar a cidade como um constructo coloca em xeque a multiplicidade da polis a ser analisada:

Qual cidade: A cidade dos antepassados, dos heróis fundadores (e dos vilões?), dos donos do poder, de ontem e de hoje? Ou conforme a fonte de

<sup>130</sup> FOLHA DE LONDRINA. Cincão é maior que muitos municípios. Especial 60 anos de Londrina. 10/12/1994. p. 56.

<sup>131</sup> CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. [Le città invisibili, 1972] Tradução: Diogo Mainardi, 2ª Edição. Companhia das Letras, 2006. p.

informação, a cidade dos eruditos e dos historiadores, dos poetas oficiais, dos urbanistas, planejadores e tecnocratas? Dos habitantes? Quais? Do homem da rua e daquele que com suas mãos a constrói, simples instrumento?<sup>132</sup>.

Cabe colocar em relevo que os Cinco Conjuntos não se tratam de um bairro, com nomeação institucional. Sua própria nomeação se deu de modo gradual, pela apropriação e permanência e sendo repetido diversas vezes, seja pela mídia local (os periódicos) seja pela própria população que foi assimilando e investindo à porção de conjuntos habitacionais como Cinco Conjuntos. Entretanto, quanto à ideia de uma cidade dentro de Londrina, também nos fundamentamos no caráter de construção. Kevin Lynch, ao analisar a cidade convida para que façamos uma leitura da imagem da cidade a partir da concepção do termo “imaginabilidade”, ou seja, “a característica de um objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado”<sup>133</sup>

De tal modo, os Cinco Conjuntos a partir das apropriações de interesse político passam a ser moldados conforme uma região de importância eleitoral. Ainda na reportagem comemorativa da *Folha de Londrina*, o texto reforça a imagem de um “reduto eleitoral”, um local a ser “conquistado”, pelas disputas nas eleições de Londrina e espaço determinante para os resultados nas urnas.

Reduto eleitoral respeitado por preeminentes políticos, como os candidatos ao Governo do Estado Jayme Lerner (eleito) e Álvaro Dias, nas últimas eleições, que também não ignoraram a importante fatia de eleitores que residem naquela área – e investiram muito para ganhar a preferência da população – aquela região decidiu, também, a vitória de candidatos a prefeito, deputados e vereadores em pleitos passados <sup>134</sup>.

O texto da *Folha de Londrina* revela uma ideia marcante em relação aos Cinco Conjuntos, o poder eleitoral. Não obstante, é por meio desse viés político que a

<sup>132</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra. O museu na cidade x a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade. Revista Brasileira de História. São Paulo, V5 No. 8/9. pp. 197-205. Set. 1984/abr. 1985., p.199

<sup>133</sup> LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Tradução: Jefferson Luiz Camargo – Editora: Martins Fontes, São Paulo, 1997. p. 3

<sup>134</sup> FOLHA DE LONDRINA. Cincão é maior que muitos municípios. Especial 60 anos de Londrina. 10/12/1994. p. 56.

figura de Belinati ao se aproximar da região dos Cinco Conjuntos estabeleceu uma relação de troca. Enquanto o espaço da periferia, o lugar dos mais humildes foi tomando maior proporção, bem como as “mazelas”, “dramas”, apresentados pelo discurso de Belinati, o próprio acabou por converter essas características em fatores de permutação entre sua construção enquanto ser político e a região enquanto uma cidade.

Não se tratando desta forma de um fato estranho, o jornal citado, traz na mesma reportagem uma coluna inteira falando sobre a carreira política de Belinati em Londrina. No título da coluna, em letras garrafais, o texto apresenta “Belinati, o inventor”, recorrendo mais uma vez ao jogo semântico. No trecho extraído da *Folha de Londrina* tem-se o seguinte:

Prefeito duas vezes, uma gestão como deputado federal e outra como vereador e agora deputado estadual, eleito pelo PDT, Antônio Belinati tornou-se um forte símbolo de Londrina. Responsável pela construção de cerca de 20 mil casas populares na cidade principalmente na Região Norte, a grande faixa de seus eleitores é da classe trabalhadora, junto a qual exerce influência pelo seu carisma. Ele é o “inventor” do Cincão <sup>135</sup>.

Belinati é colocado como artífice dos Cinco Conjuntos. Sua figura é forjada por meio dos conjuntos habitacionais e ao mesmo tempo, em uma dicotomia discursiva, o mesmo, forja a imagem dos Cinco Conjuntos. A imagem quase que fundida entre Belinati e os Cinco Conjuntos é de tamanha expressão que a socióloga Carina Paccola, em sua pesquisa sobre os discursos de campanha de Belinati aponta a força dessa imagem, ao relatar a sua vitória para prefeito de Londrina, na eleição de 1988. Retirada de uma reportagem da *Folha de Londrina*, onde a festa de comemoração ocorreu no principal e mais movimentado logradouro dos Cinco Conjuntos, a Avenida Saul Elkind, a autora traz a fala dos moradores da região, reproduzida pelo jornal:

O apoio que o Tavares teve foi do pessoal do centrão e das autoridades; o apoio do Belinati foi da periferia que é pobre e que quando abre a marmitta só tem ovo – gritou um morador entusiasmado [...] Dona Francisca de Jesus, 72

---

<sup>135</sup> FOLHA DE LONDRINA. Cincão é maior que muitos municípios. Especial 60 anos de Londrina. 10/12/1994. p. 57.

anos, rezou para Santo Antônio durante a apuração, pois, segundo ela, 'ele é o santo Antônio Belinati <sup>136</sup>.

O trabalho de Carina Paccola auxilia-nos a compreender que a imagem de Belinati, sempre atrelada às camadas menos favorecidas, contribuiu para a configuração personalista entre o político e determinado grupo social. Os Cinco Conjuntos passaram a ser o reduto eleitoral de Belinati e, inventor e invenção se fundiram no imaginário social londrinense.

## **5. Representações do político no espaço urbano: os Cinco Conjuntos.**

Apesar de nunca revelar-se partidária, a *Folha de Londrina* sempre se apresentou muito complacente em relação à imagem de Belinati, sobretudo, ao se remeter à região dos Cinco Conjuntos. Entre os dias 5 e 8 de janeiro de 1989 esse jornal lançou no caderno 2 uma série de reportagem com enfoque nos Cinco Conjuntos, que iniciou na quinta-feira e se encerrou no domingo. Nesse caderno foi destinado o tema central “Conjuntos”, sendo organizado em cada diário como, “Conjuntos I”; “Conjuntos II”; “Conjuntos III” e “Conjuntos Final”.

A série de matérias voltadas aos Cinco Conjuntos foi assinada por Apólo Theodósio, repórter que fazia trabalhos para *Folha de Londrina* e, cobria eventos entre outros acontecimentos festivos. Não diferente, em muitas reportagens a *Folha de Londrina* não apresenta a assinatura do autor, o que dificulta a análise do perfil dos jornalistas. Entretanto, a *Folha de Londrina*, muitas vezes contratava *free-lancers* para executarem os trabalhos de reportagens.

Chamamos atenção para o lugar social da *Folha de Londrina*. Já nos anos finais da década de 1980, o jornal se destacava com o mais relevante diário de notícias do município, tanto em termos de estrutura material, quanto de circulação <sup>137</sup>. A *Folha de Londrina* ocupava uma importante posição de formador de opinião, sobretudo, por ser um jornal, onde a maioria da sua tiragem circulava via contratos de assinatura, e

<sup>136</sup> PACCOLA, idem., p.23.

<sup>137</sup> TRIGUEIROS FILHO, Marinósio & TRIGUEIROS NETO, Marinósio. História da imprensa de Londrina: do baú do jornalista. Londrina: UEL, 1991. p. 58.

o público que consumia o material jornalístico era da classe média à alta. Portanto, a *Folha de Londrina* legitimava o conhecimento acerca dos “fatos” da cidade, mormente a um público letrado. Ao tomarmos os jornais enquanto fontes, mergulhamos em um universo de oportunidades de interpretação, pois, são nos periódicos que todo um leque de interesses de grupos e estâncias que o material se torna suporte.

Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores, mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores <sup>138</sup>.

A partir dos fundamentos metodológicos de Tânia Regina de Luca, voltamos às reportagens sequenciadas produzidas pela *Folha de Londrina*. Primeiramente, cabe ressaltar que as matérias foram noticiadas no período de posse de Antônio Casemiro Belinati, em como prefeito de Londrina. Assim, como Luca aponta os jornais não estão livres das circunstâncias, ao contrário, os periódicos são campos de disputas e enquanto fonte de notícia e circulação de fatos ocupa um lugar legitimador de opiniões e acontecimentos.

Fundamentamo-nos em Bronislaw Baczko, sobretudo, em seu texto “Imaginação social” <sup>139</sup>, para refletir sobre a questão da construção de um grupo, bem como da noção de sociedade. Baczko define o imaginário como um espaço de lutas e conflitos em busca de poder. As disputas entre os grupos, bem como o uso de recurso que esses utilizam para manter sua hegemonia sobre outros acabam por gerar símbolos que constroem todo um lugar social.

Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência real, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efectiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio <sup>140</sup>.

---

<sup>138</sup> LUCA, T.R. História dos, nos e por meio dos periódicos. pp 111 – 153. p.112. IN: PINSKY, C. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008. p. 14

<sup>139</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Leach, Edmund ET Alii Anthropos-Homem.Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

<sup>140</sup> BACZKO., idem. p.299.

Na primeira reportagem “Conjuntos I”, uma foto aérea, que contemplam todos os Cinco Conjuntos, aparece com um tamanho que ocupa um terço do espaço da matéria. Logo abaixo, o título da reportagem estampa a seguinte frase: “**O mundo dos conjuntos**” <sup>141</sup>. (grifo nosso). Vale destacar o termo “mundo dos conjuntos” empregado no título da reportagem. Nele, a *Folha de Londrina* abre o que seria uma série voltada para o entendimento da vida e/ou cotidiano da população que mora nesses conjuntos habitacionais. Entretanto, o que fica claro no desenrolar da matéria é que esse “mundo” circunda as sociabilidades, apenas, dos conjuntos habitacionais localizados na região dos Cinco Conjuntos. No texto, logo abaixo do título (o que será comum, em todas as matérias seguintes, da série), traz uma resenha sobre a cobertura jornalística a ser apresentada, como podemos ver abaixo:

“Isto aqui é uma outra cidade!” – diz o morador, de olhos brilhando. A posse de Antônio Belinati em Londrina coloca os conjuntos habitacionais na boca da cena: existe ali um mundo emergente, firmando raízes, criando uma cultura própria e descobrindo o poder que tem. Na série de quatro reportagens que começa hoje, um mergulho no cotidiano e hábitos desse pedaço ainda desconhecido de Londrina <sup>142</sup>

Não obstante, mais uma vez percebemos a figura de Belinati associada ao “universo” dos Cinco Conjuntos. Seu nome é posto como elemento propulsor que ascende a região para um cenário mais amplo. Ao se referir a “Antônio Belinati em Londrina coloca os conjuntos habitacionais na boca da cena: existe ali um mundo emergente, firmando raízes [...]”, compreendemos que é a partir de Belinati que os Cinco Conjuntos ganharam visibilidade. Henri Lefebvre, ao escrever na obra “O direito à cidade”, aponta que tal espaço é formado pela socialização, um lugar que se constrói a partir das relações humanas no seu dia a dia, desde os grupos que compõem as lideranças, até o cidadão que segue sua rotina de trabalho, lazer, habitação, entre outras. Entender a cidade para Lefebvre é conhecer:

---

<sup>141</sup> FOLHA DE LONDRINA. Londrina, nunca mais - Caderno 2. 05/01/1989. p.13.

<sup>142</sup> FOLHA DE LONDRINA. Londrina, nunca mais - Caderno 2. 05/01/1989. p.13.

A vida cotidiana daquele que corre de sua moradia para estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para fábrica, para retomar a tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte.<sup>143</sup>

Na sequência a matéria “Conjuntos II”, traz o seguinte título: **“Londrina, nunca mais”**. (grifo nosso). Nesse conteúdo, a reportagem traz duas imagens mais próximas do cotidiano de um bairro, ao mostrar fotos de moradores conversando entre os muros das casas, mães brincando com as crianças nas ruas, pulando em poças d’água, grupo de homens reunidos em torno de uma mesa de bar se entretendo em jogos de cartas. A imagem construída nesse segundo número da sequência sobre os conjuntos habitacionais é versada em uma imagem mais próxima à tipificação do que se compreende uma periferia. Outro aspecto a ser destacado é o discurso carregado de certa mágoa referente ao “duro” passado enfrentado pelos moradores, como podemos notar na resenha da matéria:

No começo, muita gente amassou barro, enfrentou o mato e teve medo do escuro. Mas, a batalha para viver num lugar seu acabou criando na população uma solidariedade profunda e rara. Os antigos “exilados” dos conjuntos habitacionais não querem mais saber de sair de lá. Foi-se o tempo dos “Cinco Cão Juntos”<sup>144</sup>.

A matéria busca imprimir uma identidade dos e nos moradores dos Cinco Conjuntos a partir de um discurso memorialista de teor insurgente. Sobre a questão da memória e da construção da identidade, Michael Pollak, em seu texto: *“Memória e Identidade Social”*<sup>145</sup>, destaca como a memória interfere na construção da identidade, por sua vez, indica que o conceito de identidade se dá por meio da relação da diferenciação, da relação do eu, grupo diante do outro.

Se assimilarmos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente é o Outro. Ninguém pode

<sup>143</sup> LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução: Rubens Eduardo Frias – São Paulo: Centauro, 2001. p. 118.

<sup>144</sup> FOLHA DE LONDRINA. Londrina, nunca mais - Caderno 2. 06/01/1989. p. 12.

<sup>145</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rios de Janeiro, vol. 5 n. 10, 1992, p200-2012.

construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros<sup>146</sup>.

Entretanto, sob esse aspecto da identidade social, os Cinco Conjuntos estão atrelados ao passado difícil, estigmatizados, mas que as mudanças da região vão silenciando tais mazelas sociais. Percebe-se um sentido dicotômico de onde o sofrimento faz nascer o privilégio, a conquista de se morar no local. Ao nos reportarmos ao título onde há a recusa da cidade “Londrina, nunca mais”, há uma separação do que é a região dos Cinco Conjuntos com a própria inserção desta no município. Desse modo, assevera-se a concepção do Outro, identificada por Lefebvre. É na recusa de Londrina que a *Folha de Londrina* constrói uma identidade social dos Cinco Conjuntos

O aspecto comparativo permanece, na sequência, “Conjuntos III” que apresenta uma curiosa alegoria entre os lugares. No título a seguinte afirmação chama atenção: **“A Higienópolis dos pobres”**. (grifo nosso). Antes de adentrarmos no contexto dos Cinco Conjuntos é importante compreender qual o lugar social da “Higienópolis”. Trata-se de uma extensa avenida localizada na porção central de Londrina e com forte caráter elitizado. Humberto Yamaki ao analisar a arquitetura urbana da cidade traz à luz o imaginário construído em torno da Avenida Higienópolis:

Uma cidade com alamedas e jardins e uma aristocrática avenida. Tentativa de construção de uma metrópole à imagem de grandes capitais. A Higienópolis de Londrina é, portanto, indissociável da avenida de igual nome em São Paulo, um loteamento de chácaras do final do século XIX, que fora ocupado por palacetes de barões de café [...] <sup>147</sup>.

A Avenida Saul Elkind foi construída concomitante à urbanização dos lotes agrícolas da zona norte de Londrina. Não diferente, sob o aspecto topográfico, a estrada que deu origem à Avenida Saul Elkind seguiu a ordem já estabelecida pela

---

<sup>146</sup> Ibid., p.5.

<sup>147</sup> YAMAKI, Humberto. Labirinto da memória: paisagens de Londrina. Londrina: Edições Humanidades, 2006. p. 50.

Companhia de Terras Norte do Paraná, fazendo uso da parte mais alta da região de loteamento, nesse caso a zona norte, que mais tarde, durante a implantação dos conjuntos habitacionais na década de 1970, foi popularizada como Cinco Conjuntos. O arquiteto Pedro Eduardo Botti<sup>148</sup>, ao analisar a história da Avenida Saul Elkind sob o olhar topográfico esclarece que seguindo uma lógica de implantação e aproveitamento do espaço urbano, para a necessidade de consumo do espaço, a Avenida da zona norte, desde a sua formação ocupou um lugar estratégico na região da periferia norte de Londrina. Desse modo, podemos observar o aspecto topográfico da Avenida Saul Elkind na Zona Norte da cidade, destacada em vermelho:



**Mapa 2. Topografia da Zona Norte de Londrina com representação da Avenida Saul Elkind.**

Fonte: BOTTI, 2003. p.34.

Na contramão da Higienópolis de Londrina, a “Higienópolis dos pobres” é representada por meio de um discurso de valorização à circulação e fruição do espaço. A matéria se volta para a construção de um Cinco Conjuntos como lugar receptivo, um espaço que apesar de se tratar da periferia, do lugar dos pobres recebe

<sup>148</sup> SILVA; MORAES; MEDEIROS. “Essa rua tem história”: memórias e sociabilidades da Saul Elkind. SILVA, B.S; MORAES. D.R; MEDEIROS. T.S. (orgs.). – Londrina: Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina (IPAC/LD) – Programa de Incentivo a Cultura (PROMIC/LD), 2013.

todo o “tipo de gente”. É interessante observar o modo com que o *Folha de Londrina* conduz um imaginário da região, na resenha dessa sequência (Conjuntos III), na qual podemos perceber elementos que reforçam esse constructo:

Vaqueiros do asfalto domam um touro mecânico, casais namoram nos carros, a PM vive de bronca com os motoqueiros. Os preços são quase os mesmos que os da Avenida Higienópolis, mas ninguém reclama: uma multidão de moradores dos bairros (e também do centro) de Londrina se abala todo o final de semana até os Cinco Conjuntos para virar a madrugada nas mesas, agitos e programas da Avenida Saul Elkind, a Higienópolis dos Pobres <sup>149</sup>.

Nota-se que *A Folha de Londrina* se preocupou em forjar uma comunidade com aspectos tão exóticos, a ponto de serem atrativos para outros lugares. Enquanto o jornal cataloga uma vasta lista de entretenimentos na Avenida Saul Elkind, notamos a construção de um universo social paralelo. Henri Lefebvre destaca que as reorganizações urbanas da cidade são postuladas, em sua maioria, por grupos que se veem capazes de realizar mudanças no espaço. Entretanto, o autor chama atenção que tais capacidades passam pela premissa do poder capital. Ou seja, por interesses de dominação, as intervenções urbanas são, para Lefebvre, ações segregadoras, pois partem de organizações do espaço de modo hierarquizado.

Sob essa ótica a *Folha de Londrina*, na edição de domingo chega ao término da saga “Conjuntos”. Com o título “**A fronteira invisível**” (grifo nosso), a resenha deixa mais clara a intenção do fechamento da sequência: “A Avenida Brasília separa duas irmãs siamesas: a Londrina do sul e a Londrina do norte. Das piores lembranças do passado, apenas uma cicatriz marca os moradores dos Cinco Conjuntos: a discriminação. Uma fronteira invisível divide a cidade”<sup>150</sup>. Nessa edição a *Folha de Londrina* trouxe um destaque na parte central da página, com um texto voltado para a vitória da eleição de 1988 que deu direito de posse a Belinati. Com o título “Virando a mesa: os conjuntos nunca vão esquecer o dia em que virariam a mesa da eleição municipal”. A coluna central aborda principalmente a disputa eleitoral entre o candidato vencedor do PDT e seu oponente José Tavares PMBD.

<sup>149</sup> FOLHA DE LONDRINA. Londrina, nunca mais - Caderno 2. 07/01/1989. p. 12.

<sup>150</sup> FOLHA DE LONDRINA. Londrina, nunca mais - Caderno 2. 08/01/1989. p. 12.

“Alô! É o Belinati? Aqui é o Zé Tavares. Então, não vai cumprimentar o novo prefeito de Londrina?” Uma das muitas piadas que inventaram nos Cinco Conjuntos, depois de conhecido o resultado conta que José Tavares, já seguro da vitória fez essa ligação para Antônio Belinati, às 6 horas da tarde do dia 16 de novembro de 1988. A diferença a favor de Tavares, naquele momento era de mais de 13 mil votos. A anedota diz que Belinati não deu importância e retrucou, com confiança: “Calma, Zé! É melhor você apertar a barrigueira do arreio que nós vamos começar a subida para os Cinco Conjuntos daqui a pouco”. Claro que tal telefonema nunca existiu. Mas, nem José Tavares, nem o restante da cúpula peemedebista e nem um outro morador do centro da cidade duvidavam mais da vitória do candidato do PMDB. No fim da noite e início da madrugada de 17 de novembro começou a virada, que levou Belinati de volta à Prefeitura de Londrina, com quase 800 votos à frente de Tavares <sup>151</sup>.

Percebe-se que as ações políticas, como as diretrizes do BNH, a lógica da política carismática de Belinati, perpassando pelo âmbito da habitação, tomaram desdobramentos que exaltaram a imagem do campo político. Inicialmente, sob a idealização do ser político, com o discurso de sanar um dos “grandes problemas” do país, a carestia habitacional, mas que se estendeu para outros fins, como a benesse de camadas da elite. Isto posto, Lefebvre auxilia-nos na reflexão acerca da compreensão do lugar da política no discurso frente aos Cinco Conjuntos como uma estratégia política tomando a periferia como um lugar de disputas do capital político.

Na edição final da série “Conjuntos”, a *Folha de Londrina* não mediu esforços para exaltar a imagem de Belinati. Para legitimar tal relação entre a figura política e a região, o jornal colocou em destaque central a foto do dia do resultado da eleição de 1988. Mesmo a reportagem ser datada de janeiro de 1989, a *Folha de Londrina* ainda reforçou a narrativa do “candidato dos pobres”. Se nos atentarmos à foto, veremos um forte apelo à imagem de Belinati, em que aparece em cima de um carro, de braços para o alto, junto aos seus cabos eleitorais, mas, sobretudo, ovacionado pela população.

O jornal é um importante instrumento de veiculação de discursos. Além de suporte e circulação da fala, o jornal ocupa uma posição de formador das opiniões no meio em que está inserido. Bronislaw Baczko ao analisar a concepção da imaginação social aponta que a configuração social é construída, sobretudo, a partir de “grandes espetáculos, emoções fortes”, elementos pelos quais configuram a imaginação coletiva.

---

<sup>151</sup> Idem.

Assim, o poder deve apoderar-se do controle dos meios que formam e guiam a imaginação coletiva. A fim de impregnar as mentalidades com novos valores e fortalecer a sua legitimidade, o poder tem designadamente de institucionalizar um simbolismo e um ritual novo<sup>152</sup>.

É interessante destacar que, por se tratar de um jornal de perfil comercial, a *Folha de Londrina*, que sempre esteve repleta de propagandas e anúncios, embrenhados – muitas vezes de forma aleatória, sem seguir um padrão editorial – nessa sequência de matérias, as reportagens estavam localizadas em um lugar de destaque dentro do corpo do jornal (caderno 2). Apesar da *Folha de Londrina*, nunca se mostrar claramente partidária e trazer em seus textos, a afirmação de um jornalismo imparcial, é considerável o modo com que esse periódico contribuiu para a promoção da imagem de Antônio Belinati, sobretudo por meio do alinhamento (mesmo que não explicitado) em relação ao repertório discursivo político do ex-prefeito.

Desse modo, percebe-se que a *Folha de Londrina* buscou construir uma narrativa de insurgência, trazendo os dramas dos primeiros anos da formação dos conjuntos habitacionais da zona norte, passando por um viés do cotidiano da região, até chegar ao final apoteótico que se concretiza com a vitória de Antônio Casemiro Belinati, comemorando seu feito nos Cinco Conjuntos. Na foto abaixo podemos perceber como a imagem de Belinati imprime um discurso político sobre a região dos Cinco Conjuntos. Nela, o protagonista aparece comemorando sua candidatura. Entretanto, a fala impressa pelo jornal enfatiza “Virando a mesa: os conjuntos nunca vão esquecer o dia em que viraram a mesa da eleição municipal”. Nesse sentido, a vitória da personagem política se concretiza nos conjuntos habitacionais, personificando a ação dos conjuntos na imagem de Belinati.

---

<sup>152</sup> BASCZKO, B. Imaginação social. In: Leach, Edmund ET Alii *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985. p. 302.



**Imagem 3. Foto da comemoração da eleição de Antônio Belinati na campanha de 1988.**

Fonte: *Folha de Londrina* 08/01/1989. p, 12.

O capital simbólico é o lugar de onde parte o capital político. “Crédito” firmado na “crença” e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem<sup>153</sup>. Dessa maneira, os Cinco Conjuntos enquanto objeto de representação da força política de Belinati não se dá de modo passivo. O poder simbólico só é tomado enquanto força e detém poder quando aqueles que estão subjugados conferem poder a quem o exerce. “É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe”<sup>154</sup>. Assim, os Cinco Conjuntos, enquanto espaço marcado como lugar de habitação dos mais pobres, em Londrina exercem força diante das relações de poderes e, entre interesses na política.

<sup>153</sup> BOURDIEU, 2010. p. 187-188.

<sup>154</sup> Ibidem, p. 188.

Foi preciso realizar tal trajeto de análise acerca da representação política dos Cinco Conjuntos, sobretudo, relacionada ao aspecto da imagem dessa região ligada à personalidade política do ex-prefeito Antônio Casemiro Belinati, pois, nesse aspecto os Cinco Conjuntos aparecem não apenas como espaço de suporte político, mas também como campo de disputas de interesses no âmbito eleitoral. Dessa maneira, buscamos avaliar outros enfoques de lutas pelo poder, em diferentes instâncias.

No capítulo que segue, procuramos apresentar uma análise com base nas representações das denominações de centro e cidade acerca da imagem dos Cinco Conjuntos, tentando compreender as relações de disputas de interesses econômicos voltadas à região e o modo com que o discurso de centro e de cidade foram reservados à essa porção da periferia norte da cidade de Londrina.

**Capítulo 3. As representações de cidade e centro nos Cinco  
Conjuntos.**

## 1. A trajetória do espaço entre centralidade e periferias em Londrina

Ao refletirmos as mudanças estruturais no espaço urbano, sobretudo, na concepção denotativa da imagem dos Cinco Conjuntos enquanto um centro e/ou cidade, a análise sobre essa questão nos leva à reflexão acerca dos aspectos conceituais acerca da representação de centro e periferia. Desse modo, buscamos compreender tais termos a fim de analisar sobre as representações de centro/ cidade nos/dos Cinco Conjuntos.

Em termos genéricos, a centralidade no espaço urbano carrega em si a concepção de sobreposição numa hierarquia urbana que se impõe sobre a periferia. Se de um lado a periferia abarca o imaginário da precariedade na cidade, o centro, traz um sentido de valorização, de superioridade, qualificando em aspecto positivo à centralidade. Maria Encarnação Beltrão Sposito e Eda Maria Góes<sup>155</sup> avaliam que a centralidade é um forte elemento de segregação espacial, pois, em sua maioria, as cidades, sobretudo as de contexto urbanístico brasileiro, evidenciam no centro, o espaço com melhores condições e aparelhamento urbano, frente às periferias. Não obstante, às bordas da cidade é legado o papel de abarcar os transbordamentos demográficos, ou mesmo, o lugar das inadequações do urbano.

Assim, a centralidade<sup>156</sup> é a relação entre os espaços com maior densidade de meios de consumo, coletivos ou individuais, e o que representam esses espaços em termos de valor histórico e simbólico, bem como as possibilidades de se ter acesso a eles. Essas perspectivas levam-nos a associar o centro às localizações, e a centralidade, aos fluxos que afluem ao centro e dele efluem, assim como as representações que se constituem sobre essas áreas<sup>157</sup>.

A partir de Sposito e Góes entendemos que a centralidade é uma construção de sentido que perpassa pelo viés da fruição dos espaços no ambiente

---

<sup>155</sup> SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão & GÓES, Maria Eda. Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação social – 1. Ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2013.

<sup>156</sup> A partir da leitura da obra de Sposito e Góes, a relação entre centro-periferia é a expressão mais evidente no processo de segregação socioespacial. Esse processo de introduz a partir da reforma urbana de Paris, a partir do século XXI e no Brasil tal influência chega por volta do século XX. Dessa maneira a cidade de Londrina, em sua gênese espacial fora rascunhada sob uma ordem de fomentação da centralidade, onde o centro ocupa o espaço de elevação socioespacial no meio urbano.

<sup>157</sup> Ibid., p. 121

urbano. Enquanto centro configura aspecto de localização física, a centralidade é alcançada pela representação de lugar no contexto citadino. Nessa perspectiva, Os Cinco Conjuntos, enquanto localização espaço-geográfico está situada nas fimbrias de Londrina. Entretanto, nessa reflexão são representados sob a perspectiva de centralidade urbana, considerando que a periferia é resultado de uma fragmentação do espaço, clivagem desigual do solo, respondendo a determinações de interesses imobiliários e enquadrando os sujeitos da cidade em categorias espaciais. O modo dicotômico clássico entre periferia e centro, nos leva à reflexão acerca do modo com que esses parcelamentos urbanos, impõem condições sociais desses sujeitos no espaço em que vivem.

(...) há uma lógica que tende a se impor como 'ordem estabelecida' que define o modo como a cidade vai se reproduzindo a partir da reprodução, realizada pela ação dos promotores imobiliários, das estratégias do sistema financeiro e da gestão política, às vezes de modo conflitante (...) mas em todos os casos orientando e reorganizando o processo de reprodução espacial por meio da realização da divisão socioespacial do trabalho, da hierarquização dos lugares e da fragmentação dos espaços vendidos e comprados no mercado. A ação do Estado – por intermédio do poder local – ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia de lugares, criando novas centralidades e expulsando para a periferia os antigos habitantes, criando um espaço de dominação <sup>158</sup>.

Embora investiguemos a concepção de centralidade de uma periferia, vale ressaltar o fato de que a centralidade é plural, “a centralidade também se constitui de modo diverso, quando se comparam os segmentos socioeconômicos, os diferentes usos de solo observados na cidade, as faixas etárias dos cidadãos”<sup>159</sup>. Buscou-se nessa etapa da pesquisa, compreender e apresentar o quadro de estrutura urbana de Londrina, pois, ao realizar a análise dos Cinco Conjuntos sob a ótica de um discurso que o categoriza ora como centro, ora como cidade, as pesquisas realizadas nesse âmbito são valiosas para a construção de nossa percepção desse espaço, a partir dos interesses de pesquisas acadêmicas. É interessante ressaltar que os trabalhos apresentados aqui, são de extrema importância para que possamos compreender o quadro econômico e urbano de Londrina; são pesquisas que demandaram fôlego,

---

158 CARLOS, Ana Fani Alessandrini. Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001. p. 15.

159 SPOSITO & GÓES, 2013. p. 121.

pois, fornecem importantes dados estatísticos sobre a cidade. Por outro lado, nos chama atenção de como a denotação de centro, em relação aos Cinco Conjuntos, vem tomando espaço nas discussões sobre a estruturação urbana.

Em Londrina, a centralidade foi construída via interesses de loteamento, considerando que a cidade foi projetada pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). A planta inicial de Londrina foi projetada pelo topógrafo geodesta Alexandre Rasgulaeff, funcionário contratado pela CTNP. Conhecida popularmente como “planta azul”, tratava-se de uma “(...) malha xadrez que contém no centro uma elipse tangenciada por uma avenida em diagonal que se lança pelo espigão”<sup>160</sup>.

A planta inicial de Londrina, não apenas traçou os propósitos urbanos para a implantação dos habitantes urbanos, mas, sobretudo, imprimiu o caráter de uma ideologia. Desde a sua concepção, o traçado urbano londrinense respondeu aos cálculos de uma ordem, seguindo os preceitos técnicos e logísticos de uma companhia que buscava angariar o maior número de lucratividade possível. Assim, inicialmente, imbricada pelo discurso do progresso e da “harmonia urbana”, a cidade de Londrina foi projetada para abrigar cerca de 20.000 habitantes, em uma área por volta de quatro quilômetros quadrados de extensão<sup>161</sup>. Henri Lefebvre aponta que o espaço urbano e seu traçado podem evidenciar as representações dos usos sociais do solo.

[...] quando se detém o desenvolvimento urbano orientado e marcado pelas reflexões sociais até então dominantes, é então que aparece uma reflexão urbanística. Sintoma de mutação mais do que sintoma de uma racionalidade em contínua ascensão ou de uma harmonia anterior (ainda que as ilusões a respeito desde ponto se reproduzam regularmente), esta meditação mistura a filosofia da cidade com a procura de uma terapêutica, com os projetos de ação sobre o espaço urbano<sup>162</sup>.

Neste ponto, Lefebvre auxilia-nos a refletir como as relações sociais que são geradas no espaço urbano, sobretudo, as oriundas das ações dos grupos

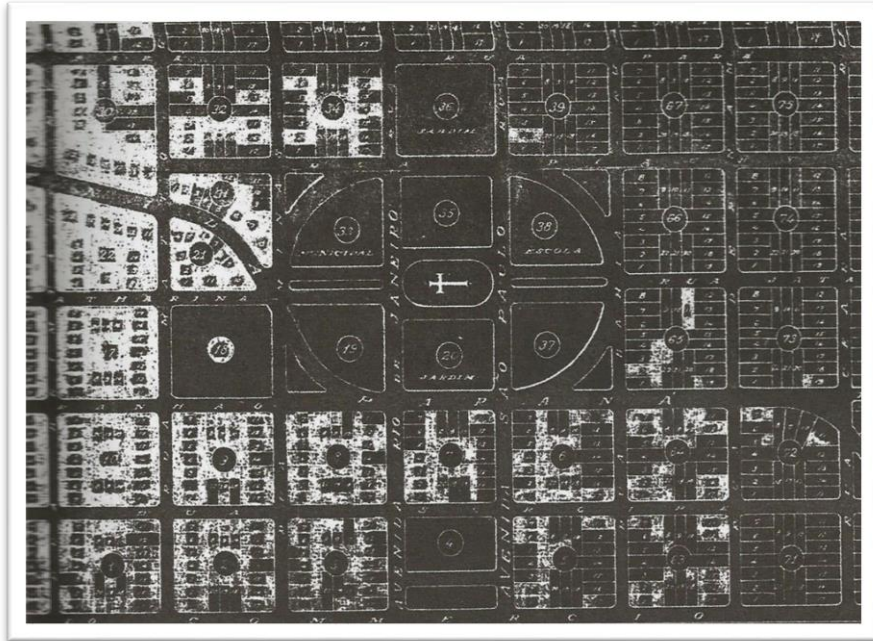
---

<sup>160</sup> YAMAKI, Humberto. Labirinto da memória: paisagens de Londrina. Londrina: Edições Humanidades, 2006. p.8.

<sup>161</sup> CASARIL, Carlos Casemiro. A expansão físico-territorial da cidade de Londrina e seu processo de verticalização: 1950-2000. Geografia - v. 18, n. 1, jan./jun. 2009. p. 67.

<sup>162</sup> LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução: Rubens Eduardo Frias – São Paulo: Centauro, 2001. p. 62.

dominantes, rascunham o desenho urbano, deixando seu traçado de mentalidade acerca de seus interesses. Como exemplo, podemos observar a primeira planta de Londrina, que acentua o caráter de centralização do município, nos primórdios de sua formação.



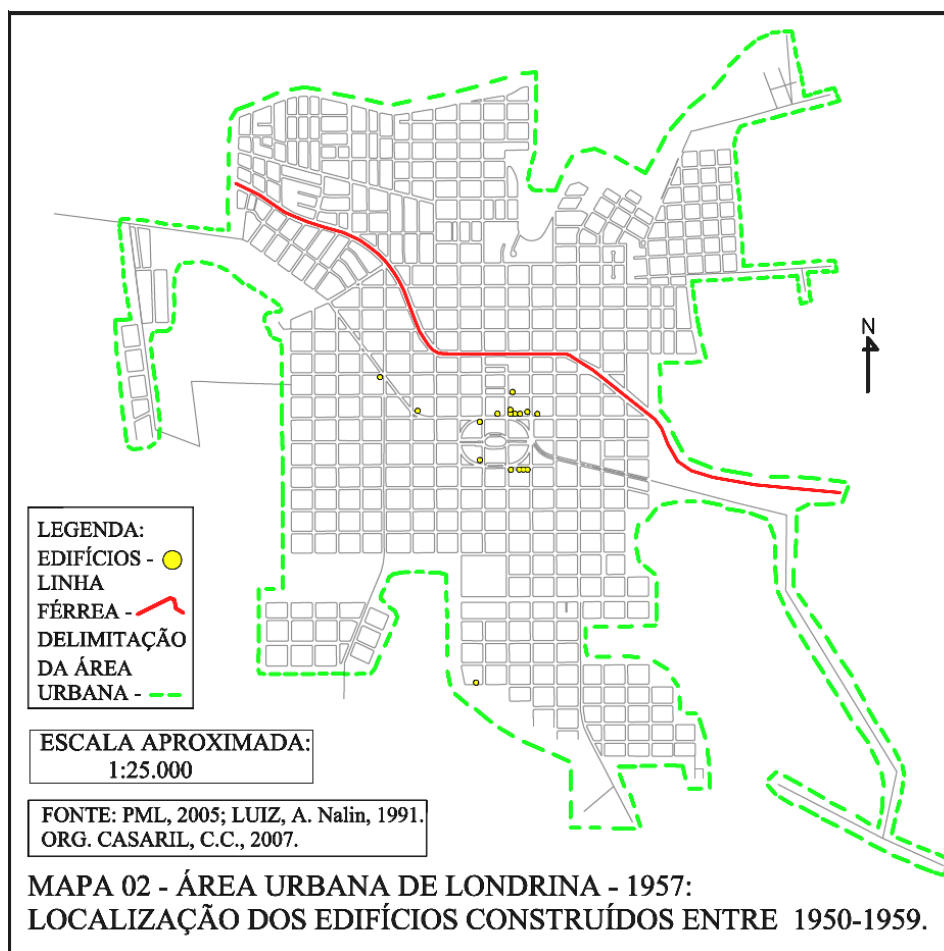
**Imagem 4. Planta do primeiro projeto urbanístico de Londrina.**

**Fonte: YAMAKI, (2006).**

A década de 1950 foi marcada por uma explosão demográfica, resultante das fortes propagandas engendradas pela CTNP, com intuito de comercializar os lotes urbanos de Londrina. Carlos Casemiro Casaril aponta que em 1939 os primeiros bairros fora do quadrilátero central, programado pela CTNP, começam a surgir. Bairros como Vila Agari, Vila Casoni, Nova Conceição circundaram o centro da cidade, para abrigar uma população com menor poder aquisitivo. Entretanto, esses bairros procuravam se atrelar ao eixo do planejado quadrilátero central.

Casaril, ao avaliar o alargamento de edifícios verticais em Londrina, traçou o processo desse tipo de imóveis e sua inserção na cidade. Por outro lado, o estudo do geógrafo auxilia-nos a perceber a forte permanência dessas construções em se alocar sempre próximo ao quadrilátero central de Londrina. Cabe ressaltar o caráter representativo das moradias verticais nesse período na década de 1950, pois, essas construções habitacionais eram voltadas para a camada com maior poder aquisitivo, já que os edifícios verticais em Londrina, nesse período seguiam padrões suntuosos

e partiam de investimentos imobiliários particulares. A verificação da centralidade de edifícios de alto padrão pode ser notada no mapa abaixo:



**Mapa 3. Edifícios verticalizados construídos em Londrina na década de 1950.**

Fonte: CASARIL, (2009).

Sobre esse aspecto, podemos notar que o centro de Londrina ainda representava uma concentração elitista da cidade<sup>163</sup>. Esse caráter permaneceu ainda muito forte, ainda mais depois de ser institucionalizado pela Lei 133/51, de zoneamento da cidade marcando a década de 1950 com caráter de estratificação socioespacial em Londrina. Como já fora tratado no primeiro capítulo, Londrina se

<sup>163</sup> O mapa também permite notar que na década de 1950 a cidade de Londrina havia passado pela expansão territorial descaracterizando sua forma quadrilátera e tomando aspecto mais disforme, resultado do crescimento demográfico.

manteve alinhada sob uma lógica da representação da ordem, o que acabou por evidenciar outros aspectos, como o fortalecimento segregador do espaço.

A década de 1960 acompanhou a mentalidade de expansão do território de Londrina, com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) definido pela Lei nº. 1.444/1968 que determinou macrozoneamentos na cidade, categorizando o uso do solo londrinense. Em Londrina, as indústrias foram destinadas à região norte, próximas à BR-369, marco fronteiro, entre a região setentrional e central. Nesse período indústrias pesadas foram alocadas naquela região e ao longo do tempo, também receberam indústrias de porte leve mantendo a região com perfil industrial.

Segundo Casaril, a ideia de retirar as indústrias da área central e aglomerá-las próximo à região periférica respondia ao fato de que sem a poluição haveria a possibilidade de valorizar o solo central embasado na lógica do mercado imobiliário. Ainda sob esse aspecto o autor enfatiza o lugar das habitações, no esquema de zoneamento:

Quanto, as zonas residenciais, o plano perpetuou a segregação sócio-espacial, sustentando as áreas populares à periferia e, em contraproposta privilegiando as áreas destinadas a população de médio e alto poder aquisitivo aos espaços com melhores equipamentos urbanos<sup>164</sup>.

Percebe-se que o centro da cidade, correspondente à área que circunda o quadrilátero central de Londrina, foi reforçado pelo caráter segregador, pois, sustentou o viés elitista, concentrando nesse espaço, os melhores aparelhos urbanos, destinados àqueles que pudessem consumi-los. Às periferias, foi legado o lugar do trabalho e da habitação de qualidade inferior, padronizada aos habitantes que buscavam moradia que coubessem no poder aquisitivo. Ao centro, também foi alocado o espaço do comércio, fomentado à ideia de circulação de mercadorias e sustentado pela alta valorização do solo, que determinava o uso do espaço.

Casaril chama atenção que, o projeto elaborado pelo PDDU, pouco foi realizado, pois, muitas das construções não saíram do papel. Entretanto, o Projeto de 1968, deixou sua marca de representação no espaço urbano, categorizando cada zona, mesmo que não concretizando em si, as obras previstas no Planejamento.

---

<sup>164</sup> CASARIL, 2009. p. 76.

Portanto, mesmo as proposições do PDDU de 1968 sendo efetuadas fora do planejado, o plano a partir do diagnóstico das prioridades de novas alocações de equipamentos urbanos, materializou-se guiando as ações que foram realizadas durante as décadas de 1970 e 1980 <sup>165</sup>.

É importante compreender que a análise dos edifícios verticais traz na concretude desse tipo de moradia a representação dos espaços. As décadas de 1960, 1970 ainda continuaram seguindo a mesma estrutura de espacialidade. Ou seja, as construções verticais seguiram próximas ao centro da cidade. Entretanto, no final da década de 1970 em diante, Londrina passou pela expansão dessas edificações como aponta Casaril:

A construção dos grandes conjuntos habitacionais verticais na região norte de Londrina iniciaram-se nesse período, para ganhar enorme destaque no período 1991-2000 com a Construtora Santa Cruz Engenharia Ltda. Assim, a região norte da cidade apresenta no período 1981-1990: o Residencial José Osório Galo com 05 blocos de edifícios de 04 pavimentos cada, construído pela COHAB-LD; e o Conjunto Residencial Santa Rita III com 09 blocos de prédios de 04 pavimentos cada, construído pela INOCOOP-PR<sup>166</sup>.

Sob esse aspecto, podemos refletir que a região norte de Londrina, passou a ser inserida por projetos habitacionais verticais. Ao contrário da região central e suas proximidades, na zona norte a construção de pavimentos verticais não passou pelo viés de interesse de grandes construtoras. Percebe-se, mais uma vez, o Estado atuando como mediador de capitalização para habitação, por meio da terceirização na construção de habitações para a camada menos favorecida. Desse modo, apesar da disseminação e descentralização de construções verticais, em Londrina, e o destaque da zona norte em receber com maior intensidade esse tipo de moradia, há de se refletir sobre o aspecto qualitativo de tais edificações.

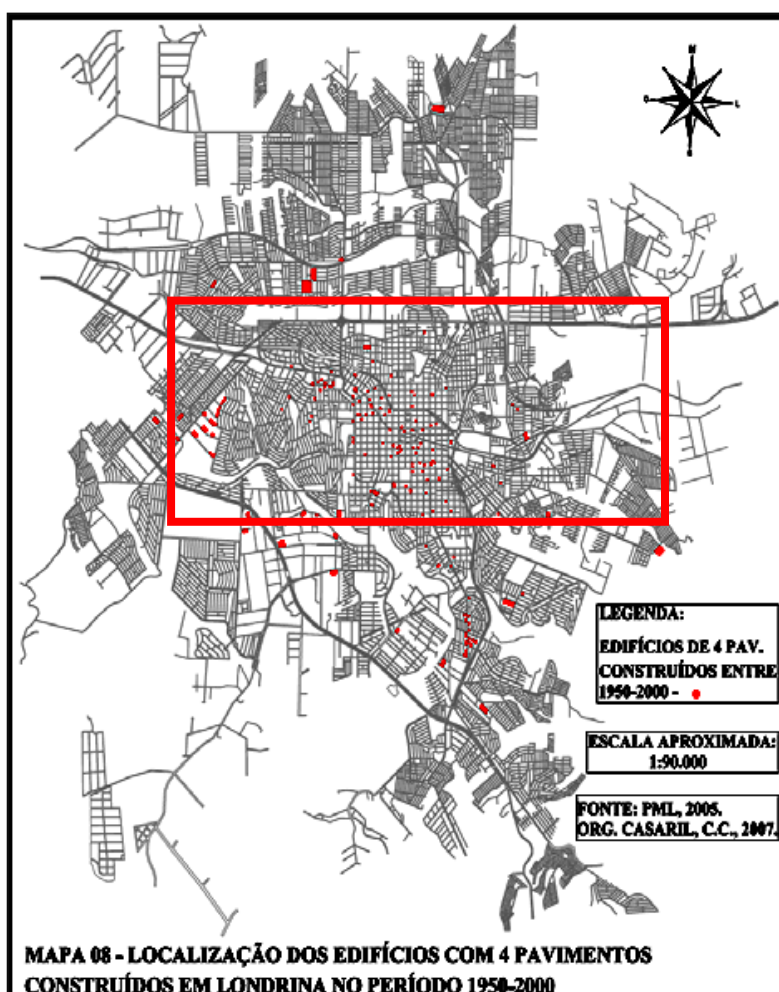
Casaril ao tratar do processo de expansão físico-territorial de Londrina, pela ótica de edificações verticais, contribui para a exposição clara das localizações dessas construções. Apesar de não chegar ao mérito, de modo mais aprofundado, acerca da

---

<sup>165</sup> CASARIL, 2009. p. 79.

<sup>166</sup> Ibid., p. 81.

categorização das habitações e suas representatividades no espaço urbano, o autor nos auxilia na reflexão sobre a análise de periferização e centralização em Londrina. Abaixo, podemos observar o adensamento de prédios verticalizados na cidade de Londrina, em destaque – dentro do retângulo – e, ainda, identificar as construções dessa natureza na região norte da cidade.

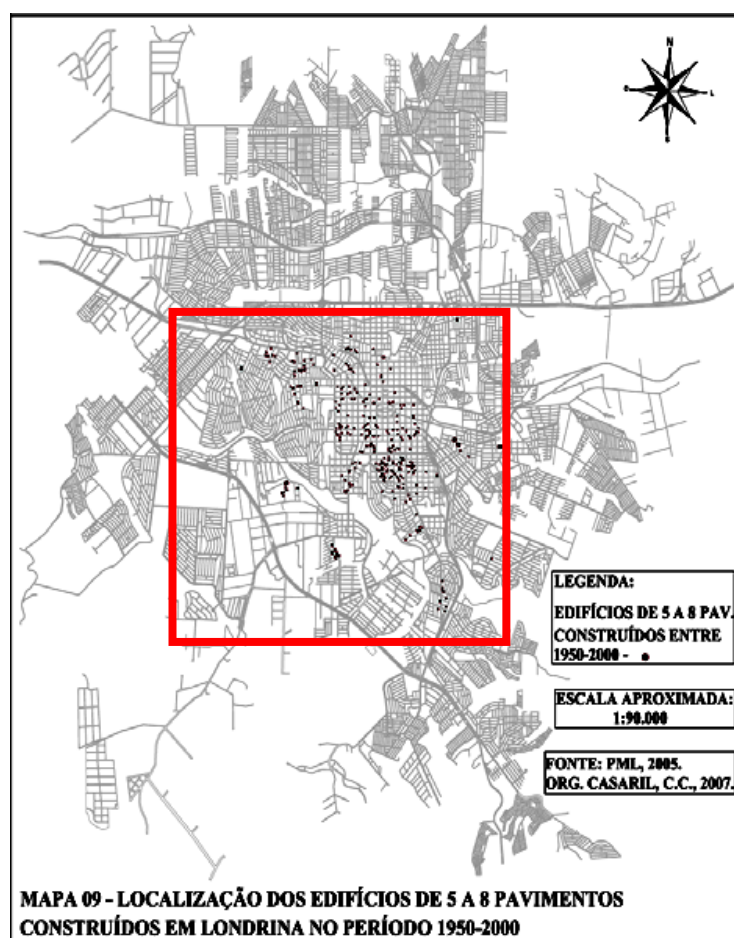


Mapa 4. Edifícios com 4 pavimentos construídos em Londrina no período de 1950-2000.

Fonte: CASARIL (2009. p. 87)

A verticalização do espaço urbano confere *status*, “em seu princípio foi uma forma de buscar a modernidade para a cidade. Assim sendo, ela teve a melhor localização no espaço urbano para compor o signo da modernidade, poder, status etc”

<sup>167</sup>. Ao compararmos as edificações verticais na cidade, que ultrapassam de 4 pavimentos, notamos uma diferença drástica, pois, enquanto as edificações menores se encontram espalhadas por toda cidade, inclusive nas porções periféricas de Londrina, prédios de 5 ou mais pavimentos – que configuram construções de maior custo – ou mesmo prédios luxuosos se encontram na porção do centro principal e se ramificam para a área sul da cidade. Enquanto isso, o contrário acontece nas regiões periféricas, onde há ausência de construções com mais de 4 pavimentações, como podemos observar no mapa abaixo



**Mapa 5. Edifícios com mais de 5 pavimentos construídos em Londrina no período de 1950-2000.**

Fonte: CASARIL (2009. p. 87)

O jornal *Folha de Londrina* noticiou no dia 25 de setembro de 1990 que a região norte de Londrina passou a receber empreendimentos residenciais verticais.

<sup>167</sup> CASARIL, 2009. p. 72-73.

Além de destacar os Cinco Conjuntos – ao remeter-se à zona norte – o jornal trouxe, junto à matéria, o debate acerca do crescimento de construções de edifícios verticais, em Londrina. A reportagem aparece no caderno “cidade”, ocupando toda a página e está organizada em duas colunas, sendo que à esquerda traz o título da reportagem “A classe média vai ao Cincão”, acompanhado à linha fina “A verticalização da zona norte atrai pessoas de todos os pontos de Londrina”. Nessa parte, o jornal traz entrevistas dos novos moradores que haviam adquiridos seus imóveis recentemente nos residenciais da zona norte de Londrina.

No título direito da reportagem, “Edifício, signo da modernidade”, a *Folha de Londrina*, destinou considerável espaço de fala à geógrafa Yoshiya Nakagawa Ferreira, ao expor as construções de edifícios verticais em Londrina. A preleção da geógrafa chama atenção para a verticalização como forma de habitação para as “minorias”, ou seja, o custo de vida e desse tipo de imóvel, geralmente é alto e respondem mais aos interesses das construtoras e corretoras do que às ações de combate a déficit habitacionais. Entrementes, no discurso indireto, proferido pelo jornal, os edifícios são símbolos de *status* no que remetem à moradia.

É interessante destacar que ao abordar a verticalização de Londrina, o jornal traz imagens de prédios de alto padrão. Porém, ao analisarmos a imagem pode-se reconhecer que se trata de edifícios localizados na região do centro principal de Londrina, muitos com mais de uma dezena de pavimentos, o que caracteriza padrões altos ao se tratar de edificações verticais, pois exigem estruturas mais complexas. Enquanto o tema “verticalização” traz imagem, ao se referir às edificações verticais da zona norte, o jornal não faz menção imagética. Dessa maneira, a imagem da verticalização das moradias em Londrina aparece de modo homogêneo, o que não acontece de fato, já que nas periferias da cidade, esse tipo de construção, possui categorização diferente. Nas periferias – como é o caso da zona norte – os prédios são menores e destinados à classe de menor poder aquisitivo.

Vale lembrar que nesse período, na região foram construídos centenas de apartamentos, o que colocou a zona norte como destaque na cidade. Foram 89 blocos de 04 pavimentos construídos no Residencial das Américas – próximo ao limite sul da zona norte - e mais 10 blocos no Residencial Bourbon e 16 no Residencial Catuaí, todos com 04 pavimentos<sup>168</sup>.

---

<sup>168</sup> CASARIL, 2009. p. 82.

Parte da matéria sobre a zona norte de Londrina, voltada para a região dos Cinco Conjuntos traz dois subtítulos: o primeiro “Lugar bonito”, traz a entrevista com o recém - comprador de um apartamento no Residencial Ouro Verde, um dos construídos na região norte. Na fala direta do entrevistado<sup>169</sup>, que no período da entrevista residia na porção sudoeste de Londrina, próximo ao Lago Igapó – região considerada nobre na cidade de alto valor imobiliário – podemos observar as seguintes exposições:

Olha, pra mim pouco importa se chama a zona norte de Cinco Conjuntos, Seis Conjuntos, Dez Conjuntos: o importante é que se trata do lugar mais bonito de Londrina, alto, ensolarado, perto do verde e de fácil acesso – ainda mais no meu caso, pois tenho carro próprio – e com um padrão razoável de moradia. Enfim, só tem aspectos positivos. Claro que a gente se aperta um pouco para pagar a poupança e o financiamento, mas dá pra levar. [...] A minha única preocupação é com o bem-estar e lá na zona norte tenho certeza que posso ficar tranquilo quanto a este aspecto <sup>170</sup>.

Alguns aspectos devem ser considerados no discurso do entrevistado. Percebe-se que a região escolhida pelo “futuro morador dos Cinco Conjuntos”, não foi a primeira opção, pois enfatiza que a região é “razoável” e fomenta sua escolha buscando aspectos positivos, no setor financeiro, ao investir suas finanças em algo próprio. Embora a distância entre a zona norte e o centro principal de Londrina não apareça de forma explícita na fala, notamos que a justificativa de possuir um “carro próprio”, remete à distância entre as regiões, ou mesmo, a referência da porção setentrional estar “distante”. Não obstante, no segundo subtítulo “Sem preconceito”, o fator distância aparece de modo mais evidente, como podemos observar na fala de outra futura moradora da região norte, que na entrevista é identificada como residente na zona leste, um bairro próximo ao aeroporto de Londrina:

Não vejo nenhum problema naquela região e também não tenho esse preconceito que certas pessoas têm em relação àquele lado da cidade. Lá é tudo gente de bem, gente trabalhadora, que merece respeito. E tem mais, de

---

<sup>169</sup> Vale lembrar que apesar de tratarmos das falas dos entrevistados, temos ciência de que a reportagem passa pelo crivo do jornal, assim, nenhuma fala aqui é imparcial, pois está inserida em um contexto que afere a construção do discurso.

<sup>170</sup> FOLHA DE LONDRINA. A classe média vai ao Cincão. Folha cidade – 25 de setembro de 1990. p. 8.

carro ou de ônibus, em 15 minutos você está no centro. Segurança não tem em lugar nenhum mesmo – e é aqui que entra a vantagem do apartamento [...] <sup>171</sup>.

Embora o título da matéria faça alusão à entrada da classe média nos Cinco Conjuntos, (o que remete à ideia de que esse segmento é considerado superior e os Cinco Conjuntos), apesar de ser uma periferia, passou a atrair um dado grupo econômico antes distante da região. Mesmo assim, percebemos que a construção de edifícios verticais não alterou o quadro de menção periférica feita ao local. Podemos observar dois movimentos: de um lado a chegada da verticalização da zona norte, fator de elevação de “*status*”, para região; de outro a configuração que esses imóveis representam para os moradores, como foi possível perceber na fala dos entrevistados, a de adquirir um imóvel próprio de acordo com o que coubesse no orçamento desses compradores. Aspectos apontados pela segunda entrevistada, como “lugar de pessoas trabalhadoras”, ou mesmo chamar atenção para a escolha de morar em apartamento como via de segurança, reforçam o imaginário depreciativo da periferia.

Desse modo, a verticalização, apesar de trazer um valor de modernização, ou mesmo de elevação qualitativa para a zona norte de Londrina, especificamente sobre a imagem dos Cinco Conjuntos, não modificou a categorização dessa região enquanto periferia, “que abrigam população pobre, onde se gastam várias horas por dia no percurso entre casa e o trabalho. Lá impera a violência. Dos bandidos, da polícia, quando não, dos ‘justiceiros’. Lá por excelência é o mundo da subcidadania” <sup>172</sup>.

A partir desse breve estudo, percebemos que na cidade de Londrina houve um reforço, em sua trajetória urbana, em colocar o espaço centro enquanto lugar de *status* na cidade. Os investimentos em edifícios de alto padrão, bem como os planejamentos urbanos estiveram alinhados numa manutenção de zoneamentos. O Estado, seja ele sob a ótica do poder municipal, esteve próximo à ideia de ordem pela segregação, determinando lugares e sociabilidades de acordo com o poder aquisitivo de seus habitantes. A busca pela assepsia do centro se evidenciou por meio de tais projetos e pelo interesse do capital privado em investir na região, enquanto à periferia resignou-se a ser o lugar de interesse social.

---

<sup>171</sup> Ibid., p. 8.

<sup>172</sup> KOWARICK, Lúcio. Escritos urbanos. São Paulo, Editora 34, 2000. p. 43.

A partir da década de 1990, a região sul passou a receber investimentos grandiosos, no que se refere a aparelhamento urbano. No que tange a macrorregião de Londrina, a porção sudoeste já se destacava pelo fato de alojar o campus da Universidade Estadual de Londrina, fator que fomentou forte circulação de pessoas – estudantes em geral – engendrando a construção de *kitchenettes*<sup>173</sup>, “buscando contemplar uma grande demanda solvável existente, representada pelos estudantes que chegam à Londrina todos os anos em grande número”<sup>174</sup>.

Analisando as representações dos Cinco Conjuntos enquanto um centro, ou mesmo, sob a ótica de uma cidade, é necessário que compreendamos a dinâmica econômica das outras regiões de Londrina. Sabemos que o centro antigo de Londrina, ou seja, a porção primeira do projeto urbano da cidade é considerada como um centro estruturado – aquele que detém a maioria dos aparelhos urbanos e maior circulação de pessoas, valor imobiliário e comércio. Enquanto isso, a cidade de Londrina passou por novas estruturações na região sudoeste que valem ser abordadas aqui para entendermos o modo com que o processo de urbanização se constrói.

Na década de 1990, a região sudoeste da cidade, além de contar com forte circulação de pessoas, devido à presença do campus da Universidade Estadual de Londrina, passou a receber investimentos privados. Com a implantação do Catuaí Shopping Center<sup>175</sup>, segundo o geógrafo William Ribeiro da Silva, tal empreendimento trouxe a essa parcela da região de Londrina nova configuração acerca de *status* urbano. Além do *shopping*, a região sudoeste passou a receber investimentos imobiliários de alto padrão.

[...] já consolidado como líder no *market shares* de Londrina e região, verifica-se que seu impacto na produção do espaço de suas imediações foi absolutamente elevado, tornando-se uma das áreas com maior valorização, com a construção de loteamentos fechados e outros empreendimentos destinados às camadas de poder aquisitivo de médio a elevado. Tal modificação nos padrões espaciais também gerou redefinições no próprio Catuaí Shopping Center, sendo que passou, por amplas reformas e expansões, com investimento da ordem de 15 milhões de reais, ampliando o grau de seletividade, com a cobrança do estacionamento e atraindo uma

---

<sup>173</sup> Apartamentos compactos compostos por uma peça que aloca os ambientes de sala, cozinha e banheiro.

<sup>174</sup> CASARIL, 2009. p. 83.

<sup>175</sup> O Catuaí Shopping Center foi inaugurado em novembro de 1990 e faz parte de um projeto privado de construtoras que possuem esse tipo de negócio em todo Brasil. “Demandou um investimento da ordem de 55 milhões de dólares, oriundos da Caixa Econômica Federal e dos fundos de previdência privada da Light e da White Martins”. (SILVA, 2006. p. 120).

gama de novos investimentos de marcas de atuação nacional e internacional  
176.

Desse modo, Silva aponta que a chegada do empreendimento dessa magnitude, em Londrina, trouxe transformações em relação as configurações espaciais da região mencionada. A inserção de investimento imobiliário de luxo permeou todo o espaço. O autor ainda ressalta que essa parcela do território de Londrina era ocupada por fazendas agrícolas, voltadas para a cultura da soja. Com as mudanças conjunturais econômicas e a construção do Catuaí Shopping Center, a soja deu lugar a condomínios fechados, bem como fez erigir diversos edifícios verticais em modelos de arranha-céus, mudando a paisagem da região sudoeste de Londrina. Dessa forma, para Silva:

Portanto, uma estratégia de incorporação imobiliária que possibilita por uma conjuntura particular de modificação nas lógicas de movimentação dos fluxos de pessoas, que passa a ser mais seletiva, numa modificação do “status” de qualidade de vida, na busca da “natureza intocada”, da tranquilidade e da segurança, o que se reflete num novo arranjo espacial que se dá como produto, condição e meio da reprodução capitalista <sup>177</sup>.

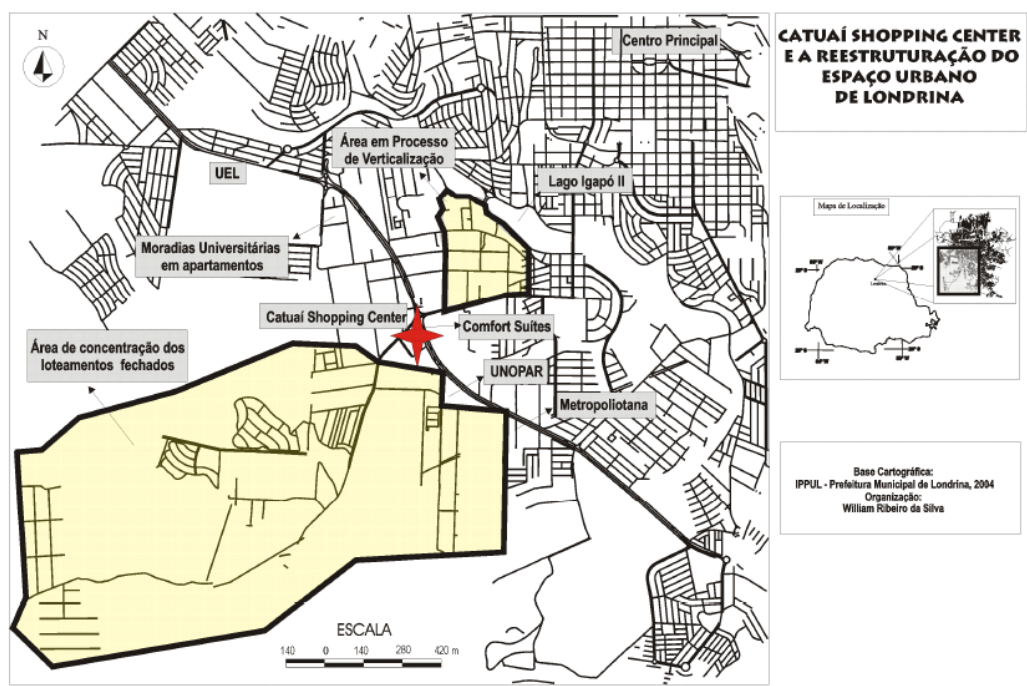
A especulação imobiliária, bem como o investimento de companhias de alto padrão reconfiguram a paisagem urbana e o modo com que a população se relaciona com ela. Em Londrina, a década de 1990 foi um período de ápice de investimentos de capital provado, na região sudoeste. Entretanto, ao contrário da região norte e pouco distante da realidade do centro antigo de Londrina, essa porção, em específico, foi demarcada por construções voltadas para uma população de consumo de médio a alto poder aquisitivo. Como exemplo, podemos citar as instalações de faculdades particulares, tais como Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Metropolitana, que formam um complexo universitário devido à proximidade com o campus da Universidade Estadual de Londrina. Junto a esses elementos, reforça o quadro imobiliário, ao lado dos condomínios horizontais fechados, o crescimento de edifícios

---

<sup>176</sup> SILVA, William Ribeiro da. A redefinição da centralidade em cidades médias: Londrina e Maringá no contexto da reestruturação urbana e regional. Diez años de câmbios em el mundo, em La geografía y em lãs ciencias sociales, 1999-2008. Barcelona, 26-30 de Mayo de 2008. p. 120.

<sup>177</sup> Ibid,idem., p.121.

verticais, que ocuparam espaços antes utilizados por chácaras. Essa parcela de prédios de mais de 15 pavimentos, em sua maioria, ficou conhecida como Gleba Palhano. Vale lembrar que, em 1999 foi inaugurado, na região do centro antigo de Londrina, o Royal Plaza Shopping, projeto que injetou força comercial na região intensificando sua capacidade de circulação econômica e de pessoas. Desse modo, em relação à porção sudoeste de Londrina, para melhor compreender esse complexo imobiliário e comercial de elevado padrão, segue um mapa que ilustra a região apresentada.



**Mapa 4. Esquema da estrutura urbana na região sudoeste de Londrina**  
Fonte: SILVA (2006. p. 122)

Londrina passou por diversas estruturações e reestruturações no seu espaço urbano. Notamos que a cidade é composta por uma forte centralidade, mas que também perpassa por mudanças em seu desenho urbano. À medida que outras regiões vão ocupando categorias e sustentáculos de relevância para o município, podemos perceber que os interesses econômicos determinam a importância dos

espaços, gerando lugares com características próprias, voltadas para seus próprios públicos.

Desse modo, geógrafos como William Ribeiro da Silva, Tânia Maria Fresca e Andréa Rodrigues dos Santos Beidack, alinham-se à ideia de Londrina ser uma cidade com mais de um centro. Nesse aspecto, a região norte é apontada como um destes centros. Assim, é de nosso interesse compreender como essa dinâmica se dá, em relação à categorização das multi(poli)centralidades em Londrina, bem como os desdobramentos de tais evidências, a partir da perspectiva da representação para a região norte, especificamente os Cinco Conjuntos.

### **3.2 O discurso da policentralidade em Londrina**

O geógrafo Willian Ribeiro da Silva, em sua tese “Para além das cidades, centralidades e urbanização: Londrina e Maringá” traz o debate acerca das multi (poli) centralidades, apontando Londrina como um exemplo desse perfil urbano. Ao analisar as cidades de Londrina e Maringá – cidades médias<sup>178</sup> localizadas no interior do Paraná – o autor pôde observar que no caso da estrutura urbana de Maringá, há uma concentração físico-espacial. Assim, a cidade em questão apresenta centralidade única, conservando o desenho inicial urbano maringaense. Por outro lado, Londrina apresenta a característica multi(poli)cêntrica.

Para o autor a descentralização é fruto da “complexidade” das estruturas econômicas, ou seja, quanto maior a diversidade de circulação do comércio, indústrias e prestações de serviços, maior será a possibilidade de abrir leques de núcleos econômicos, gerando novos centros. Em Londrina, Silva aponta que o fenômeno da poli(multi)centralidade se deu justamente pelo motivo da cidade ter se desenvolvido à base de médios e pequenos grupos econômicos.

Tais modificações conduzem a um significado de complexidade na estruturação dos espaços urbanos o que é sentido e se expressa por meio

---

<sup>178</sup> Para a geógrafa Maria Encarnação Beltrão Sposito, a concepção de cidade-média não se limita no embasamento quantitativo demográfico, mas, sobretudo, ao seu papel funcional em relação às cidades em seu em torno. Desse modo, as cidades médias se caracterizam pela atuação de comunicação entre as metrópoles e as pequenas cidades. Ver mais em: SPOSITO, M. E. B. As Cidades Médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) Urbanização e Cidades: Perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001.

dos Centros Urbanos, pois esses representam, desde a origem das cidades, os nós, as convergências e as dispersões, as conexões e as articulações, os lugares das decisões e comandos, os lugares de encontros, ou seja, a essência das cidades<sup>179</sup>.

Nesse sentido, cabe observar que a centralidade aqui passa pelo viés da estruturação urbana econômica. Sob a ótica da geografia a centralidade se dá pelo aparelhamento da cidade, ou seja, a inserção da indústria, prestação de serviços, transporte, prédios administrativos, etc.

Não obstante, as geógrafas Tânia Maria Fresca e Andréa Rodrigues dos Santos Beidack, ao analisarem as construções dos conjuntos habitacionais em Londrina, entre os anos de 1970 a 2007, observaram que foram construídos 42 conjuntos habitacionais. Desse total, 44% pertencem à região da zona norte, constituídas de unidades habitacionais populares. Cabe lembrar que 56% do total dessas edificações populares da cidade, estão localizadas nessa região<sup>180</sup>. As autoras também reconhecem que foi nos períodos de 1978 a 1991, que mais se produziram casas populares no município, ação essa fomentada pelo BNH. Desse modo, podemos perceber que a região da zona norte se destaca pela intensidade demográfica em Londrina. Entretanto, já na década de 1980, essa região passou por mudanças estruturais, pois, com a concentração demográfica instalada na região, muitas exigências de aparelhamento urbano ocuparam espaço nas reivindicações dos moradores da localidade.

É válida a proposta analítica da poli(multi)centralidade dos espaços. Entretanto, ao nos voltarmos para o efeito representativo de tais centralidades, sobretudo, a proposta em Londrina cabe observar de que maneira esses rearranjos espaciais aparecem? Por quais discursos são sustentados? Quais são os grupos que os sustentam e de que maneira tais denotações de centralidade repercutem em cada região, sobretudo, ao tratarmos dos Cinco Conjuntos, uma periferia localizada na esfera social como o espaço dos menos favorecidos? O escopo da reflexão é abordar

---

<sup>179</sup> SILVA, William Ribeiro da. A redefinição da centralidade em cidades médias: Londrina e Maringá no contexto da reestruturação urbana e regional. Diez años de câmbios em el mundo, em La geografia y em lãs ciencias sociales, 1999-2008. Barcelona, 26-30 de Mayo de 2008. s/p.

<sup>180</sup> BEIDACK, Andréa Rodrigues dos Santos. FRESCA, Tânia Maria. Reestruturação urbana e novas centralidades: um estudo sobre a zona norte de Londrina – PR. Bol. Geogr., Maringá, v. 29, p. 147-163, 2011.

como aparecem tais reestruturações que circulam no discurso acadêmico e são legitimados pelo poder público.

Desse modo, a partir da concepção do discurso poli(multi)cêntrico em Londrina, a cidade é composta por três centros, a saber: o centro antigo, composto pelo quadrilátero central, ou seja, a primeira parcela urbana de Londrina; o segundo elaborado a partir da década de 1970, quando grande parte dos investimentos urbanos de Londrina foram deslocados para a região norte, por conta das construções dos conjuntos habitacionais; e a partir da década de 1990, a região sudoeste caracterizada como a parte nobre da cidade que se popularizou como Gleba Palhano, mas que abrange toda a região que abarca a Universidade Estadual de Londrina, as faculdades particulares, o Catuaí Shopping Center, condomínios residenciais fechados e inúmeros edifícios verticais de luxo.

## **2. Os Cinco Conjuntos como um centro.**

Para Henri Lefebvre, a multi(poli)centralidade é resultado das vivências no espaço urbano e o modo com que seus habitantes se relacionam com esse espaço e o resignificam de acordo com suas necessidades. Para esse autor, o centro é o ponto de convergências humanas, onde as vivências na cidade se acumulam, criando um lugar de saturação administrativa do urbano. Nesse gargalo citadino é que podemos observar as sobreposições das sociabilidades e, nesse sentido, o sociólogo chama atenção para a capacidade das múltiplas potências presentes nos espaços inseridos na cidade. Entretanto, Lefebvre alerta que o centro pode passar por reestruturações de acordo com o modo das apropriações desse espaço.

[...] O estudo de sua lógica e de suas prioridades formais conduz à análise dialética de suas contradições. O centro urbano é preenchido até a sua saturação; ele apodrece ou explode. Às vezes, invertendo seu sentido, ele organiza em torno de si o vazio, a raridade. Com mais frequência, ele supõe e propõe a concentração de tudo que existe no mundo, na natureza, nos cosmos: frutos da terra, produtos da indústria, obras humanas, objetos e instrumentos, atos e situações, signos e símbolos. Em que ponto? Qualquer ponto pode tornar-se o foco, a convergência, o lugar privilegiado. De sorte que todo o espaço urbano carrega em si esse possível-impossível, sua

própria negação. De sorte que todo espaço urbano foi, é e será concentrado e poli(multi)cêntrico<sup>181</sup>.

Tomamos Henri Lefebvre como referência de multi(poli)centralidade para compreendermos as denotações/conotações dos Cinco Conjuntos como um centro e/ou cidade. Vale lembrar que esses apontamentos voltados aos Cinco Conjuntos não são oficiais, não aparecem em projetos de lei, muito menos se apresentam como movimento social por parte dos moradores. Entretanto, chama atenção o modo com que centro/cidade estão presentes no imaginário que cerca os Cinco Conjuntos, sobretudo, fomentado em periódicos tradicionais na cidade de Londrina, como *Folha de Londrina* e *Jornal de Londrina*. Desse modo, mais do que nos atentarmos em estatísticas que conferem embasamentos quantitativos, buscamos aqui compreender as representações e suas intenções presentes em tais denotações/conotações acerca da centralidade dos Cinco Conjuntos.

Ao utilizarmos os termos denotação e conotação, procuramos nos cercar de dois movimentos encontrados em nossas fontes. Por um lado, os Cinco Conjuntos são denominados como um centro, a partir da avaliação de seus aparatos urbanos, como a grande circulação comercial, inserção de indústrias, adensamento demográfico, entre outros fatores quantitativos que denominam centralidade ao espaço. Por outro lado, a presença de comparações, onde foi possível verificar a expressão dos Cinco Conjuntos enquanto um centro e/ou uma cidade. Sob esse aspecto comparativo encontramos reportagens que tomam o centro antigo, ou principal, como elemento base para comparação e categorização dos Cinco Conjuntos como um centro. Desse modo, procuramos analisar essa periferia pelo viés da representação, com o objetivo de perscrutar as tais centralizações em Londrina, além da ótica quantitativa.

---

<sup>181</sup> LEFEBVRE, Henri. A Revolução urbana. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 46.

### 3. Aspectos de centralização da zona norte de Londrina: Cinco Conjuntos.

O conceito de mul(poli)centralidade aplicado em Londrina, pelo geógrafo Willian Ribeiro da Silva baseia-se em elementos específicos para configurar, centralização do espaço na dinâmica urbana. Para o autor, os fatores de centralização fundamentam-se em: circulação de produtos e pessoas, circulação econômica, acesso às prestações de serviços, (como agências bancárias, hospitais, redes de cobranças e etc.), adensamento populacional, redes de mercado, sobretudo, presença de *Shoppings Center*. Na mesma linha, a geógrafa Tânia Maria Fresca endossa tal imagem da reestruturação do espaço, em Londrina, fazendo uso da metodologia de Silva. Tais autores fomentam a ideia da poli(multi)centralidade, embora Fresca aponte, com mais ênfase, a centralidade da zona norte de Londrina, especificando, o Cinco Conjuntos como ápice desse conceito urbano. Os aparelhos urbanos, como prestação médica, pavimentação, legitimam a estruturação da região norte.

A dotação de infraestrutura na zona norte iniciou-se na década de 1980, juntamente com a pavimentação e duplicação da Avenida Saul Elkind e da construção do Hospital Dr. Anísio Figueiredo. A intensa população que concentrava nesta porção da cidade exigia uma diversificação maior das atividades comerciais e prestadoras de serviços, visto se tratar de uma área distante do centro da cidade <sup>182</sup>.

É interessante refletir como o estudo da geografia do espaço urbano interfere na leitura que fazemos sobre ele. Roger Chartier ao trazer para debate a relação da história, entre a geografia e a sociologia, faz alusão do papel da geografia na composição do imaginário do espaço. A ciência geográfica ao retratar o espaço, compõe signos a ele e elabora significados que, ao longo do tempo, são ecoados e impregnados nas mentalidades. “Trata-se de inventariar os caracteres, benéficos ou infelizes, de conjuntos territoriais cuja personalidade é fundada historicamente e que frequentemente, além disso, possuem uma homogeneidade geográfica [...]” <sup>183</sup>. Desse

---

<sup>182</sup> BEIDACK, Andréa Rodrigues dos Santos. FRESCA, Tânia Maria. Reestruturação urbana e novas centralidades: um estudo sobre a zona norte de Londrina – PR. Bol. Geogr., Maringá, v. 29, p. 147-163, 2011. s/p.

<sup>183</sup> CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Editora Universidade /UFRGS, 2002. p. 204.

modo, compreendemos que os estudos acerca do espaço urbano, sob a ótica da geografia também afere configurações de representação.

Nas pesquisas apontadas aqui, Silva e Fresca contribuem na legitimação da construção do imaginário de centralidade da zona norte de Londrina, por conseguinte, dos Cinco Conjuntos. Recursos como levantamentos estatísticos de circulação de capital e consumo da região, bem como, inventários de comércios, indústrias, poder aquisitivo, balizam a concepção de categorização dos espaços em Londrina.

Ao tratar sobre a poli(multi)centralidade no caso londrinense, Silva faz uso de métodos investigativos, como entrevistas. Ao questionar acerca de áreas alternativas para consumo fora do eixo do centro principal, os Cinco Conjuntos aparecem com significativa representação, como podemos observar na tabela abaixo:

Áreas	Pessoas	%
1. Catuaí Shopping Center	63	25
2. O Centro como único lugar de consumo	54	22
3. Cinco Conjuntos (Zona Norte)	16	6
4. Comércio da vizinhança	14	6
5. Outras áreas	44	18
6. Não respondeu ou não sabe	57	23
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>100</b>

Fonte: SILVA, (2008. s/p).

**Tabela 8. Áreas apontadas como alternativas ao consumo no Centro Principal (2004).**

Para Fresca e Beidack, o modo de elucidação na compreensão dos Cinco Conjuntos como um centro, aparece de forma mais acentuada, sob a alegoria da qualificação de consumo da região. As autoras elaboraram tabelas que especificaram o caráter comercial da zona norte, sempre enfatizando os bairros que compõem os Cinco Conjuntos. Como exemplo dessa natureza de declaração, as geógrafas apresentam a seguinte tabela:

Empresa	Atividade	Nº de funcionários	Ano de implantação
Super Muffato	Hipermercado	218	2000
Maxxi Atacado	Atacado e varejo alimentos, etc	160	2008
Bolivar	Calçados e acessórios	21	1999
Casas Ajita	Calçados e acessórios	26	2004
Darom	Móveis, eletrodom. e outros	9	2002
Dinamus	Papelaria	3	2008
Magazine Luiza	Móveis, eletrodom. e outros	12	2006
Todimo	Materias de construção	17	2006
Móveis Brasília	Móveis, eletrodom. e outros	26	2002
Lojas Colombo	Móveis, eletrodom. e outros	7	2004
Drogamais	Farmácia	11	2004
O Boticário	Cosméticos e perfumaria	2	2000
Vale Verde	Farmácia	35	1996
Nissei	Farmácia	16	2007
Lojas americanas	Loja de departamentos		2008

**Tabela 9. Relação das principais redes comerciais presentes na Saul Elkind.**

Fonte: FRESCA & BEIDACK (2011. p. 159).

Além do setor comercial, outro fator relacionado à categorização da centralidade da zona norte é a presença de dois segmentos industriais na região. Nos anos de 1990 a indústria de embalagens Dixie Toga e a Elevadores Atlas, se instalaram na porção leste dos Cinco Conjuntos, fato que gerou milhares de empregos para Londrina<sup>184</sup> e arredores. Entretanto, vale lembrar que a inserção dessas indústrias não correspondeu à demanda de empregos da região norte. Entretanto, a chegada de tais indústrias no município, sobretudo, a instalação dessas, na porção norte de Londrina, teve maior peso representativo do que estatístico, para a região. “Após a dotação destas e outras infraestruturas na zona norte, esta passou a ser alvo dos investimentos privados em loteamentos e nas atividades comerciais”<sup>185</sup>.

As autoras fazem outros apontamentos acerca da consideração de centralidade na zona norte (Cinco Conjuntos), a questão do transporte público também é colocada como relevante. Como já foi dito anteriormente, um dos fatores de segregação do espaço periférico está relacionado à distância dos aparelhos

<sup>184</sup> Embora não entre no escopo de nossa pesquisa, a cidade de Londrina, assim como outras cidades médias, passou a ser destino de muitas multinacionais e indústrias de grande porte a partir da década de 1970, pois, nas grandes metrópoles, sobretudo em São Paulo, a gentrificação industrial encareceu o custo de manutenção dessas industriais, gerando ônus para tal segmento. Cidades de porte médio, por outro lado, ofereciam condições de custo mais baixo, como terrenos, incentivos fiscais, bem como uma considerável quantidade de mão de obra não especializada, tornando-a mais barata. Incentivos, por parte dessas cidades fora do eixo metropolitano, se tornaram comuns, como isenções fiscais, nesse processo de transição. Ver mais em: SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Editora F. Alves, 1979.

<sup>185</sup> FRESCA & BEIDACK, 2011. p. 151.

urbanos. Regiões localizadas às margens do urbano enfrentam problemas, como o acesso a transportes para as demais regiões estruturadas, ou de modo tradicional, como os centros. Fresca e Beidack enfatizam a construção dos terminais intraurbanos na zona norte, como o Terminal intraurbano Vivi Xavier, localizado na porção oeste da zona norte e, o Terminal intraurbano Milton Gavetti<sup>186</sup>, instalado ao norte do bairro homônimo, considerado como um dos primeiros a comporem os Cinco Conjuntos.

Tais terminais foram construídos ao longo da década de 1990, o que chama atenção para ápices de estruturação dessa região, como alvo de investimentos e acessibilidade, já que aos poucos a zona norte foi ocupando espaço no cenário urbano de Londrina. Assim, sob a ótica das geógrafas:

O transporte coletivo urbano contribui para a formação de novas centralidades urbanas, já que facilita o deslocamento e permite que as pessoas morem longe de seus locais de trabalho e de consumo. A melhoria dos transportes coletivos e individual reforça a formação de novas centralidades<sup>187</sup>.

Em 2008 foram inaugurados dois grandes empreendimentos na região norte de Londrina: o Planet Shopping e a filial de rede atacadista Maxxi (sucursal da rede internacional, de atacado e varejo Walmart). O Planet Shopping foi instalado em um ponto estratégico, no alto da Avenida Saul Elkind com a Rodovia Carlos João Strass, acessível aos moradores dos bairros dos Cinco Conjuntos e os demais que compõem a zona norte, além do acesso às demais localidades – incluindo habitantes de outras cidades – fazendo uso da rodovia que interliga cidades com os distritos de Warta, Heimital, Primeiro de Maio, além de cidades próximas, como Iporã, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, entre outras na proximidade de Londrina.

Nesse sentido, buscou-se ir além das categorizações conceituais de centralidade, em relação aos Cinco Conjuntos. Observando os dados apontados até aqui, notamos que um elemento protagoniza a imagem de centralidade em relação à região. A Avenida Saul Elkind, como já citada anteriormente, corta a porção norte de

---

<sup>186</sup> Além dos dois terminais citados pelas autoras, também na década de 1990, o Terminal intraurbano Ouro Verde – próximo ao condomínio vertical Residencial Ouro Verde – foi implantado na região. A zona norte passou a contar com três terminais intraurbanos. Afora do escopo dessa pesquisa, Londrina possui atualmente 9 terminais e a questão do transporte coletivo do município perpassa por uma conturbada relação próxima ao monopólio.

<sup>187</sup> FRESCA & BEIDACK, 2011. p. 158.

Londrina, de leste a oeste. É também o local de maior adensamento comercial, de parte das habitações verticais dos Cinco Conjuntos, além de concentrar a rede de hipermercado Muffato, Maxxi, o Planet Shopping e as indústrias Dixie Toga e Elevadores Atlas.

Desse modo, compreendemos que as referências de centralidade, colocadas pelas teorias da geografia, estão centralizadas em uma porção específica da região. Notamos também que tais elementos foram apoiados na circulação comercial, que serviu de deliberação de centralidade e que correspondem às redes nacionais, ou de extensão macrorregional. As lojas de maior representatividade comercial ficam instaladas na Avenida Saul Elkind e, em sua maioria, são filiais de redes já existentes, localizadas no centro principal de Londrina.

#### **4. Os Cinco Conjuntos e as alegorias de centralidade e de cidade: a construção do imaginário social na periferia.**

À medida que a zona norte foi expandindo, a Avenida Saul Elkind – que no início da formação dos Cinco Conjuntos era preeminente residencial – foi atraindo o interesse de pequenos comerciantes. Inicialmente, a circulação de mercado atendia às primeiras necessidades dos moradores, como mercearias, padarias, bares, lanchonetes, entre outros comércios de pequeno porte, mas que supriam os moradores que ali residiam. Com o tempo, a Avenida foi crescendo, como fator sintomático da estruturação da própria região. Com o crescimento do comércio local, bem como a atração de outros comércios maiores, para a região, a Avenida se tornou ponto de convergência dos fluxos econômicos da zona norte.

Ao analisarmos a imprensa escrita, acerca da região norte, ou mesmo, ao especificar, os Cinco Conjuntos, a Avenida Saul Elkind aparece como protagonista desse cenário. A *Folha de Londrina*, em 13 de novembro de 1989, trouxe a seguinte matéria – de página inteira -: “Cincão mostra sua força comercial”<sup>188</sup>. A reportagem enfatizava o “poder” de decisão eleitoral dos Cinco Conjuntos, mas o foco era a

---

<sup>188</sup> FOLHA DE LONDRINA. Cincão mostra sua força comercial. Caderno economia. 13 de novembro de 1989. p. 4.

relevância econômica da região e suas organizações. Abaixo, a linha fina aferia a seguinte colocação:

Os Cinco Conjuntos já comprovaram seu peso eleitoral. A meta agora é atrair novos investimentos. A recém-criada Associação Comercial e Industrial da região vai sair a campo em busca de dinheiro, empregos e novos serviços para um mercado nada desprezível de 80 mil pessoas<sup>189</sup>.

A referida “Associação Comercial e Industrial”, é a Associação do Comércio e Indústria da Região Norte de Londrina (ACIRENOR), fundada em 05 de novembro de 1990, por uma junta de pequenos e médios comerciantes, na maioria, com estabelecimentos alocados na Avenida Saul Elkind. O logradouro também era endereço da Associação, que ficava na sobreloja de um dos estabelecimentos comerciais, onde o proprietário era fundador e presidente.

O periódico *Folha de Londrina*, em 07 de dezembro de 1993, trazia estampada uma imagem da Avenida Saul Elkind, ao cobrir o décimo quinto ano de formação dos Cinco Conjuntos, em destaque. A matéria, no “caderno cidade”, aferia, logo abaixo da imagem do logradouro, a seguinte frase: “Avenida Saul Elkind – o coração dos Cinco Conjuntos”. Na mesma reportagem, além de referências sobre o desenvolvimento da região, o periódico traz o subtítulo: “Centro da cidade”. Na fala do jornal, a Avenida é colocada da seguinte maneira:

Tudo o que não se encontra nos bairros de uma cidade pode ser no centro dela. Nos Cinco Conjuntos é diferente – quando os moradores precisam de algo que o Conjunto não oferece, eles vão para a avenida. É lá, na Avenida Saul Elkind que se concentra a maior parte dos estabelecimentos comerciais do Cincão, e já se tornou ponto de encontro da população, principalmente de adolescentes nos finais de semana. Supermercados, lanchonetes, sorveterias, banco, agências dos Correios, açougues, farmácias, postos de saúde, lojas de móveis, confecções e calçados tudo pode ser encontrado na avenida. Para se tornar uma cidade, só falta no Cincão, segundo os moradores, uma Prefeitura com independência administrativa, do resto de Londrina<sup>190</sup>.

---

<sup>189</sup> Ibidem.

<sup>190</sup> *FOLHA DE LONDRINA*. Há 15 anos uma cidade nasceu em Londrina. - Caderno cidade. 07 de Dezembro de 1993. p. 8.

Aqui podemos perceber dois importantes movimentos: o primeiro trata-se do modo com que o discurso de “independência” perpassa pela concepção de acessibilidade. Em outros momentos, foi possível perceber que o aparelhamento da estrutura urbana da região é sempre citado como forma de construção positiva de cidadania. Outro movimento pode ser identificado a partir do modo comparativo, onde o centro principal da cidade é colocado como “modelo” analógico, ao mesmo tempo como adversativo. Ou seja, há uma negação ao centro, por não se precisar dele, mas é o centro principal que determina a qualificação dos Cinco Conjuntos.

A década de 1990 foi um importante marco na zona norte de Londrina, como já foi mencionado. Esse período abarcou a entrada da verticalização da região, bem como a instalação de indústrias de alcance nacional e internacional. Em escala particular, houve a mobilização dos comerciantes da região, aqueles que construíram seus negócios juntamente às residências e foram tomando espaço, no âmbito econômico dos Cinco Conjuntos, ao ponto de se organizarem em associação, como a ACIRENOR. Em outras palavras, a região, com uma maior estrutura, foi sendo implantada nos conjuntos habitacionais, pois, muitos moradores ao adquirirem seus imóveis, conforme a condição, reformavam suas casas. E, ainda, houve o crescimento dos pequenos comércios oriundos dos moradores da zona norte. Os Cinco Conjuntos foram se tornando foco de investimentos imobiliários, fazendo com que surgisse na Avenida Saul Elkind especulações imobiliárias.

Desta forma, a Avenida Saul Elkind passou de uma avenida de necessidades primárias, com comércio rudimentar, para se tornar o foco de setores comerciais prestadores de serviços consolidados em Londrina, em sua maioria, com suas matrizes no centro principal da cidade. Assim, a Avenida passou a protagonizar os discursos voltados às dinâmicas econômicas da região.

Se durante a década de 1990, as estruturações marcaram o crescimento econômico da região, tais transformações, como foram possíveis notar, eclodiram em 2008, como o ano das instalações de grandes empreendimentos, fortalecendo ainda mais o processo de estruturação da Avenida Saul Elkind e de suas proximidades.

Essa valorização imobiliária foi destaque em uma matéria no periódico *Jornal de Londrina* em 13 de outubro de 2008, em que aponta a valorização imobiliária do preço dos imóveis na Avenida Saul Elkind, bem como os próximos a ela. Na reportagem, há a fala direta do entrevistado, o imobiliário Abílio Medeiros que apresenta a relação entre o adensamento comercial da região e sua valorização

imobiliária. Em sua fala, a Avenida Saul Elkind: “É o único eixo comercial em uma região de grande adensamento populacional e o preço dos terrenos, já se igualou ao de áreas centrais”<sup>191</sup>.



Imagem 5. Matéria do Jornal de Londrina, 13/10/2008.



Imagem 6. - Avenida Saul Elkind - matéria do Jornal de Londrina, 13/10/2008.

---

<sup>191</sup> GALEMBECK, G. Metro quadrado da Saul Elkind é um dos mais caros da cidade. Jornal de Londrina - Caderno Cidade. 13 de Maio de 2008.

O jornal semanal *Folha Norte* – sucursal à *Folha de Londrina* – em meio às matérias direcionadas ao contexto da zona norte, seguiu a mesma linha dos demais jornais ao exaltar a região como um expoente na economia de Londrina. Na matéria, “Região Norte: o Novo polo de Londrina”, o periódico trouxe uma extensa reportagem sobre os novos investimentos que se instalavam na região, embora tratasse dos já citados Shopping Norte e o atacado Maxxi. Como matéria de capa, a *Folha Norte* apresentou um texto em fontes grandes que ocupava metade da página, dividindo o espaço com o anúncio do hipermercado Muffato na zona norte, conforme exposto a seguir:

Os bairros localizados na área dos Cinco Conjuntos mudaram de perfil. Após deixarem para trás a vocação inicial de dormitório, hoje são considerados estratégicos para o desenvolvimento de Londrina. Nos últimos anos, centenas de milhões de reais foram investidas na região, fazendo surgir setores fortes, como comércio, indústria, serviços e lazer. O “Cincão” deixou de ser estigmatizado como bairro de periferia e, atualmente, é uma das regiões mais procuradas no Norte do Paraná para receber novos investimentos <sup>192</sup>.

Logo abaixo do texto, tomando outra metade da página de capa, junto à imagem do hipermercado Muffato, trazia a mensagem do empreendimento instalado na Avenida Saul Elkind:

O Super Muffato foi a primeira rede de varejo a acreditar no potencial e estar presente na região Norte de Londrina. Uma das mais modernas e completas lojas da rede, o Super Muffato da Saul Elkind é também uma referência do desenvolvimento de toda a região. A amizade fortalecida pelos tantos anos de convívio é um presente que o Super Muffato procura retribuir com o mesmo carinho e o mesmo respeito sempre <sup>193</sup>.

Em agosto de 2008, o jornal *Folha Norte* trouxe uma matéria, no “caderno economia”, onde destacava: “Empreendimento na Saul Elkind valorizam imóveis na região”. A reportagem cobria a futura instalação do Planet Shopping e a rede de

---

<sup>192</sup> FOLHA NORTE, Região Norte: o novo polo de Londrina. 28-04 de Julho de 2008.

<sup>193</sup> FOLHA NORTE, 28-04 de Julho de 2008.

atacado Maxxi. Segundo o jornal, “A construção de shoppings, supermercados e a vinda de grandes redes para a avenida valorizaram os imóveis comerciais e residenciais. Aluguéis de casas em bairros próximos a Saul Elkind subiram cerca de 30%”<sup>194</sup>.

Diferente do diário *Jornal de Londrina* e *Folha de Londrina*, o periódico semanal *Folha Norte* apesar de ser subsidiado pela *Folha de Londrina*, tratava dos interesses da região norte da cidade. Desse modo, chamamos atenção ao lugar da imprensa. A *Folha Norte*, circulou durante oito anos, entre 2002-2010. O *layout* chama atenção, pois, a imprensa era de boa qualidade, além das matérias serem, em maior parte, acompanhadas por imagens grandes, de boa resolução e coloridas, o que chama atenção, pelo fato de sua distribuição ser gratuita<sup>195</sup>. Os conteúdos dessas matérias giravam em torno de acontecimentos relacionados à zona norte, sobretudo, aos Cinco Conjuntos, a exemplo dos festivais, formaturas, festas em escolas, igrejas, fatos policiais da região, bem como, reportagens sobre o cotidiano da região.

Entretanto, a circulação do jornal *Folha Norte*, apesar de atingir, de forma mais intensa, o público da região norte, onde se localizavam os Cinco Conjuntos, não deve ser desconsiderado sua amplitude representativa. Como não era comercializado, o jornal *Folha Norte* era distribuído, geralmente, nos finais de semana, podendo ser encontrado nos estabelecimentos comerciais, onde os proprietários dos estabelecimentos faziam seus anúncios.

Dessa maneira, a partir de Bronislaw Baszcko buscou-se compreender o poder de construção do “imaginário social”, que a imprensa escrita aferiu, quanto à formulação da imagem dos Cinco Conjuntos. Sabemos que a imprensa não estava livre das aplicações de interesses, bem como temos a compreensão de como esse tipo de elemento da informação exerceu ação de configuração da realidade. Nesse sentido, o conceito de “imaginário social” utilizado por Baszcko nos auxiliou na análise da Avenida Saul Elkind como uma alegoria de prosperidade da periferia Cinco Conjuntos.

---

<sup>194</sup> FOLHA NORTE. Empreendimento na Saul Elkind valorizam imóveis na região. Caderno Economia. 23 – 29 de Agosto de 2008. p. 3.

<sup>195</sup> Ao consultarmos a redação da *Folha de Londrina* (FL), acerca da *Folha Norte*, não fomos informados sobre patrocinadores, pois, segundo o Departamento de Relações Públicas do periódico, *Folha de Londrina*, o jornal atendia uma demanda de escala regional, como ocorria em outras regiões, entretanto, como a zona norte estava passando por “expansões”, se destacando mais do que as outras regiões de Londrina, a FL desenvolveu um projeto editorial para a zona norte. Apesar de não apontarem patrocinadores majoritários, o jornal admitiu que boa parte da renda da *Folha Norte* vinha de propagandas pagas pelos comerciantes que tinham interesse de anunciar no semanário.

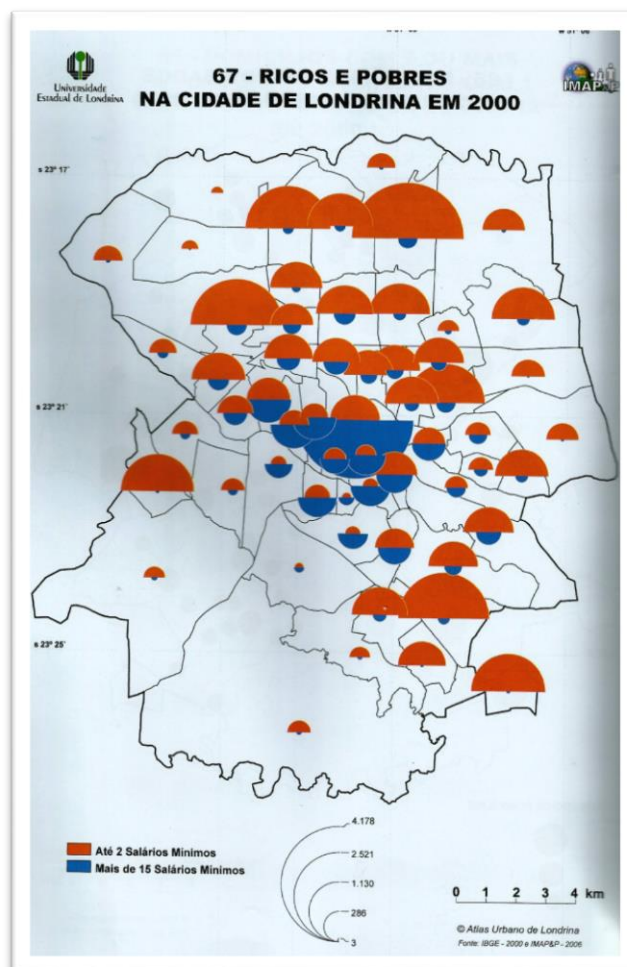
[...] o imaginário social *informa* (grifo do autor) acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação[sic], um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando [...] <sup>196</sup>.

É interessante apontar que a região norte, apesar do intenso discurso, sobretudo, na imprensa escrita, acerca da “prosperidade” da região, a mesma ainda ocupava, em Londrina, o lugar dos menos favorecidos financeiramente. No Atlas de Londrina, encontramos o levantamento espacial das localidades da pobreza. No município, a região norte, sobretudo a porção dos Cinco Conjuntos, encontra-se – no quadro temporal do ano de 2000 – como uma das regiões onde a população de baixa renda, se concentra. Como podemos observar no mapa abaixo<sup>197</sup>:

---

<sup>196</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Leach, Edmund ET Alii Anthropos-Homem.Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 313.

<sup>197</sup> Em vermelho estão representadas regiões com poder aquisitivo de até 2 salários mínimos, enquanto as regiões representadas pela cor azul são aquelas com poder aquisitivo de mais de 15 salários mínimo.



Fonte: ATLAS DE LONDRINA (2009. p. 163)

**Mapa 6. Ricos e pobres na cidade de Londrina (2000).**

A associação de centro e cidade acerca da imagem dos Cinco Conjuntos e de maneira mais ampla, da zona norte de Londrina se torna interessante quando não há menção igual, muito menos parecida, ao investigarmos os discursos referentes às demais regiões de Londrina. Exceto as já citadas aqui, como a porção sudoeste e o próprio centro principal – ou popularmente vinculado como centro antigo – as demais localidades de Londrina são representadas, sobretudo nos periódicos, como bairros ora periféricos, ora ocupam as páginas de reivindicação de melhorias estruturais urbanas. Por vezes são relatadas como “comunidades”, somente aquelas regiões mais precárias e necessitadas de investimentos de aparelhos urbanos.

Outro aspecto que reforça o sentido de centralidade, ou mesmo de “municipalidade” dos Cinco Conjuntos, por meio das atribuições de desenvolvimento

a ponto de denotá-la como uma cidade independente de Londrina, perpassa pelo modo com que os Cinco Conjuntos são representados nos periódicos. Em 07 de dezembro de 1993, o *Jornal de Londrina* trouxe na matéria de capa a seguinte chamada: “Cincão’ faz 15 anos e comemora sua autonomia”.

Uma espécie de “cidade satélite” de Londrina quando nasceu, há 15 anos, os Cinco Conjuntos hoje são mais de 20, com uma população aproximada de 100 mil habitantes. Os mais antigos bairros estão comemorando 15 anos este mês e o fato mais importante destacado pelos moradores é a autonomia conquistada pela região, hoje, maior que a imensa maioria dos municípios paranaenses. “Hoje tem tudo aqui. Nem sinto falta de Londrina”, diz uma moradora <sup>198</sup>.

Percebe-se que há uma forte menção acerca do sentido de “independência” com fatores associados à densidade demográfica, quando o jornal dá a dimensão populacional da região, bem como o fomento da autonomia que perpassa pelo viés da acessibilidade. O jornal toma como ponto de legitimação, a fala direta de uma moradora da região, quando destaca: “Hoje tem tudo aqui. Nem sinto falta de Londrina”. Mais uma vez, o discurso que ressalta características enobrecedoras da região também expressa um sentido velado dos lugares onde a precariedade está presente. A constante negação dirigida à Londrina, ao referir-se que a mesma “não faz falta”, revela um sentido de ressentimento que vem se consolidando na memória de seus moradores sobre o tratamento periférico atribuído à região, desde sua origem. Nessa mesma data, a *Folha de Londrina* também havia noticiado as bodas dos Cincos Conjuntos, como já fora exposto, mais acima, na matéria, “Há 15 anos uma cidade nasceu em Londrina” <sup>199</sup>.

Em Junho de 1997, a Associação do Comércio e Indústria da Região Norte (ACIRENOR), produziu um material informativo que apresentava os estabelecimentos da região norte de Londrina. É interessante destacar que este impresso possuía um caráter comemorativo, colocando em destaque o “20º aniversário da região mais próspera da cidade”<sup>200</sup>. Para essa pesquisa optamos em analisar a capa do material

<sup>198</sup>JORNAL DE LONDRINA. Cincão faz 15 anos e comemora sua autonomia. 07 de dezembro de 1993. p. 08.

<sup>199</sup> FOLHA DE LONDRINA. Há 15 anos uma cidade nasceu em Londrina. - Caderno cidade. 07 de dezembro de 1993. p. 8.

<sup>200</sup> NOSSA LONDRINA. Cidade Cinco Conjuntos: um grande centro comercial crescendo com Londrina na região norte. Ano. 1 – Vol. 1 – Julho de 1997.

em questão, sobretudo, porque revela a busca pela representatividade da periferia em se posicionar enquanto uma cidade. Logo abaixo podemos observar, em destaque a seguinte frase: “‘Cidade Cinco Conjuntos’: um grande centro comercial crescendo com Londrina na região Norte”.



**Imagem 7. Capa do informativo Nossa Londrina (ACIRENOR) 1997.**

O sentido “cidade” tornou-se apropriação de discurso de algumas camadas da região, sobretudo, do segmento ligado ao comércio. O título do informativo “Nossa Londrina” trouxe um peso semântico, quando esse se remeteu à apropriação de uma Londrina pertencente a um grupo, no caso à ACIRENOR. Além desse fator, pudemos perceber que a permanência da Avenida Saul Elkind, como fator representativo da força comercial, assim como representação da densidade demográfica, ao ser expressada na amplitude da imagem aérea da região, direcionou o olhar para os Cinco Conjuntos como uma cidade. Por outro lado, o discurso de “cidade” e “centro comercial” contrasta com a imagem de casas padronizadas, típicas de

empreendimentos imobiliários do Estado para atender à demanda habitacional de camadas com menor poder aquisitivo.

Essa característica teve continuidade ao longo do tempo. A *Folha de Londrina*, no dia 8 de dezembro de 2002, em edição especial às proximidades do aniversário da cidade, publicou um caderno sobre os Cinco Conjuntos, com o título “Cincão em festa”. Nele, o destaque da reportagem trazia o título “Cinco Conjuntos faz 25 anos”<sup>201</sup> e, em seguida, na linha fina o texto: “O primeiro conjunto da Zona Norte, Ruy Virmond Carnascialli, abrigou 549 famílias em 1977 e deu início ao que seria o maior polo de casas populares de toda Londrina”.

Percebe-se que há certas divergências acerca da data específica de fundação dos Cinco Conjuntos. De fato, não há registros que institucionalizem um marco fundador da região, além de não ter uma definição clara dos bairros que compõem os Cinco Conjuntos em si. Entretanto, buscamos em Roger Chartier, a partir do conceito da representação, compreender que a origem de um acontecimento abre campo para quimeras. Ou seja, devaneios factuais que buscam criar uma lógica narrativa. Com base nas leituras acerca da história e a questão da origem, pela ótica de Michel Foucault, Roger Chartier elucidada:

[...] Quando sucumbe à “quimera da origem” a história carrega, sem ter clara consciência disso, vários pressupostos: de que cada momento histórico é uma totalidade homogênea, dotada de uma significação ideal e única presente em cada uma das manifestações que a exprime; de que o devir histórico é organizado como uma continuidade necessária; de que os fatos encadeiam-se e engendram-se em um fluxo ininterrupto, que permite decidir que um é “causa” ou “origem” do outro<sup>202</sup>.

Nesse sentido, se por um lado, compreendemos que tais “comemorações” acerca da memória dos Cinco Conjuntos estão inseridas em diferentes modos de ações narrativas, isso significa que a necessidade de se ter um marco de origem exprime a maneira com que determinados grupos, procuram deter poder. Sobre os Cinco Conjuntos não há registros de comemorações efetivas, como festas, encontros, expressões por parte de associações. Há um silêncio acerca de tais festividades tão

<sup>201</sup> RODRIGUES, B.R. Cinco Conjuntos faz 25 anos. *Folha de Londrina* Caderno Cincão em festa. 8 de Dezembro de 2002. p. 13.

<sup>202</sup> CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Editora Universidade /UFRGS, 2002. p. 127.

exploradas nos jornais. Por outro lado, o discurso de bodas dessa região aparece por meio da fala do comércio, seja daqueles que surgiram em meio à região – pequenos ou médios comerciantes – seja por meio dos grandes empreendimentos que se instalaram nos Cinco Conjuntos em busca de um robusto mercado consumidor.

Notamos que nas poucas falas diretas, expressadas por moradores da região, nas reportagens analisadas, o discurso ocupa o lugar do imaginário da superação. A ideia tradicional da periferia, lugar da precariedade, bem como do distanciamento das acessibilidades de aparelhos urbanos dignos, cercam as falas dos entrevistados. Entretanto, falas como “aqui tem tudo” parecem associadas à inserção de grandes empreendimentos econômicos como hipermercados, farmácias, a verticalização habitacional, *shoppings*, lojas de varejo e indústria, o que endossam a ideia de centralidade dessa parte da periferia norte de Londrina. Tal qual a denotação de “cidade” também aparece nos periódicos como elemento de fomentação da prosperidade dos Cinco Conjuntos, estendendo-se à região norte como um todo.

Não obstante, em dezembro de 2008, o jornal *Folha Norte* deu destaque à matéria onde anunciava os novos planejamentos urbanos em Londrina. Com o título “Plano diretor: três novos centros para a cidade<sup>203</sup>”, o periódico cobriu os debates acerca do Plano Diretor com projetos a serem desenvolvidos no prazo de 10 anos em Londrina. O Plano Plurianual trata-se de planos de metas quadrienais onde os métodos de investimentos são traçados, em cada administração municipal. Temas como educação, saúde, habitação, cultura, esporte, lazer, entre outras categorias, são discutidas pela Prefeitura Municipal, junto aos representantes da cidade. Nesse caso, o Plano Plurianual é subdividido por regiões (norte, sul, leste, oeste e central), sendo que algumas regiões podem ser divididas, de acordo com as necessidades de aplicação de recursos e organização vista pela Prefeitura.

A reportagem do jornal *Folha Norte* cobria as discussões acerca do Plano Plurianual durante a gestão do então prefeito Nedson Luiz Micheleti. O periódico chamou à atenção para a proposta do Plano Diretor de Londrina, acerca da descentralização do comércio na cidade. A Avenida Saul Elkind foi colocada como um dos centros da cidade, pois, a partir de estudos, a região possuía forte circulação econômica.

---

<sup>203</sup> FOLHA NORTE. Plano diretor: três novos centros para a cidade. Caderno Cidade. 20 a 26 de Dezembro de 2008 – Edição nº333 – Ano 7. p. 04.

No discurso direto do então presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), João Baptista Bertolotti: “A Saul será o centro de uma nova cidade, onde as pessoas irão morar e trabalhar, se deslocando poucas vezes até a área central”<sup>204</sup>. Segundo o jornal, o Plano Diretor<sup>205</sup> iniciaria revitalizações em três pontos de Londrina: na zona norte, especificamente na Avenida Saul Elkind, no centro antigo (principal) e na porção sudoeste de Londrina, região popularizada como Gleba Palhano, onde se localiza o Shopping Catuaí, tratado aqui, pelo periódico, como um “centro sofisticado”.

Fazendo uso de considerável número de pesquisadores, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL) – apontados 30 profissionais de diferentes áreas –, no estudo buscou analisar o perfil de cada região com capacidade de centralidade. Nas palavras de João Baptista Bertolotti:

Queremos uma simplificação da mobilidade urbana. Com os novos centros, as pessoas circulam mais na região em que moram e desafogam a área central. Acreditamos que a longo prazo, serviços sofisticados serão oferecidos nestes centros e que a área central traga investimentos de caráter regional, ou seja, que empresas de Cambé, Rolândia, Arapongas e Ipirorã se instalem no centro de Londrina para facilitar seus negócios em esfera regional<sup>206</sup>.

Na fala de João Baptista Bertolotti a reorganização espacial apareceu como uma “solução” para desafogar o tráfego urbano. Entretanto, ao considerarmos a questão do “direito à cidade”, defendida por Henri Lefebvre, os espaços urbanos devem ser usufruídos por seus habitantes sem que haja restrições. A definição de zoneamentos, sobretudo, ao demarcarem esses espaços como centros, nada mais encontramos do que elementos que mascaram a mais nítida segregação socioespacial na cidade de Londrina. O centro aqui, mais uma vez reforça a ideia de valorização urbana, mas também enfatiza que cada camada socioeconômica deva

---

<sup>204</sup> Ibid. p. 04.

<sup>205</sup> Vale destacar que, o Plano Diretor, nesse período da reportagem estava em campo de aprovação da câmara de vereadores. Entretanto, mesmo ainda não sancionado pelo executivo municipal, os debates tiveram grande repercussão no que tange à fomentação da imagem de centralidade da região norte de Londrina.

<sup>206</sup> Ibid. p. 04.

circular em seu espaço determinado. Desse modo, ao tratar da divisão do espaço Henri Lefebvre explicita:

A divisão técnica do trabalho difere profundamente da divisão social. Na medida em que há divisão técnica, há unidade e solidariedade, complexidade e complementaridade. A separação das funções em funções de comando e funções produtivas é um fato social e não técnico. No modo capitalista de produção, a divisão social do trabalho faz-se no mercado e a partir das exigências do mercado e do aleatório que esse comporta. Não há nela a racionalidade que é possível exercer-se na empresa. No mercado há *concorrência* e, logo, possibilidade de conflitos seguida de conflitos reais entre indivíduos, grupos e classes. **(grifo do autor)** <sup>207</sup>.

Ao considerarmos que o espaço urbano também é compreendido pela ordem econômica, sendo estruturado de acordo com os interesses comerciais, podemos instrumentalizar a visão da divisão técnica do trabalho para analisarmos o processo de organização socioespacial de Londrina. Não diferente, as fontes aqui apresentadas discorrem sobre o discurso onde há atribuições de gênero de centralidade, ou mesmo considerando os Cinco Conjuntos como uma “cidade independente”. Vale destacar que os parâmetros para essa configuração, restringem-se pelo viés de interesses dos grupos econômicos.

Seguindo os parâmetros avaliativos, apresentados tanto por pesquisas de geógrafos na área acadêmica, quando representados pelos periódicos, aqui utilizados como fontes de análise, percebemos que o discurso de polarização das centralidades se perpetua. Dessa maneira, cabe avaliar o aspecto qualitativo das centralidades apontadas em cada região. A partir da fala do então presidente do IPPUL João Baptista Bertolotti na reportagem apresentada, o discurso reforça a ideia da poli(multi)centralidade, de modo a “descomplicar” as fruições dos aparelhos urbanos em Londrina.

Nesse sentido, a poli(multi)centralidade pode revelar, por trás de um discurso de dinamização urbana, a segregação dos espaços. Ao tornar público uma classificação das centralidades em Londrina, percebemos que alguns discursos, em outras roupagens, acabam se repetindo. A categorização dos espaços, tais como, o lugar da indústria, o lugar das habitações populares, das verticalizações luxuosas,

---

<sup>207</sup> LEFEBVRE, Henri. O pensamento marxista e a cidade. Lisboa: Ulisseia, 1972. p. 54.

fomenta a segregação das fruições do urbano. A dialética entre centro e periferia se fortalece no eco onde as periferias são investidas por conceitos como centro/cidade, pois, ao realojar os sentidos, nesses casos, o espaço da periferia pobre, como a zona norte – Cinco Conjuntos – revela a busca de acessibilidade à cidadania, por meio da superação do estigma de periferia.

A busca pela representatividade, por meios das apropriações dos sentidos de cidade e/ou centralidades demonstram no silêncio da representação, onde ela se mostra mais legitimada, o poder simbólico perpetuando a força de uma aristocracia urbana. Vimos aqui uma escala de grupos econômicos, aqueles que partiram de dentro da periferia, buscaram se associar, em um movimento de insurgência, mas na mesma linha, grupos maiores do comércio e da indústria, viram um profícuo campo de apostas, bem como investiram no imaginário de centralidade e cidade nos Cinco Conjuntos.

Isto posto, nosso estudo sobre o conceito de centralidade relacionado à imagem dos Cinco Conjuntos nos propôs um campo profícuo de reflexões. Em uma primeira observação sobre as discussões sobre poli(multi)centralidade, percebemos que esse discurso se alinha às ideias de reestruturação urbana e à busca de otimização do espaço. Pierre Bourdieu, ao analisar as estruturas sociais, apontou que os elementos que constroem a ordem da vida humana partem de uma relação dialética, ou seja, ao passo que as estruturas moldam a sociedade, a parcela estruturada também emite sinais que interferem na própria estrutura, o que nos releva que nos Cinco Conjuntos, a imagem de centralidade representa o poder simbólico que perpetua a lógica de poder por meio da categoria centro<sup>208</sup>.

Nesse sentido, a centralidade dos Cinco Conjuntos perpassou por uma lógica de segregação sócio espacial. A partir da reestruturação dos “novos” centros em Londrina, há de se refletir que classificar a centralidade por grupos e/ou classes sociais - sobretudo, ao relacionar tais estruturas como forma de facilitar a fruição do espaço urbano - torna esta legitimação ainda mais como uma ação segregadora. A pluralidade da centralidade nos Cinco Conjuntos feriu da forma mais polida e institucionalizada o conceito de direito à cidade, direito onde o cidadão é livre para usufruir todos os espaços sem que seja limitado pela sua condição social.

---

<sup>208</sup> BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

## Considerações finais

O propósito desta pesquisa foi analisar as representações sobre a periferia de Londrina, tomando como estudo de caso o aglomerado habitacional Cinco Conjuntos entre os anos de 1978 a 2008, período onde encontramos as primeiras menções voltadas a essa região como cidade.

Os Cinco Conjuntos tiveram sua formação em Londrina-PR, portanto, dentro do contexto dos programas habitacionais durante a Ditadura Militar no Brasil trazendo as marcas desse processo. A análise do assunto voltou-se para arguir o discurso de cidade e, também, de centralidade relacionado a esse complexo habitacional, tomando como ponto de partida a observação dessa periferia por se destacar das demais da cidade, sobretudo, por meio dos periódicos de Londrina. Constatamos que a ideia, forjada a partir do senso comum, de que os Cinco Conjuntos formam outra cidade, ou mesmo, a relação desta comparada com o centro municipal de Londrina, fundamenta-se em um forte discurso popular. Entretanto, a região possui características das periferias clássicas brasileiras, como o distanciamento do centro principal da cidade, concentração de segmentos sociais com poder aquisitivo de médio para baixo. E, de ter sido o reduto de casas populares que deu origem à região. Além dessa imagem de cidade, os Cinco Conjuntos também foram palco de disputas de eleições municipais em Londrina, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, definindo resultados eleitorais e colocando em evidência candidatos que usaram a região como espaço de fortalecimento de capital político.

Um ponto resultante dessa pesquisa apontou para os poucos registros acerca do período de fundação dos Cinco Conjuntos, como um todo, em Londrina. Não foram localizados arquivos de registros, bem como poucas pesquisas foram produzidas na área da história sobre as periferias em Londrina. No entanto, a partir da concepção da história crítica, tomamos os periódicos como profícuas fontes de análise para compreendermos as representações sobre os Cinco Conjuntos. Foi possível avaliar que os periódicos em Londrina, em sua maioria, atenderam aos interesses de grupos econômicos, ora ligados às especulações imobiliárias, às redes de comércio, ora, aos grupos políticos que tiveram suas imagens projetadas pela imprensa de modo a construir um imaginário carismático voltado para os Cinco Conjuntos.

A partir de 1990 o caráter econômico da região colocou em destaque os Cinco Conjuntos, nas notícias dos periódicos de Londrina, bem como foram tomados como objeto de análise em pesquisas acadêmicas no campo da geografia. Para isso, buscamos levantar as bibliografias produzidas acerca dos Cinco Conjuntos, a exemplo das obras de Willian Ribeiro da Silva, Tânia Maria Fresca em cujas análises, com focos metodológicos, compreenderam os Cinco Conjuntos como um centro, sob a perspectiva da multi(poli)centralidade. Tal conceito está fundamentado nos estudos de Henri Lefebvre que defendeu as inúmeras possibilidades de centralização e descentralização do espaço urbano, permitindo que diferentes regiões no meio citadino pudessem assumir o caráter de centralidade. A partir das posições de Silva e Fresca imergimos em tais proposições, onde buscaram elementos para caracterizar os Cinco Conjuntos como um dos centros de Londrina. Dessa maneira, fazendo uso das leituras de obras de Roger Chartier, para apreender as dimensões do conceito de representação e, de Pierre Bourdieu (autores que orientam nossas reflexões ao longo desta dissertação), percebemos que as novas concepções estruturais e simbólicas, levantadas sobre o espaço urbano de Londrina, foram apropriadas por grupos de interesses econômicos. Esses grupos eram oriundos tanto das microrregiões, dentro de Londrina, quanto das grandes redes de comércio que usufruíram do discurso de centralidade. Além dos autores citados, intensa leitura acerca da bibliografia que contempla a concepção de periferia no Brasil, como Ermínia Maricato, Gabriel Bolaffi, Licia do Padro Valladares foram imprescindíveis para a compreensão da habitação social no país. Dessa maneira, foi possível compreender o quadro temporal dos conjuntos habitacionais, durante as décadas de 1970 e 1980, período onde essa natureza de moradia foi implantada na cidade de Londrina por meio dos investimentos do Banco Nacional de Habitação (BNH). E, atualizando o debate, a obra das autoras Maria Encarnação Beltrão Sposito e Maria Eda Góes<sup>209</sup> se constituiu em auxílio fundamental na compreensão acerca da desmistificação das centralidades e fragmentação social nos espaços urbanos, notadamente em Londrina, o nosso objeto de reflexão.

Foi fundamental para a pesquisa compreender o processo de urbanização de Londrina, pois, dessa maneira percebemos continuidades e rupturas no que tange às apropriações dos grupos dominantes, como o poder público e privado que

---

<sup>209</sup> SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão & GÓES, Maria Eda. Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação social – 1. Ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2013.

desenvolveram articulações de modo a configurar o espaço urbano sob noções de enquadramentos sociais. Os Cinco Conjuntos, como um grande aglomerado de casas populares foi e ainda é alvo de estereótipos ligados à marginalização social, ao distanciamento do centro e às articulações de interesses de grupos econômicos e políticos.

Assim como houve a intenção das análises anteriores acerca da reestruturação urbana de Londrina, partindo do pressuposto das descentralidades, de acordo com as redefinições do espaço urbano, essa pesquisa procurou analisar de que maneira essas reestruturações aconteceram, quais as vias e os interesses inerentes às tais ações, bem como desvelar um discurso de dinamização do urbano, como um processo imaculado de ações intencionais. Procuramos assim, analisar e encontrar os agentes por trás dessas transformações, que muitas vezes, são mais fortalecidas no imaginário social urbano, mas que imprimem identidades.

Portanto, não desassociamos a periferia tradicional, como reduto da moradia dos pobres. Reconhecemos que tal objeto seja subjetivo, maleável e em constante transformação. Mas, com essa pesquisa procuramos colocar em evidência que as reestruturações espaciais, sobretudo quando tocam nas fragilidades da cidade, como o lugar dos pobres, podem ser também campo de apropriações de interesses de grupos dominantes, mas que dialogam com os reconhecidos como dominados, numa estruturação que vai além da concretude urbana, atuando sobre as relações sociais no espaço, como um processo histórico.

Por fim, vale destacar a reflexão acerca das reestruturações espaciais, sobretudo no que toca às denominações do espaço a partir do caráter classificatório (centro e cidade). Vimos aqui que a periferia Cinco Conjuntos foi investida como “uma outra cidade”, ou mesmo como “um novo centro”, mas em ambas denominações houve o reforço do lugar ordenado, racionalizado e permitido, um lugar virtual onde a circulação era fiscalizada. Em outras palavras, tal entendimento revelou que onde ainda houver um centro para cada camada, ou “uma outra cidade para cada classe”, não haverá o direto à cidade.

## Referências.

ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes. *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina (1930/1960)* Dissertação. Assis: **UNESP**, 1997.

ALVES, Cláudia Lima Esteves. *Dinâmica espacial da produção e reprodução de trabalho em Londrina: os conjuntos habitacionais*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: Londrina e o norte do Paraná. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Londrina – UEL , 1993.

BARROS, José. D'Assunção. **Cidade e história**. 2ª Edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: **Leach, Edmund ET Alii Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BILHÃO, Isabel. Reflexões sobre o quadro político-partidário brasileiro no período de 1979 a 2002. p 95 – 106. BILHÃO, I. (org). In: **Visões do Brasil**: realidade e perspectiva. Caxias Sul – Ed. EDUCS, 2003.

BEIDACK, Andreia Rodrigues dos Santos & FRESCA, Tânia. Maria. *Reestruturação urbana e novas centralidades: um estudo sobre a zona norte de Londrina* – PR. Bol. Geogr., Maringá, v. 29, p. 147-163, 2011.

BOLAFFI, Gabriel. **As casas das ilusões perdidas**: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1977.

\_\_\_\_\_. *Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema*. In: MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1ª Edição, 1979.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. da R. *A política de habitação no Brasil (1930 – 1990)*. **Períódico de Divulgação Científica da FALS**, Praia Grande, Ano I - N° 02, pp. 1-14; março de 2008.

BOURDIEU, Pierre. **As estruturas sociais da economia**. Porto: Editora Campos das Letras, 2006.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. [Le città invisibili, 1972] Tradução: Diogo Mainardi, 2ª Edição. Companhia das Letras, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2ª edição. Lisboa: Difel, 2002.

\_\_\_\_\_, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora Universidade /UFRGS, 2002.

CASARIL, Carlos Casemiro. A expansão físico-territorial da cidade de Londrina e seu processo de verticalização: 1950-2000. Geografia - v. 18, n. 1, jan./jun. 2009.

COSTA, Osmani. **Rádio e política: a aventura eleitoral dos radialistas no século XX – Londrina: EDUEL, 2005.**

CUNHA, Neiva. Vieira. da & FELTRAN, Gabriel de Santis. (Org). **Sobre periferia: novos conflitos no Brasil contemporâneo**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Lamparina/FAPERJ, 2003.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A sociedade vista da periferia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº1, v.1, São Paulo: **Anpocs**, 1986.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 – 2004.

FRESCA, Tânia Maria. Industrialização no Norte do Paraná na década de 1990: transferência industrial e estratégias de crescimento. In: **Ciência Geográfica**. X. Vol. X (3), set./dez, Bauru: 2004.

GÓES, Patrícia Cristiane. Espaço, eleições e fidelidade: uma análise do comportamento eleitoral da região dos Cinco Conjuntos, de Londrina. Dissertação (Mestrado em Geografia, Dinâmica e Espaço Ambiental) – Universidade Estadual de Londrina.

IPPUL – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina. **Habitação de baixa renda no âmbito municipal: Habitação e políticas públicas em cidades médias o caso de Londrina**. Londrina: PML, 1996.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Ulisseia, 1972.

\_\_\_\_\_. **A Revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **Escritos urbanos**. São Paulo, Editora 34, 2000.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias – São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Fausto.C. **Prestes Maia em Londrina: moderno em que sentido?** Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, 2000.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo – Editora: Martins Fontes, São Paulo, 1997.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. p-p 111 – 153. p.112. IN: PINSKY, C. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar: do milagre brasileiro à crise econômica**. Petrópolis – Editora Vozes Ltda. 1987.

MARTINS, Vitor Hugo Teixeira. **Habitação, infra-estrutura e serviços públicos: conjuntos habitacionais e suas temporalidades em Londrina – PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UEL, Londrina, 2007.

MENDONÇA, Lycia de. A política habitacional a partir de 1964. **Revista de Ciência Política**. 23 (3): 141-161, Dez, 1980.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. O museu na cidade x a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V5 No. 8/9. pp. 197-205. Set. 1984/abr. 1985

PACCOLA, Carina. O discurso de campanha de Antônio Belinati: elementos para uma análise sociológica. Londrina. **Revista Mediações**, Londrina, v. 4, nº 2, p. 19-31, jul./dez. 1999.

POLLAK, Michel. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5 n. 10, 1992, p200-2012.

ROSA, Thaís Troncon. **Fronteiras em disputa na produção da cidade: a trajetória do “Gonzaga” de favela a bairro da periferia**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

SILVA; MORAES; MEDEIROS. **“Essa rua tem história”**: memórias e sociabilidades da Saul Elkind. SILVA, B.S; MORAES. D.R; MEDEIROS. T.S. (orgs.). – Londrina: Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina (IPAC/LD) – Programa de Incentivo a Cultura (PROMIC/LD), 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão & GÓES, Maria Eda. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação social – 1. Ed.** – São Paulo: Editora Unesp, 2013.

TRIGUEIROS FILHO, Marinósio & TRIGUEIROS NETO, Marinósio. **História da imprensa de Londrina: do baú do jornalista**. Londrina: UEL, 1991.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Repensando a habitação no Brasil**. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: Escritos urbanos. **Escritos urbanos**. São Paulo, Editora 34, 2000.

VEKEMANS, R rogers. & VENEGAS, Ramon. *Marginalidad, incorporación e integración*. Santiago: DESAL, 1969. Apud. VALLADARES, Lícia do Prado. In: **A**

**invenção da favela: do mito de origem à favela.com.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

YAMAKI, Humberto. **Labirinto da memória: paisagens de Londrina.** Londrina: Edições Humanidades, 2006.

## **Fontes:**

### **FOLHA DE LONDRINA.**

**FOLHA DE LONDRINA.** Objetivo da Cohab não é só construir, mas tornar os conjuntos humanizados. 08/01/1978 Folha Imobiliária s/página.

**FOLHA DE LONDRINA** “Alugam-se casas: placas parecem indicar uma nova realidade em Londrina”. Folha imobiliária – 12 de fevereiro de 1978.

**FOLHA DE LONDRINA.** Londrina, nunca mais - Caderno 2. 06/01/1989.

**FOLHA DE LONDRINA.** **Cincão mostra sua força comercial.** Caderno economia. 13 de Novembro de 1989.

**FOLHA DE LONDRINA.** **A classe média vai ao Cincão.** Folha cidade – 25 de setembro de 1990.

**FOLHA DE LONDRINA.** Há 15 anos uma cidade nasceu em Londrina. - Caderno cidade. 07 de Dezembro de 1993.

**FOLHA DE LONDRINA.** Cincão é maior que muitos municípios. Especial 60 anos de Londrina. 10/12/1994

RODRIGUES, B.R. Cinco Conjuntos faz 25 anos. *Folha de Londrina* Caderno Cincão em festa. 8 de Dezembro de 2002.

### **JORNAL DE LONDRINA**

**JORNAL DE LONDRINA.** Cincão faz 15 anos e comemora sua autonomia. 07 de Dezembro de 1993.

GALEMBECK, G. Metro quadrado da Saul Elkind é um dos mais caros da cidade. *Jornal de Londrina* - Caderno Cidade. 13 de Maio de 2008.

### **FOLHA NORTE**

**FOLHA NORTE,** Região Norte: o novo polo de Londrina. 28-04 de Julho de 2008.

**FOLHA NORTE.** Empreendimento na Saul Elkind valorizam imóveis na região. Caderno Economia. 23 – 29 de Agosto de 2008.

FOLHA NORTE. Plano diretor: três novos centros para a cidade. Caderno Cidade. 20 a 26 de Dezembro de 2008 – Edição nº333 – Ano 7.

### **Outras fontes:**

ATLAS DE LONDRINA. Universidade Estadual de Londrina – EDUEL, 2009.

**Documentário de Londrina.** – Obra editada pela Gazeta do Paraná e Tribuna do Povo, 1981.

**Informativo Geral de Londrina.** – Obra editada pela Gazeta do Paraná e tribuna do Povo, 1982.

NOSSA LONDRINA. Cidade Cinco Conjuntos: um grande centro comercial crescendo com Londrina na região norte. Ano. 1 – Vol. 1 – Julho de 1997.

PERFIL DE LONDRINA, 2013. Acesso em:  
[http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec\\_planejamento/perfil/perfil\\_de\\_londrina\\_2013.pdf](http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_planejamento/perfil/perfil_de_londrina_2013.pdf) >> Acessado em: 25/05/2015.

FGV/CPDOC. Acesso <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-casemiro-belinati> . Acessado em 26/02/16.

<http://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>.  
Acesso em: 29/02/2016.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, 2004. Disponível em:  
<http://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>.  
Acesso em: 29/02/2006.